



BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº **012/2026** – BNDES

Classificação: Documento Controlado (conforme OS PRESI nº 01/2015 - BNDES)

Prazo da Restrição: até a data da disponibilização do Aviso de Licitação para publicação

Restrição de Acesso: Empresas do Sistema BNDES – Uso no Âmbito Interno

Unidade Gestora: AJI/JULIC/GLIC2

PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 012/2026

BNDES _____

OBJETO

Contratação de serviços gerais de apoio administrativo (limpeza, controle de pragas, copeiragem, recepção, garçonaria e mensageria), com o fornecimento de materiais e equipamentos, a serem prestados na unidade administrativa do BNDES localizada em Recife-PE, por menor preço global e modo de disputa aberto e fechado, conforme as especificações deste Edital e de seus Anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA



DATA
30/04/2026



HORÁRIO
15h (horário de Brasília – DF)



LOCAL
www.gov.br/compras/pt-br

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

LEI COMPLEMENTAR Nº
123

LEI Nº 13.303
30/06/2016

DECRETO Nº 8.538
06/10/2015

LEI Nº 13.709
14/08/2018

DECRETO Nº 8.945
27/12/2016

IN SEGES/ME Nº 73
30/09/2021***

LEI Nº 14.133
01/04/2021**

**exclusivamente quanto ao rito da licitação, quando não for incompatível com o regime jurídico aplicado às empresas estatais.

***exclusivamente quanto ao rito da licitação, quando não for incompatível com o regime jurídico aplicado às empresas estatais.



Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema BNDES, disponível no endereço eletrônico <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/licitacoes-contratos>

DÚVIDAS SOBRE O EDITAL

✉ licitacoes@bndes.gov.br

Em até **3 (três)** dias úteis anteriores à data de abertura da sessão pública

ATENÇÃO!

No campo "assunto" do e-mail devem ser inseridos:

- modalidade e

- número da licitação (Pregão Eletrônico nº **012/2026** – BNDES). As respostas serão divulgadas exclusivamente no Portal de Compras do Governo Federal (<http://www.gov.br/compras/pt-br>).

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS



A participação neste procedimento licitatório importa na manifestação de inequívoco consentimento do titular, seja ele pessoa física direta ou indiretamente relacionada ao Licitante, inclusive sócios, empregados, contratados e/ou terceirizados, quando for o caso, dos dados pessoais que tenham se tornado públicos como condição para participação na licitação e para contratação, para tratamento pelo BNDES, na forma da Lei nº 13.709/2018. Poderão ser solicitados pelo BNDES dados pessoais adicionais a fim de viabilizar o cumprimento de obrigação legal.

DÚVIDAS SOBRE O SISTEMA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS

Central de Serviços Serpro - CSS

✉ css.serpro@serpro.gov.br

☎ 0800-978-9001

Manual do Portal de Compras

<https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/manuais>

CRÍTICAS, RECLAMAÇÕES E DENÚNCIAS

Ouvidoria do BNDES

Através de preenchimento do formulário disponível no endereço eletrônico www.bndes.gov.br/ouvidoria

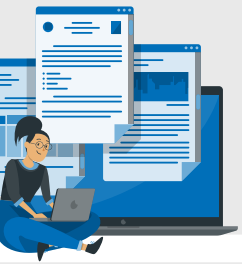
✉ Caixa Postal 15054, CEP nº 20.031-120, Rio de Janeiro – RJ

☎ 0800-7026307

ETAPAS pregão eletrônico

1 CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

Cadastre a sua proposta no portal de compras do governo federal e preencha as informações solicitadas.



2 ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Na data e horário designados se iniciará a fase de lances, em conformidade com os requisitos deste Edital e seus Anexos.



3 ORGANIZAÇÃO DAS PROPOSTAS

O sistema ordenará automaticamente as propostas.

4 OFERTAS DE LANCES

Você poderá ofertar o seu lance, assim como os demais Licitantes.

5 DIREITO DE PREFERÊNCIA

É garantido a microempresas e empresas de pequeno porte.

Confira as regras na cláusula 4.8.1 deste Edital.



6 NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

O Pregoeiro encaminhará uma contraproposta ao Licitante que tenha apresentado o melhor preço.



7 PROPOSTA ADEQUADA AO LANCE FINAL

O Licitante de melhor lance apresentará a proposta adequada ao lance final ofertado em até 2h, a contar da solicitação do Pregoeiro.

8 ANÁLISE DOS VALORES

O Pregoeiro examinará a compatibilidade do preço ofertado em relação ao valor estimado para a contratação.

Se incompatível, será convocado o próximo colocado.

9 ANÁLISE DA HABILITAÇÃO

Aceita a proposta, o Pregoeiro analisará a habilitação.

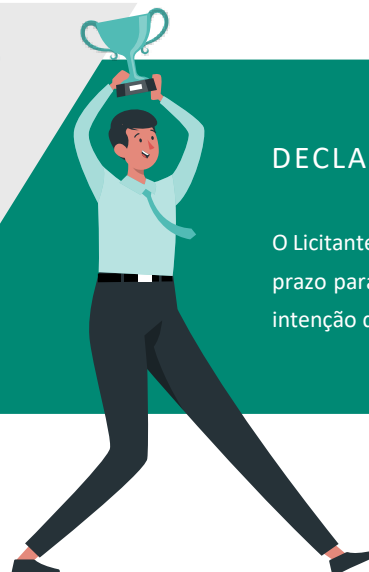
Se incompatível, será convocado o próximo colocado.

Inversão de fases - a análise da habilitação pode ocorrer antes da proposta de valores. Confira a hipótese na cláusula 4.11.1 deste Edital.



DECLARAÇÃO DO VENCEDOR

O Licitante será declarado vencedor, abrindo-se prazo para que os outros possam manifestar a intenção de recorrer.



PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 012/2026

BNDES

EDITAL

1

OBJETO

1.1 O presente Pregão visa à contratação de serviços gerais de apoio administrativo (limpeza, controle de pragas, copeiragem, recepção, garçonaria e mensageria), com o fornecimento de materiais e equipamentos, a serem prestados na unidade administrativa do BNDES localizada em Recife-PE, por menor preço global e modo de disputa aberto e fechado, conforme as especificações deste Edital e de seus Anexos.

1.1.1 Havendo divergência entre as informações constantes do registro da licitação no Compras Governamentais e as constantes deste Edital e de seus Anexos, prevalecerão as últimas.

2

PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados cadastrados e habilitados parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF que atenderem às exigências constantes deste Edital e de seus Anexos.

2.1.1 A inclusão dos documentos e/ou informações no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF é de inteira responsabilidade do Licitante, podendo ocasionar na sua desclassificação a ausência de qualquer documento exigido neste Edital.

2.2 Os interessados poderão participar do procedimento licitatório por intermédio de sua matriz ou filial, desde que cumpram as condições exigidas para o cadastramento e a habilitação parcial no SICAF, bem como as exigências constantes deste Edital e de seus Anexos.

2.3 Estará **impedido** de participar deste Pregão o interessado que:



I. tenha sofrido decretação de falência ou dissolução;



II. esteja cumprindo penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **BNDES**, nos termos do artigo 83, inciso III, da Lei nº 13.303/2016;



III. tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a União Federal, nos termos do artigo 38, inciso III, da Lei nº 13.303/2016, ou esteja cumprindo penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União Federal, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 ou do artigo 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021;



IV. se enquadre em algumas das vedações previstas na Política para Transações com Partes Relacionadas das Empresas do Sistema BNDES (disponível no endereço eletrônico <https://bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/prestacao-de-contas/regulamentos-politicas-corporativas/politica-para-transacoes-com-partes-relacionadas>) e na Política de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade do Sistema BNDES (disponível no endereço eletrônico <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/o-que-nos-orienta/prsac-e-seus-instrumentos/outras-politicas-e-regulamentos/politica-genero-diversidade>);



V. possua em seu contrato ou estatuto social finalidade ou objetivo incompatível com o objeto deste Pregão;



VI. esteja proibido de licitar e contratar com a Administração Pública, bem como de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de pessoas jurídicas de direito público ou de pessoas jurídicas controladas pelo Poder Público, com fundamento em outros dispositivos legais não mencionados nos incisos II e III deste item¹;



VII. se enquadre em alguma das demais vedações previstas na Lei nº 13.303/2016, notadamente em seu artigo 38;

2.3.1 Para fins de cumprimento ao disposto no item 2.3 deste Edital, o Licitante **deverá apresentar**, juntamente com a proposta ajustada, nos termos do item 4.10 deste Edital, declaração conforme modelo B do Anexo IV (Modelos de Declaração).

2.4 Será permitida a participação de sociedades optantes do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, observadas as orientações dispostas nos itens a seguir.

2.4.1 O Licitante optante do Simples Nacional que vier a executar atividade vedada pelo artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006² não poderá beneficiar-se da condição de optante.

2.4.1.1 Na hipótese do item 2.4.1 deste Edital, uma vez celebrado o Contrato, o Contratado deverá providenciar, perante a Receita Federal do Brasil – RFB, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006.

2.4.2 O Licitante optante do Simples Nacional, que não se enquadre em situação de vedação prevista no artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006, somente poderá beneficiar-se de tal condição se, com o valor ofertado em sua proposta, não vier a exceder o limite de receita bruta anual, previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ao longo da vigência do Contrato.

2.4.2.1 Se o Licitante optante do Simples Nacional extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ao longo da vigência do Contrato, uma vez sendo contratado deverá providenciar, perante a Receita Federal do Brasil – RFB, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006.

2.5 No âmbito do presente procedimento licitatório serão observadas as disposições constantes do artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

2.6 Os interessados poderão, a seu critério, vistoriar as dependências do BNDES, até 1 (um) dia útil antes da data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de obter todas as informações relativas ao local e às condições de execução do objeto, observado o disposto no item 19 do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

¹ Este inciso alcança todas as sanções de impedimento de licitar e contratar previstas nos demais dispositivos legais, tais como as decorrentes da Lei nº 9.605/1998, da Lei nº 9.504/1997 e as decorrentes de práticas lesivas à Administração Pública nos termos da Lei nº 12.846/2013

² A atividade a que se refere aqui é a licitada.

3

APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

3.1 O interessado em participar deste Pregão deverá, até a abertura da sessão pública, cadastrar sua proposta por intermédio do Portal de Compras do Governo Federal.

3.2 No âmbito do cadastramento da proposta, o Licitante deverá preencher os campos relativos:



I. à descrição do objeto ofertado;

- a. a inclusão, no Portal de Compras do Governo Federal, de qualquer dado que identifique o Licitante, no campo destinado à descrição do objeto ofertado, **acarretará sua desclassificação**;



II. ao valor global ofertado, de acordo com as seguintes orientações:

- a. devem estar incluídas no referido valor todas as despesas e custos, diretos e indiretos (tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte, seguro e insumos), necessários ao cumprimento integral do objeto a ser contratado; e
- b. o valor deverá ser expresso em Real (R\$) e com 2 (duas) casas decimais;



III. à UASG – 201014 e UF – Rio de Janeiro – RJ;



IV. a quaisquer outras informações/declarações que venham a ser requeridas pelo Portal de Compras do Governo Federal.

3.3 A proposta deverá ter validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura da sessão pública.

3.4 Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e em seus Anexos.

3.5 O Licitante poderá retirar ou substituir a proposta inserida no Portal de Compras do Governo Federal até a abertura da sessão pública.

3.6 O cadastro da proposta no Portal de Compras do Governo Federal implica a aceitação integral e irretratável dos termos do presente Edital, não sendo admitidas alegações de desconhecimento de fatos e de condições que impossibilitem ou dificultem a execução do objeto licitado.

4

SESSÃO PÚBLICA E FASE RECURSAL

4.1 Na data e no horário definidos no preâmbulo deste Edital, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema, observando-se que a verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

4.1.1 Sem prejuízo no disposto no item 4.1, será desclassificada a proposta que identifique o Licitante e/ou apresente valor simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os praticados no mercado e com os custos estimados para a execução do objeto.



4.2 As comunicações entre o Pregoeiro e os Licitantes serão realizadas por campo próprio do sistema, cabendo aos Licitantes acompanhar todas as operações realizadas no Portal de Compras do Governo Federal durante a sessão pública, sendo responsáveis pelo ônus decorrente da perda de transações, causada pela inobservância das mensagens e prazos registrados pelo sistema e pelo Pregoeiro, ou por sua desconexão.

4.3 Após a abertura da sessão pública, o Pregoeiro poderá suspendê-la, adiá-la ou reabri-la a qualquer momento, informando previamente os Licitantes por meio do Portal de Compras do Governo Federal, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

4.4 Iniciada a etapa de lances, a qual será realizada exclusivamente por meio do Portal de Compras do Governo Federal, deverão ser observadas as seguintes regras:



I. os lances deverão ser formulados considerando o valor global do objeto ofertado;



II. o Licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado, ainda que superior ao menor registrado no sistema, observando-se o intervalo mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais) entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;



III. lances simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os praticados no mercado e com os custos estimados para a execução do objeto, poderão ser excluídos do sistema pelo Pregoeiro;



IV. não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro;



V. os lances deverão ser formulados considerando-se a necessidade de cumprimento das obrigações previstas neste Edital e em seus Anexos;



VI. durante a sessão pública os Licitantes serão informados em tempo real do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do Licitante;



VII. o Licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

4.5 No caso de desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, se o Portal de Compras do Governo Federal permanecer acessível aos Licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.5.1 Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos para o Pregoeiro, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no Portal de Compras do Governo Federal.

4.6 Considerando o modo de disputa aberto e fechado, a etapa de envio de lances terá duração de 15 (quinze) minutos, após a qual o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

4.6.1 Após a etapa de encerramento aleatório, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da melhor oferta e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até 10% (dez por cento) *superiores* àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

4.6.2 Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o item 4.6.1, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

4.6.3 Nos procedimentos de que tratam os itens 4.6.1 e 4.6.2, o Licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance, observando-se que, ao final, os lances serão ordenados e divulgados pelo sistema.

4.7 Encerrada a etapa de lances, se o melhor lance não tiver sido ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver lance apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior àquela, proceder-se-á da seguinte forma:



I. o sistema convocará a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada dentre aquelas enquadradas na condição prevista no *caput* deste item 4.7 para, no prazo de até 5 (cinco) minutos, ofertar valor inferior ao melhor lance;



II. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;



III. na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte mencionada no inciso I deixar de oferecer valor inferior, o sistema convocará as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que porventura se enquadrem na condição prevista no *caput* deste item 4.7, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;



IV. na hipótese de todas as microempresas ou empresas de pequeno porte enquadradas na condição do *caput* deste item 4.7 deixarem de ofertar valor inferior, o Pregoeiro convocará o Licitante ofertante do melhor lance, dando-se prosseguimento à sessão pública;



V. na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte ofertar valor inferior ao melhor lance, o Pregoeiro a convocará, dando prosseguimento à sessão pública.

4.7.1 O Pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento do Licitante na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.7.2. O Licitante que se declarar microempresa ou empresa de pequeno porte para fins de obtenção dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e não possuir tal condição ficará sujeito à sanção administrativa prevista neste Edital, sem prejuízo da responsabilização em outras esferas, devendo-se observar ainda a restrição constante do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

4.7.3 O procedimento listado nos incisos do item 4.7 deste Edital será promovido pelo Pregoeiro, observada a ordem classificatória, sempre que o Licitante ofertante do melhor lance for desclassificado, inabilitado ou excluído deste Pregão.

4.7.4 Na hipótese de o melhor lance ter sido ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte ou na hipótese de o melhor lance não ter sido ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte e não haver oferta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor lance, o Pregoeiro convocará o Licitante ofertante do melhor lance, dando-se prosseguimento à sessão pública.

4.8 Em caso de empate entre propostas serão adotados os critérios de desempate previstos no artigo 55 da Lei nº 13.303/2016.

4.9 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro verificará a inexistência dos impedimentos previstos no item 2.3, que deverá ser confirmada em cadastros oficiais de empresas punidas ou sancionadas (tais como: CEIS, CNEP, CNIA e à certidão negativa de licitante inidôneo, emitida pelo TCU), bem como no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin) e em sistema interno de consulta a impedimentos, e, estando regular a participação do Licitante classificado em primeiro lugar, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado a melhor oferta, ressalvadas as hipóteses em que a redução possa comprometer a exequibilidade da proposta final ofertada.

4.9.1 Para oferta da contraproposta a que se refere o item acima, o Pregoeiro poderá solicitar previamente ao Licitante a apresentação da proposta adequada ao lance final ofertado, nos termos previstos no item 4.10.

4.9.2 O Pregoeiro poderá suspender a sessão para que o Licitante ofertante do melhor lance possa avaliar a possibilidade de redução do último valor ofertado.



4.10 O Licitante ofertante do melhor lance deverá apresentar a proposta adequada ao lance final ofertado, exclusivamente pelo sistema do Portal de Compras do Governo Federal, conforme modelo constante do **Anexo II (Modelo de Proposta)** deste Edital, no prazo de até 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro, prorrogáveis, a critério do **BNDES**.

4.10.1 A proposta deverá identificar o Licitante e ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada por seu Representante Legal ou Procurador.

4.10.2 Os valores ofertados na proposta deverão ser expressos em Real (R\$) e com 2 (duas) casas decimais.

4.10.3 Devem estar incluídas no valor global ofertado todas as despesas e custos, diretos e indiretos (tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte, seguro e insumos), necessários ao cumprimento integral do objeto a ser contratado.

4.10.4 O Licitante deverá informar, em sua proposta, no campo “Estabelecimentos vinculados à execução contratual (matriz/filial)” do Anexo II (Modelo de Proposta) deste Edital, o(s) estabelecimento(s) responsável(is) pela execução contratual.

4.10.5 Deverá ser anexada à Proposta a Declaração de Inexistência de Impedimentos de Participação prevista no Anexo IV deste Edital.

4.10.6 Deverá ser anexada à Proposta a documentação prevista no subitem 13.1 do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.


4.11 Após o envio da documentação de proposta, o Pregoeiro, examinará a compatibilidade do preço ofertado em relação ao valor estimado para a contratação.


4.11.1 Nesta ocasião, o Pregoeiro poderá verificar a habilitação do Licitante ofertante do melhor lance.


4.11.2 Caso sejam exigidos documentos de habilitação que não estejam contemplados no SICAF, o Pregoeiro deverá solicitar ao Licitante a apresentação das informações necessárias por intermédio do sistema, no prazo de 2 (horas), a contar da respectiva convocação, permitida a prorrogação, a critério do **BNDES**.


4.11.3 Caso adotado o procedimento previsto no item 4.11.1, a análise definitiva da proposta, em todos os seus requisitos, somente será concluída se verificado o atendimento dos requisitos de habilitação do Licitante ofertante do melhor lance.

4.12 Na análise e julgamento da proposta, o Pregoeiro poderá, justificadamente, sanar erros ou falhas que não alterem sua substância da proposta (vícios sanáveis), atribuindo-lhe validade e eficácia, rejeitando aquela:

 I. que possuir vícios insanáveis;

 II. que não atender às exigências deste Edital e de seus Anexos;

 III. cujo(s) [valor(es) unitário(s) ou/e global **forem superiores** ao limite estabelecido no Anexo I (Termo de Referência) deste Edital; ou

 IV. cujo **valor global** for inexequível, observado o disposto no subitem 4.12.1 deste Edital.

4.12.1 Havendo indícios de **inexequibilidade** dos valores ofertados, será instaurada diligência para que o Licitante ofertante da melhor proposta possa, no prazo fixado pelo Pregoeiro:

I. comprovar a exequibilidade, apresentando justificativas e documentos que comprovem a viabilidade e a compatibilidade dos valores ofertados; ou

II. ajustar os valores ofertados, apresentando proposta readequada, tendo como limite máximo o valor global ofertado na proposta e, se for o caso, justificativas para os ajustes realizados.

4.12.2 Os documentos apresentados pelo Licitante ofertante da melhor proposta, a título de ajuste dos valores ofertados **ou** de comprovação de sua exequibilidade, serão encaminhados para análise da Equipe Técnica do **BNDES**, a fim de que possa emitir o competente parecer.

4.13 Recusada a proposta, o Pregoeiro convocará o próximo colocado, observadas as disposições relativas ao direito de preferência previstas neste Edital.

4.14 Aceita a proposta ou adotada a opção prevista no subitem 4.11.1, o Pregoeiro passará à análise de habilitação, observado o procedimento disposto no item 4.11.2.

4.14.1 Para que seja habilitado, o Licitante deverá atender a todas as exigências abaixo listadas e as previstas no item 4.15 deste Edital:

- I. Decreto de autorização de funcionamento no Brasil, quando se tratar de sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- II. Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido por órgão competente, quando a atividade a ser desempenhada pela sociedade assim o exigir;
- III. Instrumento Particular de Mandato (Procuração) com firma reconhecida em cartório ou em conjunto com a cédula de identidade ou documento equivalente do signatário, para fins de conferência da sua assinatura ou digitalmente assinada, ou Instrumento Público de Mandato, outorgando expressamente poderes para a prática de todos os atos pertinentes à licitação, nos casos em que o Licitante for representado por Procurador;
- IV. no caso de:

SOCIEDADE EMPRESÁRIA

Ato Constitutivo em vigor, devidamente registrado no registro competente, com sua(s) respectiva(s) alteração(ões), ou a sua última consolidação, acompanhado do documento comprobatório de seus administradores devidamente registrado;

SOCIEDADE SIMPLES

Ato Constitutivo em vigor, devidamente registrado no registro competente, com sua(s) respectiva(s) alteração(ões), ou a sua última consolidação, bem como documento que comprove a indicação de seus administradores;

EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, ou qualquer outro documento idôneo que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;

- V. certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais, à dívida ativa da União, e às contribuições previdenciárias e às de terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- VI. certidão de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, expedida pela Caixa Econômica Federal;
- VII. certidão de Regularidade perante o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN);
- VIII. certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos trabalhistas emitida pela Justiça do Trabalho;
- IX. certidão negativa de pedido de falência, expedida na sede da pessoa jurídica;
 - a) Na hipótese de a sede ser situada em outra localidade que não a Capital do Rio de Janeiro, poderá ser exigido do Licitante que apresente a relação dos Cartórios de Distribuição da Comarca que expede a certidão mencionada neste inciso, emitida pelo órgão competente.
- X. certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos trabalhistas emitida pela Justiça do Trabalho;

XI. Índices de Liquidez Geral (LG), de Solvência Geral (SG) e de Liquidez Corrente (LC) iguais ou maiores que 1 (= ou > 1), observadas as fórmulas a seguir:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \quad \text{LC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} \end{aligned}$$

- a) O Licitante deverá apresentar as informações contábeis, na forma da lei, para cálculo dos referidos índices.



b) Caso o resultado de qualquer dos índices seja menor que 1 (um), o Licitante deverá apresentar as informações contábeis, na forma da lei, a fim de comprovar que possui capital social registrado ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor anual estimado para a presente contratação;

- XII. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) igual ou superior a 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor anual estimado da contratação, a ser comprovado pelas informações contábeis apresentadas pelo Licitante na forma da lei;
- XIII. Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação;
- XIV. Declaração emitida pelo Licitante de que 1/12 (um doze avos) de seus contratos, vigentes na data de convocação para apresentação dos documentos de habilitação, não é superior ao seu patrimônio líquido. Esta declaração deverá ser acompanhada da relação de compromissos assumidos pelo Licitante, bem como da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE relativo ao último exercício social;
- XV. Qualificação técnica, relativa às parcelas de maior relevância técnica e econômica do objeto, nos termos do subitem 13.2 do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

4.14.2 Caso o Licitante indique na proposta outro(s) estabelecimento(s) responsável(is) pela execução contratual, deverá apresentar, além dos documentos que comprovem a sua própria habilitação, aqueles relativos à habilitação do(s) estabelecimento(s) indicado(s), observando-se que alguns documentos, por sua própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

4.14.2.1 Poderá(ão) ser apresentado(s) em nome de quaisquer de seu(s) estabelecimento(s) o(s) atestado(s) de capacidade técnica exigido(s).

4.15 O Pregoeiro analisará a documentação apresentada, verificando o atendimento às exigências deste Edital e de seus Anexos. Para fins de julgamento da habilitação poderão ser consultados outros sítios da Internet, notadamente sítios oficiais emissores de certidões.

4.15.1 As certidões que não possuem prazo de validade somente serão aceitas se as respectivas datas de emissão não excederem a 90 (noventa) dias de antecedência da data de sua apresentação.

4.15.2 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da decisão do Pregoeiro que declarar o Licitante vencedor da licitação, prorrogáveis por igual período, a critério do **BNDES**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, sob pena de inabilitação no sistema.

4.15.3 Caso seja necessária a instauração de diligência para o julgamento da habilitação, os documentos solicitados nesta ocasião deverão ser encaminhados exclusivamente via sistema, dentro do prazo definido pelo Pregoeiro, que não poderá ser inferior a 2 (duas) horas.

4.16 Se o Licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro convocará o próximo colocado, observadas as disposições relativas ao direito de preferência previstas neste Edital.

4.17 Constatado o atendimento de todos os requisitos de habilitação e verificando-se aceitabilidade da proposta, o Licitante será declarado vencedor do certame, abrindo-se prazo para que os Licitantes possam, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão deste direito.



4.17.1 Admitida pelo Pregoeiro a intenção de recurso, será concedido, ao Licitante que tenha manifestado tal intenção, o prazo de até 3 (três) dias úteis, para apresentar, pelo Portal de Compras do Governo Federal, as razões recursais, ficando os demais Licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo para a apresentação das razões recursais.

4.17.2 A vista dos autos do processo desta licitação referente aos documentos que não estão no sistema do Portal de Compras do Governo Federal deverá ser solicitada à Gerência de Licitações e Contratos 2 do **BNDES**, pelo e-mail licitacoes@bndes.gov.br.

4.17.3 O Pregoeiro poderá reconsiderar sua decisão ou mantê-la. Neste último caso, o Pregoeiro deverá, no prazo de 3 (três) dias úteis, submeter o recurso, devidamente informado, à apreciação da Autoridade Superior, que deverá promover sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis.

4.17.4 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

4.18 A sessão pública será encerrada depois de declarado o vencedor e transcorrido o prazo para manifestação de intenção de recorrer. Não havendo registro de intenção de recurso, o objeto da licitação poderá ser adjudicado ao Licitante vencedor.

5 ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

5.1 Definido o Licitante vencedor, o objeto licitado lhe será adjudicado, estando a licitação sujeita à homologação pela Autoridade Competente, que analisará a conveniência e oportunidade da contratação, bem como a legalidade dos atos praticados.

5.2 A qualquer tempo, a licitação poderá ser revogada ou anulada, nos limites fixados pela Lei nº 13.303/2016.

5.2.1 Caso seja verificada, após a abertura da sessão pública, a intenção de se revogar ou anular a licitação, será concedido aos Licitantes prazo para contestar o ato e exercer o direito ao contraditório e à ampla defesa.

5.2.2 O contraditório prévio mencionado no item acima poderá ser dispensado caso o fato gerador da revogação ou anulação não seja imputado aos Licitantes.

6 SANÇÃO ADMINISTRATIVA

6.1 O Licitante cuja conduta esteja prevista em um dos incisos do artigo 84 da Lei nº 13.303/2016 ficará sujeito à sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **BNDES**, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

6.2 Somente será aplicada sanção mediante procedimento administrativo punitivo licitatório, na forma do Regulamento de Licitações do Sistema **BNDES**, pelo qual será assegurado prazo de até 10 (dez) dias úteis para o exercício do contraditório e a ampla defesa.

6.3 A decisão será comunicada por escrito ao Licitante, dela cabendo recurso, dirigido à Autoridade que proferiu a decisão, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

6.4 No caso de atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, observar-se-ão os termos da Lei nº 12.846/2013.

7 CONTRATAÇÃO

7.1 Homologada a licitação, o **BNDES** convocará o vencedor do certame, por e-mail, para apresentar, no prazo definido pelo **BNDES** no momento da convocação:

O Contrato assinado preferencialmente de forma digital, mediante certificação digital ICP-Brasil por seu Representante Legal, observada minuta constante do Anexo III (Minuta de Contrato) deste Edital.

7.2 Será solicitado ao Licitante vencedor que atualize as certidões exigidas na fase de habilitação, se o prazo de validade expirar durante o curso da licitação.

7.3 Na hipótese de recusa ou inércia do Licitante na apresentação dos documentos listados nos itens 7.1 e 7.2 deste Edital, a sessão pública poderá ser retomada para que o Pregoeiro providencie a exclusão do Licitante da licitação, convocando, em seguida, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, desde que atendidos os requisitos de proposta e habilitação, nos termos do item 4.17, para assinatura do contrato, no mesmo prazo e nas mesmas condições propostas, inclusive quanto aos preços, pelo Licitante que deixou de atender a convocação.

7.3.1 Na hipótese do item acima, deverão ser observadas as disposições relativas à preferência previstas neste Edital.

8

INFORMAÇÕES ADICIONAIS



8.1 Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do presente Edital até **3 (três)** dias úteis anteriores à data de abertura da sessão pública.

8.1.1 A impugnação deverá ser encaminhada à Gerência de Licitações e Contratos 2 do **BNDES**, pelo e-mail licitacoes@bndes.gov.br, devendo ser informado, no campo “assunto”, a modalidade e o número da licitação (Pregão Eletrônico nº 012/2026 – **BNDES**).

8.1.2 Caberá ao Pregoeiro julgar a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis.

8.1.3 A ata de julgamento de impugnação será divulgada no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras/pt-br), para ciência de todos os interessados.

8.2 O **BNDES** reserva-se o direito de alterar os termos deste Edital. A alteração que afetar a formulação das propostas implicará a reabertura do prazo para a apresentação das mesmas.



8.3 É facultada ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência a ser registrada em ata, com a finalidade de esclarecer, corrigir ou complementar a instrução do processo, inclusive com a possibilidade de inclusão de documentos necessários para confirmação da compatibilidade da oferta com as exigências do Edital, adotando-se o princípio do formalismo moderado.

8.4 A qualquer tempo o **BNDES** poderá negociar com o Licitante, com o fim de obter proposta mais vantajosa.

8.5 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas visando à ampliação da disputa entre os Licitantes, à obtenção da proposta mais vantajosa, desde que não comprometam os interesses do **BNDES**, bem como à

finalidade e à segurança da contratação.

8.6 Caso exigida tradução de documentos apresentados em língua estrangeira, está se dará na forma livre, facultando-se ao **BNDES** a exigência de tradução juramentada, apostilamento ou consularização do(s) documento(s) como condição para a assinatura do contrato.

8.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos observar-se-á o que segue:

- I. excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento;
- II. os prazos somente serão iniciados e vencidos em dias de expediente no **BNDES**.

8.8 Na ocorrência de qualquer fato superveniente ou na hipótese de caso fortuito ou de força maior será observado o seguinte:

- I. se o fato impedir a realização de sessão pública na data marcada, a referida sessão será adiada;
- II. os prazos que estiverem em curso serão suspensos, voltando a correr assim que a situação estiver normalizada.

8.9 O andamento da licitação poderá ser acompanhado por qualquer interessado no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras/pt-br).

8.10 Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios, afastado qualquer outro, por privilegiado que seja.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2026.

Júlia Bohrer Rodrigues
Gerente
AJI/JULIC/GLIC2

Raphael Domingues de Moraes
Chefe de Departamento
AJI/JULIC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026 – BNDES
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de serviços gerais de apoio administrativo (limpeza, controle de pragas, copeiragem, recepção, garçonaria e mensageria), com o fornecimento de materiais e equipamentos necessários para a execução dos serviços, a serem prestados na unidade administrativa do **BNDES** localizada em Recife, estado de Pernambuco (**Recife-PE**), pelo período de 30 (trinta) meses, prorrogáveis até o limite de 60 (sessenta) meses ou até 120 (cento e vinte) meses, caso seja configurada a hipótese prevista no inciso II do art. 71 da Lei nº 13.303/2016 ou no inciso I do art. 104 da RES CA nº 02/2025 – BNDES.

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1. SERVIÇO DE LIMPEZA E CONTROLE DE PRAGAS

Serviço de conservação, limpeza e controle de pragas, com fornecimento de todos os materiais e equipamentos a serem utilizados (descritos no item 5 deste Termo de Referência), adequados para a conservação e limpeza de ambientes fechados, por profissionais devidamente uniformizados.

2.1.1. Deverão ser executadas as atividades de conservação e limpeza a seguir:

I. Diariamente:

- a) aspiração de pó das áreas com carpetes e tapetes, das cortinas e dos estofados;
- b) lavagem, com emprego de água e produto de limpeza, das pias, sanitários e banheiros, mantendo-os permanentemente limpos e higienizados, com reposição de papéis, sabonete, protetor de assento sanitário, álcool gel, refil de mictório e refil de coletor de absorvente;
- c) remoção de pó dos móveis, máquinas e equipamentos;
- d) ensacamento das lixeiras;
- e) limpeza das cestas de lixo, incluindo ensacamento e remoção desse lixo;
- f) limpeza das copas, inclusive fogões, geladeiras e objetos de uso diário, de modo a mantê-los permanentemente limpos e higienizados;
- g) limpeza das maçanetas, puxadores de portas e gavetas, e interruptores de luz com álcool 70%;
- h) higienização, conservação e ordenação das salas de reunião, diariamente e/ou sempre que solicitado pelo(a) Gestor do Contrato, com atenção especial à desinfecção, com álcool 70%, de superfícies como mesas, braços de cadeiras, maçanetas, interruptores, aparelhos de telefone, controles remotos e demais objetos presentes na sala; e
- i) outros serviços que se façam necessários à manutenção da limpeza das áreas ocupadas.

II. Semanalmente:

- a) polimento, com lustra-móveis, cera e/ou álcool (de acordo com orientação do fabricante), nos móveis em madeira, fórmica, aço, couro e outros objetos do ambiente;
- b) limpeza dos vidros das janelas e portas;
- c) limpeza dos cantos do teto, para remoção de sujidades, como teias de aranha, com o emprego dos meios e do material de limpeza apropriados;
- d) lavagem dos recipientes de lixo e detritos;
- e) lavagem, com emprego de água e produto químico, das cestas de lixo das estações de trabalho;
- f) limpeza das persianas;
- g) lavagem de toalhas;
- h) regar plantas e retirar folhas soltas dos vasos;
- i) lavagem geral dos banheiros e copa incluindo limpeza de azulejos, pias, balcões, armários, geladeiras, fogão e outros utensílios; e
- j) demais serviços necessários à manutenção de um ambiente limpo e higiênico.

III. Mensalmente:

- a) Lavagem das paredes revestidas com tinta lavável e das divisórias de fórmica para retirada de manchas.

IV. Trimestralmente:

- a) Manutenção leve de plantas ornamentais internas, com retirada de folhas soltas, admitida a poda estética de baixo porte, até 2 (dois) metros, sem uso de equipamentos motorizados e sem trabalho em altura.

V. Semestralmente:

- a) O serviço de controle de pragas;
- b) Lavagem mecânica de pisos e carpetes e dos estofamentos das cadeiras, mediante equipamento motorizado com sistema de injeção de solução aquosa e sucção simultânea (autolavadora/extratora), com emprego de produto químico apropriado ao local; e
- c) Lavagem de bandeiras pertencentes ao cerimonial.

O serviço descrito na linha “b” (lavagem mecânica de pisos e carpetes) deve ser realizado aos sábados, em dia e horário previamente acordados com a gestão.

VI. Anualmente:

- a) Lavagem das persianas (cortinas), com emprego de material adequado.

VII. Eventualmente:

- a) Pequenas remoções, transporte e/ou manejo de móveis, utensílios, máquinas ou plantas, notadamente para a limpeza e organização das instalações; e
- b) Limpeza das peças que compõe as luminárias, como plafons, por ocasião de suas manutenções, de todas as áreas do escritório.

2.1.1.1. O **serviço de controle de pragas** consiste no controle integrado de ratos, traças, camundongos, baratas, formigas, moscas, mosquitos, aracnídeos, quilópodes e quaisquer outros insetos que possam causar agravos à saúde e/ou prejuízos econômicos, incluindo o serviço de monitoramento e controle dos vetores transmissores da dengue, zika, chikungunya, febre amarela e malária, entre outros.

2.1.1.2. O serviço de controle de pragas deve contemplar a inspeção semanal em todas as áreas internas pavimentadas do edifício ocupadas pelo **BNDES** com tratamento específico, quando necessário, para o controle de vetores e pragas.

2.1.1.3. A estratégia de combate às pragas deve priorizar métodos integrados e, quando necessário, utilizar produtos de menor toxicidade à saúde humana e demais organismos não alvo, maior facilidade e segurança na aplicação e menor quantidade de resíduos no solo, água ou ar do ambiente.

2.1.1.4. O Contratado deverá apresentar ao **BNDES** o plano específico de controle de pragas atendendo às determinações contidas neste Termo de Referência, contemplando a periodicidade de vistoria, métodos de combate e técnicas de aplicação, bem como os produtos a serem aplicados.

2.1.1.5. O Contratado será responsável por providenciar e arcar com os custos de todos os insumos, materiais e equipamentos necessários para a execução do serviço de controle de pragas, independentemente da subcontratação ou não deste serviço.

2.1.1.6. Os custos relativos aos materiais, equipamentos e serviços de controle de pragas deverão ser alocados adequadamente na planilha de custos relativa aos Materiais de Limpeza e Equipamentos.

2.1.1.7. O Contratado deverá providenciar, por demanda, eventuais ações complementares ao serviço prestado de forma regular que, porventura, se mostrem necessárias em função de cenário imprevisto de proliferação de pragas.

2.1.1.8. O serviço de controle de pragas poderá ser integralmente subcontratado, mediante prévia autorização do **BNDES**, desde que o Subcontratado atenda às exigências para o serviço estabelecidas neste Termo, bem como atenda o inciso II, Art. 48º da Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece que o **BNDES**, no caso de subcontratação, pode exigir que o Subcontratado seja uma microempresa ou empresa de pequeno porte. Para todos os efeitos deste Termo, entretanto, a responsabilidade pelos serviços será do Contratado, a quem caberá o acompanhamento, a supervisão e a prestação de contas perante o BNDES.

2.1.2. Áreas de execução do Serviço de Limpeza e Controle de Pragas

A área a ser limpa é de aproximadamente 948m² (novecentos e quarenta e oito metros quadrados), compreendendo o 18º e o 19º pavimentos da Torre Cícero Dias, localizada na cidade do Recife-PE.

As dimensões aproximadas de cada espaço estão indicadas abaixo:

2.1.2.1. 18º pavimento da Torre Cícero Dias

- 02 (dois) banheiros femininos, 02 (dois) banheiros masculinos, 01 (um) banheiro para Portadores de Necessidades Especiais - PNE e 01 (um) vestiário com chuveiro (totalizando 21 m²);
- 02 (duas) salas de reunião (totalizando 30 m²);
- 01 (uma) sala de Chefia de Departamento (totalizando 31 m²);
- 01 (uma) sala de espera (totalizando 20 m²);
- 01 (uma) sala de pool de impressoras com uma estação de serviço (totalizando 10 m²);
- 01 (uma) sala de helpdesk com 2 (duas) estações de serviço (totalizando 08 m²);
- 01 (uma) copa com 9,4 m²;
- 01 (um) almoxarifado com 4,6 m²;
- 01 (uma) sala de telefonia com 7,8 m²;
- 01 (uma) sala de coordenação / caixa, com 17 m²; e
- 01 (uma) área para staff com até 25 (vinte e cinco) estações de serviço, (totalizando 243 m²).

2.1.2.2. 19º pavimento da Torre Cícero Dias

- 02 (dois) banheiros femininos, 02 (dois) banheiros masculinos e 01 (um) banheiro para Portadores de Necessidades Especiais - PNE (totalizando 15,9 m²);
- 02 (dois) gabinetes com 01 (um) banheiro cada, (totalizando 111 m²);
- 01 (uma) copa com 4,95 m²;
- 01 (uma) área para staff com 11 (onze) estações de serviço, (totalizando 113,9 m²);
- 01 (uma) área para secretárias com 02 (duas) estações de trabalho, (totalizando 26,3 m²);
- 01 (uma) sala de espera (totalizando 20 m²);
- 01 (um) auditório para até 44 (quarenta e quatro) pessoas, (totalizando 43,38 m²);
- 02 (duas) salas de reunião (totalizando 30,1 m²); e
- 01 (uma) área de circulação / corredor (totalizando 28,8 m²).

As dimensões aproximadas de cada andar estão indicadas abaixo:

ÁREAS RECIFE

	NOME DO AMBIENTE	ÁREA	PISO	PAREDE
18	WC PNE	6,58m2	5,42m2	1,15m2
	VESTIÁRIO	6,78m2	5m2	1,17m2
	WC FEM.	6,60m2	5,42m2	1,18m2
	HELP DESK	9,10m2	7,69m2	1,39m2
	ALMOXARIFADO	6,23m2	5,37m2	0,86m2
	POOL	10,15m2	9,17m2	0,98m2
	TELECOM	8,79m2	7,81m2	0,98m2
	WC MASC.	6,58m2	5,42m2	1,12m2
	COPA	12,21m2	9,45m2	1,34m2
	FILTRO CAFÉ	1,85m2	1,35m2	0,50m2
	SALA REUNIÃO	10,85m2	9,86m2	0,99m2
	RECEPÇÃO	20,85m2	18,49m2	2,27m2
	ESPERA	21,84m2	20,89m2	0,96m2
	ÁREA TÉCNICA	7,47m2	7,04m2	0,46m2
	DEPÓSITO	4,60m2	4,13m2	0,48m2
	SALA DE REUNIÕES	20,77m2	19,70m2	1,08m2
	CAIXA	17,88m2	16,87m2	1,01m2
	CHEFE	32,51m2	30,27m2	1,94m2
	CIRCULAÇÃO GERAL	221,98m2		
19	WC PNE	6,58m2	5,42m2	1,15m2
	COPA	6,52m2	5,37m2	1,15m2
	WC MASC.1	3,63m2	2,56m2	1,06m2
	WC FEM.1	3,63m2	2,56m2	0,72m2
	TELECOM	5,16m2	4,26m2	0,90m2
	WC MASC.2	3,72m2	2,92m2	0,80m2
	WC FEM.2	3,72m2	2,92m2	0,80m2
	X	1,24m2	0,89m2	0,35m2
	SALA DE REUNIÃO	10,85m2	9,86m2	0,99m2
	RECEPÇÃO	19,65m2	17,48m2	2,17m2
	ESPERA	20,76m2	19,84m2	0,92m2
	ÁREA TÉCNICA	11,66m2	11,17m2	0,49m2
	SALA DE REUNIÃO	20,55m2	19,50m2	1,05m2
	AUDITÓRIO	44,06m2	42,82m2	1,24m2
	GABINETE PRESIDENTE	68,46m2	65,76m2	2,70m2
	WC PRESIDENTE	7,53m2	0,89m2	6,64m2
	SECRETÁRIAS	27,92m2	26,13m2	1,79m2
	GABINETE	36,37m2	34,93m2	1,44m2

	WC GABINETE	3,97m2	2,94m2	1,03m2
	CIRCULAÇÃO GERAL	122,69m2		

2.1.2.3. O Contratado deverá fornecer os materiais próprios, em quantidade e qualidade adequadas, para limpeza de piso acarpetado, piso cerâmico, paredes, pisos frios, móveis de escritório, vidros, higiene de banheiro, bem como equipamento de proteção individual quando necessário.

2.2. SERVIÇO DE COPEIRAGEM

Serviço de copeiragem a ser executado por profissionais uniformizados e aptos ao trato com o público em geral, incluindo o fornecimento do material de consumo e dos equipamentos necessários, conforme item 5 do presente Termo de Referência.

2.2.1. Deverão ser executadas as atividades a seguir:

Atendimento de até 50 (cinquenta) empregados do **BNDES**, até 14 colaboradores (terceirizados) e uma média de até 2 (dois) visitantes por dia, totalizando até 66 (sessenta e seis) pessoas diárias, devendo ser realizadas as seguintes atividades:

- a) preparação de café, chá e outras bebidas em quantidade suficiente para atendimento dos empregados e visitantes;
- b) manutenção das garrafas térmicas cheias;
- c) manutenção da limpeza das copas, louças, utensílios e equipamentos das copas;
- d) serviço de distribuição de café, chá e outras bebidas nas salas ou mesas em horários pré-determinados e/ou sempre que solicitado;
- e) recolhimento das louças e resíduos dos gabinetes, salas de reunião e demais dependências; e
- f) lavagem das louças ao final de cada expediente.

2.3. SERVIÇO DE GARÇONARIA

Serviço de garçonaria a ser executado por profissionais uniformizados e aptos ao trato com o público em geral, em especial com autoridades.

2.3.1. Deverão ser executadas as atividades a seguir:

- a) atendimento à agenda da Alta Administração do **BNDES** e demais autoridades, visitantes, reuniões e eventos realizados na unidade administrativa do **BNDES** em Recife-PE, com estimativa mensal média de 30 (visitantes);
- b) serviço de distribuição de café, chá e outras bebidas, nos gabinetes, salas de reunião e recepção (visitantes);
- c) serviço de atendimento em almoço e lanches da Diretoria Executiva e da Presidência;
- d) organização e montagem das mesas e pratos;
- e) retirada de alimentos e louças em geral; e

- f) apoio na lavagem das louças e limpeza dos equipamentos.

2.4. SERVIÇO DE RECEPÇÃO

Serviço de recepção a ser executado por profissionais uniformizados e aptos ao trato com o público em geral, em especial com autoridades.

2.4.1. Deverão ser executadas as atividades a seguir:

- a) atendimento e recepção ao público;
- b) abertura e fechamento do escritório;
- c) controle do acesso às dependências da unidade administrativa do **BNDES** em Recife-PE, registrando os acessos em controles próprios (crachás de visitantes, crachás provisórios e temporários) e emissão de relatórios;
- d) recebimento e protocolo de documentos diversos;
- e) preenchimento de fichas de atendimento e de controle de visitantes;
- f) atendimento telefônico e transferência de ligações;
- g) anotação e transmissão de recados;
- h) recepção do público externo, direcionando às salas apropriadas, oferecendo café, chá e outras bebidas;
- i) auxílio direto às secretárias no encaminhamento das visitas, no acompanhamento da Alta Administração e autoridades e no atendimento telefônico;
- j) guarnecimento das recepções do andar e orientação aos visitantes;
- k) entrega de material informativo e de divulgação ao público; e
- l) atender demanda de serviço de recepção em eventos.

2.5. SERVIÇO DE MENSAGERIA

Serviço de mensageria a ser executado por profissionais uniformizados e aptos ao trato com o público em geral.

2.5.1. Deverão ser executadas as atividades a seguir:

- a) cópia, impressão, digitalização e encadernação;
- b) operar, sob solicitação, a trituração de documentos;
- c) operar o malote externo;
- d) distribuição de correspondências, objetos e documentos internos e externos;
- e) controle de material de escritório;
- f) apoiar a etiquetagem e conferência de documentos;
- g) controlar e arquivar comprovantes de entrega, avisos de recebimento - ARs e protocolos, alimentando planilha/sistema indicado;
- h) serviços de coletas de assinaturas;
- i) serviços de compras de pequeno valor e recepção de entregas nas docas do condomínio;
- j) recebimento, controle e distribuição de jornais, revistas e outros periódicos;

- k) arrumação e ordenação das salas de reunião;
- l) pequenos transportes e movimentações;
- m) apoio às atividades de recepção;
- n) pequenos serviços de arquivamento; e
- o) realização de serviços externos como pagamentos bancários, pequenas compras, entregas de documentos, correios, visitas a cartórios e atividades semelhantes.

2.6. SERVIÇO DE SUPERVISÃO

Serviço de supervisão a ser executado por profissional uniformizado, qualificado para a interlocução entre o **BNDES** e o Contratado, e apto ao trato com o público em geral, em especial com autoridades.

2.6.1. Deverão ser executadas as atividades a seguir:

- a) monitorar a pontualidade da equipe no que tange a ausências, férias e substituições de forma a manter a continuidade dos serviços prestados;
- b) orientar e treinar a equipe em relação aos serviços a serem prestados;
- c) reportar ao **BNDES**, sempre que necessário, as ocorrências verificadas no transcorrer dos serviços;
- d) zelar pelo comportamento adequado da equipe de trabalho e uso correto do crachá de identificação, no cumprimento das normas do **BNDES**;
- e) distribuir e controlar tarefas;
- f) elaborar relatórios mensais de acompanhamento das tarefas realizadas pela equipe;
- g) manter a boa qualidade dos serviços prestados;
- h) supervisionar e orientar os serviços de atendimento interno, como recepção, copa, limpeza e serviços gerais, visando à qualidade e presteza na execução destes serviços;
- i) propor e acompanhar a escala de férias da equipe, de modo a não ultrapassar os prazos legais;
- j) controlar as escalas de trabalho do pessoal e de serviços gerais, visando otimizar a utilização do tempo e dos recursos humanos disponíveis;
- k) vistoriar os banheiros, especialmente após os horários de maior utilização, garantindo que estejam sempre limpos e em perfeitas condições de uso;
- l) controlar a execução diária das tarefas dos colaboradores e prestação de contas ao setor responsável do escritório de Recife-PE;
- m) realizar o controle de chaves das salas e ambientes, em contato com o setor responsável do escritório de Recife-PE;
- n) supervisionar o consumo de materiais;
- o) apoio às atividades de recepção; e
- p) organizar os estoques de materiais de posse do **BNDES**.

3. EQUIPE DO CONTRATADO

3.1. Com o objetivo de garantir a qualidade na prestação dos serviços, o **BNDES** estabelece um quantitativo mínimo de postos de trabalho.

Os quantitativos, mínimos e máximos, de postos de trabalho, bem como o número de turnos por dia para cada posto, estão descritos na tabela abaixo:

Serviço	Nº de postos (a)	Turnos / dia (b)	Nº de profissionais (a x b)
Supervisão	1	1	1
Limpeza	1	2	2
Copeiragem	1	1	1
Garçonaria	1	1	1
Mensageria	0 a 1	1	0 a 1
Recepção	2	1	2
Total	De 7 a 8 postos		De 7 a 8 profissionais

3.1.1. Na coluna (a) de número de postos disposto acima, o **BNDES** não se obriga a demandar o número máximo de postos indicado.

3.1.2. Para a formação de **Mensageria**, o **BNDES** poderá demandar o posto de trabalho conforme a necessidade, devendo o Licitante realizar a previsão de um posto na planilha de formação de preços.

3.2. Caberá ao Contratado dimensionar sua equipe, considerando as estimativas, os prazos e características dos trabalhos e, no caso do serviço de limpeza, a metragem e as características dos ambientes, indicados neste Termo de Referência.

3.3. O profissional alocado para a prestação do serviço de **supervisão** deverá atender aos requisitos mínimos descritos a seguir:

- a) idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- b) ensino médio completo;
- c) conhecimento de informática em nível usuário (internet, Word e Excel);
- a) experiência mínima, comprovada em carteira de trabalho ou por atestado, de 6 (seis) meses em função similar.

3.4. Os profissionais alocados para a prestação dos serviços de **recepção** deverão atender aos requisitos mínimos descritos a seguir:

- a) idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- b) ensino médio completo;
- c) conhecimento de informática em nível usuário (internet, Word e Excel);

d) experiência mínima, comprovada em carteira de trabalho ou por atestado, de 6 (seis) meses em função similar.

3.5. Os profissionais alocados para a prestação dos **serviços de limpeza, copeiragem, garçoneria e mensageria** deverão atender aos requisitos mínimos descritos a seguir:

- a) idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- b) ensino fundamental completo; e
- c) experiência mínima, comprovada em carteira de trabalho ou por atestado, de 6 (seis) meses em função similar.

3.6. O Contratado deverá dispor de cadastro de pessoal qualificado para proceder a eventual substituição dos profissionais alocados na execução dos serviços, de forma permanente, observado o disposto a seguir:

- I. para o posto de **supervisão**, a substituição deverá ser realizada de forma imediata, com tolerância de até 2h (duas horas), contado do fato que a ensejou, sob pena de glosa por hora/posto descoberto. Para as demais formações, a substituição deverá ser realizada em até 1 (um) dia útil;
- II. o substituto deverá possuir o perfil igual ou superior ao do profissional substituído;
- III. o Contratado deverá submeter ao **BNDES** um pedido de substituição, indicando o substituto e o profissional a ser substituído, bem como o período de substituição, se for o caso. A este pedido deverá ser anexada a documentação que comprove o perfil profissional do substituto;
- IV. a substituição somente poderá ser realizada após a aprovação pelo **BNDES**; e
- V. aprovada a substituição, o Contratado deverá apresentar o comprovante do vínculo jurídico existente entre ele e o substituto, o que se dará mediante a apresentação de cópia da carteira de trabalho e previdência social (CTPS), bem como o Termo de Confidencialidade assinado pelo referido profissional, observado o modelo fornecido pelo **BNDES**.

3.7. A indicação dos profissionais, a comprovação dos perfis exigidos e a comprovação dos respectivos vínculos jurídicos deverá ocorrer na Reunião Preliminar descrita no item 8 deste Termo.

3.8. O Contratado deverá dispor de cadastro de pessoal qualificado, nos termos dos itens 3.3, 3.4 e 3.5, para proceder à cobertura imediata do posto de trabalho que porventura possa ficar desguarnecido em caso de ausência, por qualquer motivo, do profissional habitualmente nele lotado.

3.8.1. Caberá ao Contratado garantir que o profissional que porventura precise se ausentar do posto de trabalho, ou que não possa cumprir o(s) horário(s) de chegada e/ou saída previamente estabelecido(s), comunique o fato tempestivamente. A falta de cobertura de posto de trabalho, total ou parcial, será descontada do faturamento mensal, conforme disposto no item 11.1.7 do presente Termo, bem como poderá configurar ocorrência a ser apurada no Índice de Medição de Resultados – IMR, conforme disposto no item 14 do presente Termo.

3.9. O vínculo empregatício será formado exclusivamente entre os profissionais e o Contratado, cabendo a este a responsabilidade pelo pagamento dos salários, encargos sociais, despesas administrativas e as demais verbas rescisórias e contratuais.

3.10. Com relação à formação da equipe, a CONTRATADA deverá garantir que a equipe alocada para a prestação dos serviços, de forma direta, atenda cumulativamente aos seguintes requisitos mínimos de representatividade, com base em ações afirmativas de inclusão social:

3.10.1. Pelo menos 40% (quarenta por cento) de pessoas negras (pretas e pardas, conforme classificação do IBGE);

3.10.2. Pelo menos 40% (quarenta por cento) de mulheres, incluindo mulheres cisgênero e transgênero.

3.11. Para efeito de apuração do percentual mínimo exigido, o resultado do cálculo será arredondado para o número inteiro imediatamente superior, sempre que a fração decimal for superior a zero.

3.12. Os requisitos mencionados poderão ser atendidos de forma cumulativa, permitindo que uma mesma pessoa seja contabilizada em mais de um critério de inclusão, desde que devidamente autodeclarada para cada um dos marcadores sociais aplicáveis.

3.13. A comprovação do atendimento aos requisitos deverá ser apresentada antes da assinatura do contrato, por meio de relação nominal da equipe acompanhada das respectivas autodeclarações, conforme modelos a serem definidos pela Administração.

3.14. Na hipótese de o licitante vencedor não possuir, no momento da contratação, equipe que atenda integralmente aos requisitos estabelecidos, poderá ser apresentado plano de adequação com cronograma detalhado, devendo o cumprimento integral das cotas ser realizado no prazo máximo de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.

3.15. O descumprimento dos quantitativos até o final do prazo estabelecido sem justificativa aceita pela Administração, configurará inadimplemento contratual e poderá ensejar a extinção do contrato.

3.16. A CONTRATADA deverá manter a composição da equipe conforme os quantitativos estipulados ao longo de toda a vigência contratual, sendo obrigatória a substituição de eventuais desligamentos com observância aos mesmos critérios afirmativos.

3.17. A fiscalização do contrato será responsável por acompanhar o cumprimento das ações afirmativas, podendo solicitar relatórios, entrevistas ou documentos adicionais que comprovem o atendimento aos critérios estabelecidos nesta cláusula.

4. LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Os serviços serão prestados de segunda a sexta-feira, em jornada diária de 8h00 (oito horas), com 1 (uma) hora de intervalo para o almoço, totalizando 40h (quarenta horas) semanais, conforme horários estabelecidos na tabela abaixo, podendo haver variação nos horários de entrada e de saída de acordo com a necessidade de serviço do **BNDES**.

Serviço	Turnos	Horário de Almoço
Supervisão	08h00 às 17h00	11h30 às 12h30

Limpeza	08h00 às 17h00	11h30 às 12h30
	11h30 às 20h30	13h30 às 14h30
Copeiragem	09h00 às 18h00	12h30 às 13h30
Garçonaria	10h00 às 19h00	13h00 às 14h00
Mensageria	09h00 às 18h00	12h30 às 13h30
Recepção – abertura	8h30 às 17h30	12:00 às 13:00
Recepção – fechamento	11h30 às 20h30	14:00 às 15:00

4.2. O **BNDES** poderá solicitar o cumprimento de hora extraordinária para os serviços de **supervisão, garçonaria, recepção e limpeza**, sendo estimado um total de:

- até 04 (quatro) horas extras em dias úteis por mês (respeitando-se o limite máximo de 2 (duas) horas extras por dia, e até 04 (quatro) horas extras em finais de semana por mês, para 1 (um) profissional alocado no **serviço de supervisão, recepção e garçonaria**, totalizando até 48 (quarenta e oito) horas extras anuais em dias úteis e até 48 (quarenta e oito) horas extras anuais em finais de semana (sábados), para cada um dos postos referenciados; e
- até 04 (quatro) horas extras em finais de semana (sábado) por mês, para 2 (dois) profissionais alocados no **serviço de limpeza**, totalizando até 48 (quarenta e oito) horas extras anuais em finais de semana, para cada um dos 2 (dois) profissionais alocados ao posto referenciado.

4.2.1. Em caso de necessidade da permanência do profissional fora do seu horário de expediente, o mesmo deverá ser remunerado a título de horas extraordinárias, ou fazendo uso de um sistema compensatório de banco de horas, respeitando o limite determinado no item 4.2 deste Termo de Referência, assim como toda a legislação em vigor, para a categoria, à época.

4.3. Os serviços serão executados na unidade administrativa do BNDES em Recife-PE, localizada no Centro Empresarial Queiroz Galvão, Rua Padre Carapuceiro, nº 858, 18º e 19º andares, Torre Cícero Dias, Boa Viagem, Recife – PE, CEP 51020-280.

5. FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

5.1. O Contratado deverá fornecer todos os materiais necessários para a perfeita execução dos serviços, nas quantidades e periodicidade abaixo. Os materiais a serem fornecidos somente no início do contrato – subitem 5.1.1 – deverão ser repostos pelo Contratado sempre que necessário.

5.1.1. Início do contrato (com reposição sempre que necessário):

I – Materiais de Limpeza

- a) 02 (duas) unidades de pá de lixo;
- b) 20 (vinte) unidades de pano de chão;
- c) 04 (quatro) unidades de rodo;
- d) 20 (vinte) unidades de flanela para limpeza (metragem 38 x 58cm);
- e) 04 (quatro) unidades de vassoura;
- f) 04 (quatro) unidades de balde de 10 (dez) litros cada;
- g) 06 (seis) unidades de borrifador; e
- h) 02 (duas) unidades de espanador.

II – Materiais de Copeiragem e Garçonaria

- a) 50 (cinquenta) unidades de xícaras de café com pires (50 ml) em louça branca lisa, todas do mesmo modelo;
- b) 36 (trinta e seis) unidades de xícara de chá com pires (200 ml) em louça branca lisa, todas do mesmo modelo;
- c) 50 (cinquenta) unidades de colherinhas de café em aço inox;
- d) 01 (um) conjunto de talheres, do mesmo modelo, para atendimento de 24 (vinte e quatro) pessoas (colher de sopa, colher de sobremesa, colher de café, colher de chá, garfo base, garfo de sobremesa, faca base, faca de sobremesa);
- e) 50 (cinquenta) unidades de copos longos de vidro (220ml) para água;
- f) 50 (cinquenta) unidades de descanso de copos em aço inox;
- g) 02 (dois) açucareiros em aço inox com colher;
- h) 04 (quatro) porta-guardanapos em aço inox;
- i) 04 (quatro) conjuntos de tigelas para alimentos (cubas);
- j) 04 (quatro) conjuntos de potes para mantimentos inox com tampa de 3 litros cada;
- k) 02 (dois) escurredores de louça em inox;
- l) 04 (quatro) unidades de bandejas circulares de aço inox para servir (diâmetro entre 30 e 40cm) para uso dos garçons;
- m) 02 (duas) jarras de vidro (1,5 litro cada);
- n) 36 (trinta e seis) unidades de taças de vidro para água; e
- o) 04 (quatro) unidades de garrafa térmica de 2,5 litros.

Mensalmente:

I – Materiais de Limpeza

- a) 05 (cinco) unidades de água sanitária – 1 litro cada;
- b) 01 (um) galão de detergente líquido – 5 litros cada;
- c) 05 (cinco) unidades de detergente líquido – 500 ml cada;
- d) 02 (dois) pares de luva para faxina;
- e) 01 (uma) unidade de sabão em pó – 500 g cada;
- f) 10 (dez) unidades de esponja para lavar louças;
- g) 05 (cinco) unidades de produto multiuso – 500 ml cada;

- h) 01 (uma) unidade de desincrustante – 500 ml cada;
- i) 01 (um) galão de álcool para higienização – 5 litros cada;
- j) 01 (um) galão de desinfetante – 5 litros cada;
- k) 01 (um) galão de álcool gel 70% – 5 litros cada;
- l) 02 (duas) unidades de lustra móveis – 500 ml cada;
- m) 200 (duzentas) unidades de sacos para lixo azul – 60 litros cada;
- n) 200 (duzentas) unidades de sacos para lixo preto – 60 litros cada;
- o) 200 (duzentas) unidades de sacos para lixo azul – 100 litros cada;
- p) 200 (duzentas) unidades de sacos para lixo preto – 100 litros cada;
- q) 100 (cem) unidades de sacos para lixo preto – 200 litros cada;
- r) 04 (quatro) unidades de aromatizador de ambientes – 500 ml cada;
- s) 24.000 (vinte e quatro mil) folhas de papel higiênico interfolhado folhas duplas, cor branco (gramatura mínima de 28 a 32 g/m²)
- t) 30.000 (trinta mil) folhas de papel toalha folha dupla, duas dobras, cor branco (gramatura de 28 a 32 g/m²) ;
- u) 05 (cinco) unidades de protetor descartável para assento de toalete (refil com 40 folhas);
- v) 02 (duas) unidades de saquinhos plásticos para descarte de absorvente higiênico (refil com 24 unidades);
- w) 05 (cinco) unidades de sabonete líquido com ph neutro – 800 ml cada;
- x) 02 (duas) unidades de sabão de coco em barra;
- y) 10 (dez) unidades de pastilhas sanitárias para caixa acoplada;
- z) 04 (quatro) unidades de pano de limpeza multiuso;
- aa) 01 (uma) unidade de limpa carpete – 500 ml.

Semestralmente

- a) 10 (dez) litros de detergente concentrado para extratora profissional.

Mensalmente

II – Materiais de Copeiragem e Garçonaria

- a) 10 (dez) kg de café em grão (tipo exportação);
- b) 16 (dezesseis) kg de café em pó torrado e moído a vácuo (tipo exportação);
- c) 60 (sessenta) garrafas (350 ml) de água mineral sem gás;
- d) 60 (sessenta) garrafas (350 ml) de água mineral com gás;
- e) 100 (cem) saquinhos de chá de camomila;
- f) 100 (cem) saquinhos de chá de erva doce;
- g) 100 (cem) saquinhos de chá de erva cidreira;
- h) 100 (cem) saquinhos de chá de hortelã;
- i) 100 (cem) saquinhos de chá de maçã e canela;
- j) 100 (cem) saquinhos de chá de boldo;
- k) 100 (cem) saquinhos de chá verde;

- l) 05 (cinco) kg de açúcar refinado;
- m) 02 (dois) frascos de adoçante líquido – sucralose ou stévia;
- n) 300 (trezentos) sachês de adoçante dietético em pó – sucralose ou stévia;
- o) 300 (trezentos) sachês de açúcar refinado granulado;
- p) 05 (cinco) pacotes de guardanapos tamanho grande (32cm x 33cm);
- q) 300 (trezentas) unidades de copos de papel biodegradável de 200 ml;
- r) 100 (cem) unidades de copos de papel biodegradável de café de 60 ml;
- s) 200 (duzentos) mexedores de madeira para café/chá;
- t) 04 (quatro) unidades de pano de prato;
- u) 03 (três) unidades de coador de pano tamanho número 10 para máquina de café – para máquina de 8 litros;
- v) 01 (um) pacote de lã de aço com 08 (oito) unidades cada;
- w) 01 (uma) unidade de polidor de metais – 300ml;
- x) 10 (dez) quilos de achocolatado em pó para máquina self-service (item 5.2);
- y) 10 (dez) quilos de leite em pó integral para máquina self-service (item 5.2); e
- z) 10 (dez) quilos de café solúvel liofilizado para máquina self-service (item 5.2).

5.2. O **BNDES** não se obriga a demandar as quantidades de periodicidade mensal descritas no item 5.1 acima.

5.3. O Contratado deverá fornecer e manter em condições adequadas de funcionamento os seguintes equipamentos para serem utilizados na execução dos serviços:

I – Equipamentos de Limpeza

- a) pelo menos 2 (dois) aspiradores de pó e água (potência mínima e litragem mínimas de 1.600 watts e 20 litros); e
- b) pelo menos 1 (uma) lavadora de carpetes (extratora), com potência mínima de 1.600 watts.

II - Equipamentos de Copeiragem e Garçonaria

- c) 02 (dois) cafeteira de aço inox com capacidade para fazer 8 (oito) litros de café por vez, manuseada pela copeira (18º e 19º);
- d) 02 (dois) máquinas modelo “self-service”, que deverá servir café expresso, capuccino, chocolate e café com leite, com opção para bebidas sem açúcar. Este equipamento deverá atender visitantes e funcionários, incluindo a Alta Administração, com capacidade para a demanda estimada de 30 (trinta) fornecimentos por dia (18º e 19º); e
- e) 01 (uma) máquina de café expresso com 2 (dois) bicos tipo profissional. Este equipamento será manuseado pelo garçom, para atendimento de reuniões da Alta Administração, com capacidade para a estimativa de 50 (cinquenta) fornecimentos por dia.

5.4. O **BNDES** poderá exigir a troca de material e/ou equipamento, se constatado que não atendem às especificações deste Termo de Referência, ou não atendem às exigências dos respectivos órgãos reguladores, devendo o Contratado substituí-los no prazo de até 1 (um) dia útil, a contar da solicitação do **BNDES**.

6. INSUMOS A CONSIDERAR

6.1. O Licitante deverá observar todos os benefícios previstos no Instrumento Coletivo de Trabalho que rege a categorial profissional envolvida na execução dos serviços.

6.2. Transporte: O Auxílio-transporte será devido pelos dias efetivamente trabalhados, deverá caracterizar o meio mais adequado de condução para os empregados e ser entregue até o último dia útil do mês anterior à utilização.

6.2.1. Entende-se pela entrega do auxílio-transporte a data em que é efetivada a carga do valor no cartão do beneficiário. O valor deverá estar disponível para uso no primeiro dia útil do mês em que será utilizado.

6.2.2. Para fins de cotação do auxílio-transporte, devem ser considerados 22 (vinte e dois) dias mensais e o valor mínimo diário de R\$ 9,00 (nove reais), ou maior, caso assim previsto na respectiva Convenção Coletiva de Trabalho, para a Região Metropolitana do Recife-PE.

6.2.3. O pagamento de vale-transporte com valores diferenciados aos trabalhadores que residem no entorno de Recife está condicionado à comprovação de residência pelo trabalhador, sendo vedada qualquer alteração adicional no prazo de 6 (seis) meses. Os tomadores serão informados sobre qualquer alteração e se obrigam ao pagamento de eventuais diferenças decorrentes deste ônus trabalhista.

6.2.4. O reajuste dos valores relativos ao auxílio-transporte se dará de acordo com a legislação local, considerando a composição "Integração Ônibus + Sistema Metroferroviário - Vale-Transporte".

6.2.5. Para fins de adiantamento do auxílio-transporte aos profissionais deverá ser considerado o número efetivo de dias úteis do mês subsequente.

6.2.6. Caso haja necessidade de trabalho extraordinário em finais de semana ou feriados, o valor relativo ao auxílio-transporte deverá ser creditado ao profissional em até 2 (dois) dias úteis a contar da data em que foi realizado o trabalho extraordinário.

6.3. Alimentação: O auxílio-refeição/alimentação será devido para 22 (vinte e dois) dias úteis, independentemente dos dias efetivamente trabalhados, além dos dias de trabalho extraordinário em finais de semana e feriados, quando for o caso, sem qualquer ônus para os empregados, dentro do Programa de Alimentação do Trabalhador, entregue até o último dia útil do mês anterior à utilização.

6.3.1. Entende-se pela entrega do auxílio-refeição/alimentação a data em que é efetivada a carga do valor no cartão do beneficiário. O valor deverá estar disponível para uso no primeiro dia útil do mês em que será utilizado.

6.3.2. Para fins de cotação do auxílio-refeição/alimentação, devem ser considerados 22 (vinte e dois) dias mensais e o valor mínimo de R\$ 883,19 (oitocentos e oitenta e três reais e dezenove centavos)³ por mês, prevalecendo a norma coletiva, se essa for mais favorável.

6.3.3. O reajuste do auxílio-refeição/alimentação se dará de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) – Alimentos - apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo como data-base a data do orçamento a que a proposta do Licitante se referir. Caso este valor seja inferior ao valor previsto para o benefício em norma coletiva de trabalho, deverá prevalecer o maior valor.

6.3.4. Caso haja necessidade de trabalho extraordinário em finais de semana ou feriados, o valor relativo ao auxílio-refeição/alimentação deverá ser creditado ao profissional em até 2 (dois) dias úteis a contar da data em que foi realizado o trabalho extraordinário.

6.4. Plano de saúde, com assistência médica e hospitalar, sem ônus para o profissional (sem desconto, franquia ou coparticipação), com base nos valores de mercado, ainda que não prevista na Norma Coletiva da categoria, que contemple, no mínimo, no município de alocação do empregado:

- a. rede credenciada (consultórios, clínicas, laboratórios e hospitais);
- b. atendimento para urgência e emergências;
- c. atendimento 24 (vinte e quatro) horas, com médico de plantão; e
- d. cobertura ambulatorial e hospitalar (consultas, exames, tratamentos, radiografias, internações clínicas e cirúrgicas).

6.4.1. O valor mensal total do plano de saúde, para custeio do benefício de até 08 (oito) vidas dos(as) profissionais alocados(as) na execução do Contrato, não poderá ultrapassar o limite máximo de R\$ 12.687,00 (doze mil, seiscentos e oitenta e sete reais), mais incidências⁴, equivalente a um valor médio de até R\$ 1.585,88 (um mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e oitenta e oito centavos) por profissional.

6.4.1.1. O valor máximo a que refere o item 6.4.1 foi calculado com base na quantidade máxima de profissionais prevista no item 3.1. Durante a execução contratual, o limite máximo será calculado proporcionalmente à quantidade de profissionais efetivamente alocada na prestação dos serviços.

6.4.1.2. O valor unitário informado no item 6.4.1 serve de parâmetro para o cálculo do valor máximo a ser custeado pelo **BNDES** para suportar as despesas com o referido benefício. O valor unitário efetivo, contudo, poderá variar conforme a tabela de preços da administradora do benefício, bem como de acordo com a faixa etária do(a) profissional, respeitado o disposto nos itens 6.4.1 e 6.4.1.1.

³ Valor atualizado até janeiro/26.

⁴ Custos Indiretos, lucro e tributos.

6.4.2. O valor de referência estabelecido no item 6.4.1 foi definido com base na versão “junho/2025” do Painel de Precificação de Planos de Saúde disponibilizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)⁵, considerando as medianas dos “Valores comerciais por faixa etária e tipo de plano – Brasil”, referentes a contratações Empresariais (excluindo planos por adesão ou individuais), segmentação Ambulatorial e Hospitalar e sem fator moderador e distribuição de acordo com perfil etário dos profissionais atuais.

6.4.3. O valor mensal a ser pago ao Contratado para custeio das despesas com plano de saúde será o valor efetivamente desembolsado pelo Contratado, até o limite do valor informado na Planilha de Custos e Formação de Preços do Contratado, mais incidências⁶.

6.4.4. Mensalmente o Contratado deverá comprovar o pagamento dos benefícios de assistência médica e hospitalar, que deverão ser validados pelo **BNDES**, que aprovará o faturamento do valor efetivamente gasto com o benefício, sempre limitado ao valor máximo de custeio definido.

6.4.5. O valor mensal para custeio do Plano de Saúde informado na Planilha de Custos e Formação de Preços poderá ser reajustado anualmente, mediante solicitação do Contratado, com base na variação a mercado dos custos do referido benefício, que deverá ser devidamente comprovada pelo Contratado. A solicitação será avaliada pelo Gestor do Contrato para fins de verificação da vantajosidade do preço com base na metodologia utilizada para definição do valor de referência, demonstrada no item 6.4.2, considerando o perfil etário dos(as) profissionais alocados(as) na execução contratual.

Da Comprovação das Despesas

6.5. O Contratado deverá apresentar, mensalmente, documentação comprobatória das despesas incorridas com os benefícios, incluindo faturas, transferências, recibos, relatórios, demonstrativos de pagamento ou documentos fiscais relativos ao plano de saúde, vale-transporte e vale-alimentação, que comprove o repasse dos benefícios.

6.6. Poderá ser solicitado qualquer outro documento pelo BNDES no intuito de buscar a efetiva comprovação do repasse do benefício.

6.7. A não apresentação da documentação correta e tempestiva implicará nas sanções previstas em Contrato.

Disposições Gerais

6.8. O **BNDES** se reserva o direito de auditar, a qualquer tempo, as informações prestadas pelo Contratado, a fim de garantir a conformidade com as disposições estabelecidas no Edital.

⁵ <https://www.gov.br/ans/pt-br/aceso-a-informacao/perfil-do-setor/dados-e-indicadores-do-setor> (Acessar: Dados sobre planos de saúde > Painel de Precificação)

⁶ Custos Indiretos, lucro e tributos.

6.9. O não cumprimento das disposições referentes à concessão de benefícios ou a utilização de critérios discriminatórios, como o fator idade, poderá resultar na rescisão do contrato, bem como na aplicação de penalidades previstas na legislação vigente.

6.10. Uniformes: Os uniformes serão novos, de uso obrigatório por todos os profissionais e deverão ser fornecidos pelo Contratado, sem custo para o profissional, conforme os conjuntos especificados nos itens 6.10.5 e 6.10.6 do presente Termo, na quantidade de conjuntos e frequência estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho da respectiva categoria profissional. Caso não haja previsão a este respeito na referida Convenção, o Contratado deverá fornecer, no início da execução do Contrato, 2 (dois) conjuntos de uniformes e, semestralmente, 1 (um) conjunto de uniformes para cada profissional, conforme especificado nos itens 6.10.5 e 6.10.6 do presente Termo.

6.10.1. Uma amostra dos uniformes será apresentada ao **BNDES** em até 10 (dez) dias úteis antes do início da execução do Contrato, para que se possa avaliar o atendimento das especificações listadas nos itens 6.10.5 e 6.10.6 deste Termo. Caso a amostra não atenda às referidas especificações, o Contratado disporá de 05 (cinco) dias úteis para efetuar os ajustes necessários.

6.10.2. O Contratado deve comprovar a aquisição das vestimentas dos funcionários, apresentando as correspondentes notas fiscais de compra ao **BNDES**.

6.10.3. Os uniformes deverão estar sempre limpos e passados.

6.10.4. O Contratado deverá substituir os uniformes que apresentarem defeitos ou desgastes, independente do prazo estabelecido no item 6.10, sem qualquer custo adicional para o BNDES.

6.10.5. O Contratado deverá fornecer uniformes apropriados às profissionais gestantes, substituindo-os sempre que necessário.

6.10.6. Os uniformes deverão conter o logotipo do Contratado gravado nas vestimentas.

6.10.7. Cada conjunto de uniformes deverá conter as seguintes peças e quantidades:

I. Serviço de Supervisão:

Masculino	Feminino
02 (duas) calças pretas em tecido gabardine	02 (duas) saias e 2 (duas) calças pretas em tecido gabardine
03 (três) pares de meias pretas	02 (dois) pares de meia-calça finas fio 40 e 02 (dois) pares de meias finas 3/4 pretas
01 (um) blazer preto em tecido gabardine	01 (um) blazer preto em tecido gabardine
04 (quatro) camisas sociais de manga longa, brancas, em	04 (quatro) blusas na cor branca em tecido de algodão

tecido de algodão misto	misto
02 (dois) pares de sapatos pretos	02 (dois) pares de sapatos pretos
01 (um) cinto social preto	02 (dois) echarpes verdes dégradé

II. Serviço de Limpeza:

Masculino	Feminino
03 (três) conjuntos compostos de calça e jaleco na cor azul marinho em tecido brim e tadel	03 (três) conjuntos compostos de calça e jaleco na cor azul marinho em tecido brim e tadel
06 (seis) pares de meias brancas	06 (seis) pares de meias brancas
02 (dois) pares de sapato/bota antiderrapantes pretos	02 (dois) pares de sapato/bota antiderrapantes pretos

III. Serviço de Copeiragem:

Masculino	Feminino
04 (quatro) camisas brancas sendo duas de manga curta e duas de manga longa	04 (quatro) camisas brancas sendo duas de manga curta e duas de manga longa
02 (duas) calças sociais na cor preta	02 (duas) calças sociais na cor preta
02 (dois) pares de sapato social	02 (dois) pares de sapatilha
03 (três) pares de meia social	03 (três) pares de meia sapatilha
02 (dois) aventais	02 (dois) aventais
01 (uma) gravata borboleta	02 (dois) prendedores de cabelo
02 (duas) toucas para cabelo, em tela	02 (duas) toucas para cabelo, em tela
01 (um) cinto social preto	01 (um) cinto social preto

IV. Serviço de Garçonaria:

Masculino	Feminino
04 (quatro) camisas sociais manga longa branca	04 (quatro) camisas sociais manga longa branca
02 (duas) calças sociais pretas	02 (duas) calças sociais pretas
01 (um) colete social preto	01 (um) colete social preto
01 (um) smoking preto	01 (um) blazer preto
02 (dois) pares de sapato social preto	02 (dois) pares de sapato social preto
03 (três) pares de meia social preta	03 (três) pares de meia social preta
01 (uma) gravata borboleta preta	01 (uma) gravata borboleta preta
02 (duas) toucas para cabelo, em tela	02 (duas) toucas para cabelo, em tela
01 (um) cinto social preto	01 (um) cinto social preto
	02 (dois) laços para o cabelo

V. Serviço de Mensageria:

Masculino	Feminino
02 (duas) calças em tecido da cor azul escuro em tecido jeans	02 (duas) calças em tecido da cor azul escuro em tecido jeans
04 (quatro) camisas sociais sendo duas unidades de mangas curtas e duas unidades de manga longa, brancas em tecido de algodão misto	04 (quatro) blusas sociais sendo duas unidades de mangas curtas e duas unidades de manga longa, brancas em tecido de algodão misto
02 (dois) pares de tênis pretos	02 (dois) pares de tênis pretos
03 (três) pares de meias pretas	03 (três) pares de meias pretas
01 (um) cinto preto	01 (um) cinto preto

VI. Serviço de Recepção:

Masculino	Feminino
02 (duas) calças pretas em tecido gabardine	02 (duas) saias midi e 2 (duas) calças pretas em tecido gabardine
01 (um) blazer preto em tecido gabardine	01 (um) blazer preto em tecido gabardine
01 (um) cinto preto	02 (dois) echarpes verdes dégradé
03 (três) pares de meias pretas	03 (três) pares de meias finas fio 40 pretas e 03 (três) pares de meia 3/4 pretas
04 (quatro) camisas sociais de manga longa, brancas, em tecido de algodão misto	04 (quatro) blusas na cor branca em tecido de algodão misto
02 (dois) pares de sapatos pretos	02 (dois) pares de sapatos pretos de salto (5 cm)

6.11. O Contratado deverá fornecer aos profissionais alocados na execução dos serviços os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários, observada a Convenção Coletiva de Trabalho da respectiva categoria profissional e a Norma Regulamentadora nº 6 (NR-6).

7. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. O Contratado deverá observar, na execução do objeto, os seguintes prazos:

- O prazo para início da efetiva execução dos serviços, bem como para a disponibilização e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários será informado na reunião preliminar a que se refere o item 8 deste Termo de Referência;
- O prazo para fornecimento dos uniformes para os profissionais será de até 2 (dois) dias úteis antes início da execução dos serviços;

- c) Após o fornecimento inicial, a reposição semestral dos uniformes será a cada 180 (cento e oitenta) dias, a contar do fornecimento anterior, com tolerância de até 10 (dez) dias úteis, independente de solicitação formal do **BNDES**;
- d) O prazo para substituição dos materiais e equipamentos reprovados pelo **BNDES** será de até 2 (dois) dias úteis, a contar da solicitação do **BNDES**; e
- e) O prazo para substituição do profissional de supervisão deve ser de até 2h (duas horas), ou de até um dia útil para os demais.

8. REUNIÃO PRELIMINAR

8.1. O **BNDES** convocará o Contratado, em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Contrato, a comparecer à reunião preliminar de forma presencial. Nesta reunião:

- a) O **BNDES** esclarecerá ao Contratado todas as dúvidas relativas à execução do objeto, disponibilizando eventuais documentos necessários ao início dos trabalhos;
- b) O Contratado apresentará a comprovação de vínculo jurídico dos profissionais designados, para a prestação dos serviços objeto do Contrato, com o Contratado, o que se dará mediante a apresentação de cópia da carteira de trabalho e previdência social (CTPS);
- c) O Contratado apresentará a relação dos profissionais designados para a prestação de serviços, juntamente com a documentação comprobatória dos respectivos perfis profissionais descritos no item 3 deste Termo de Referência.
- d) O Contratado apresentará os termos de confidencialidade assinados pelos profissionais designados para a prestação de serviços, observado o modelo constante do Anexo IV do Contrato (Minutas de Termo de Confidencialidade para Profissionais).

9. RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. O **BNDES** efetuará o recebimento do objeto através do Gestor do Contrato.

9.2. O objeto será recebido provisoriamente, após a comunicação escrita do Contratado ao **BNDES**, quando da respectiva entrega, mediante recibo, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência e com as obrigações estipuladas no Contrato.

9.3. Verificada a necessidade de ajustes, correções e/ou substituições (à exceção da substituição de materiais, equipamentos e pessoal), o Contratado será convocado a efetuá-los, às suas expensas, em até 10 (dez) dias corridos, a contar da convocação.

9.3.1. Realizados os ajustes, correções e/ou as substituições solicitadas pelo **BNDES**, será emitido novo Termo de Recebimento Provisório, e verificando-se a conformidade do objeto, este será recebido definitivamente, em até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento provisório, através da emissão de Termo de Recebimento Definitivo pelo Gestor do Contrato.

9.3.2. Não realizados os ajustes e/ou as substituições solicitadas, o objeto será rejeitado, total ou parcialmente, podendo o Contrato ser rescindido pelo **BNDES**, sem prejuízo da instauração de procedimento punitivo para a aplicação de penalidade.

9.4. O recebimento definitivo do objeto constitui condição indispensável para o pagamento do valor ajustado.

10. PAGAMENTO

10.1. O **BNDES** efetuará o pagamento do objeto contratado, mensalmente, por meio de crédito em conta bancária, em 10 (dez) dias úteis, a contar da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que tenha sido efetuado ateste pelo Gestor do Contrato das obrigações contratuais assumidas pelo Contratado.

10.2. Para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, os valores destinados ao pagamento de férias, décimo terceiro salário, ausências legais e verbas rescisórias dos empregados que participarem da execução dos serviços serão efetuados pelo **BNDES** ao Contratado somente na ocorrência do fato gerador e não serão parte integrante dos pagamentos mensais.

10.2.1. As verbas relacionadas no subitem anterior compõem a planilha de custos e formação de preços e serão liberadas mediante a apresentação dos documentos comprobatórios da ocorrência dos fatos geradores e seus respectivos prazos de vencimento, observando as seguintes condições:

- a) pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional ao tempo em que os empregados estão vinculados ao contrato, quando devido;
- b) pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato, em razão proporcional ao tempo vinculado ao contrato com a Administração;
- c) pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato;
- d) pelos valores correspondentes às ausências legais efetivamente ocorridas dos empregados vinculados ao contrato; e
- e) outras de evento futuro e incerto, após efetivamente ocorridas, pelos seus valores correspondentes.

10.2.2. A não ocorrência dos fatos geradores discriminados no subitem anterior não gera direito adquirido para o Contratado das referidas verbas ao final da vigência do contrato.

10.2.3. O total dos valores a serem liberados pelo **BNDES** está limitado ao valor acumulado de acordo com a planilha de custos apresentada, devendo o Contratado complementá-los caso tal valor não seja suficiente para o atendimento das obrigações trabalhistas dispostas no subitem 10.10.

10.3. O Contratado deverá destacar no documento de cobrança os valores relativos ao fornecimento de material e mão de obra, a fim de que o BNDES possa proceder à retenção dos 11% (onze por cento) do valor relativo à mão de obra, nos termos do que estatui a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998, e demais normatizações do INSS.

10.4. O **BNDES** poderá efetuar retenções ou glosas nos respectivos pagamentos, nas hipóteses previstas no Contrato, notadamente quando o Contratado não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima as atividades contratadas, conforme disposto no IMR, item 14 do presente Termo.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. Além de outras obrigações estabelecidas em lei, neste Termo de Referência e no Contrato, são obrigações do Contratado:

11.1.1. Recrutar e contratar os profissionais segundo os requisitos especificados no item 3 deste Termo de Referência, sendo responsável pelo pagamento mensal dos salários, benefícios, encargos sociais, despesas administrativas e as demais verbas contratuais e rescisórias.

11.1.2. Apresentar ao **BNDES** ou a empresa prestadora de serviço por ele designado, antes do início da execução do Contrato, mensalmente e a qualquer tempo por solicitação do Banco, os seguintes documentos (lista não exaustiva):

I. Documentação Trabalhista/Previdenciária:

- a) No primeiro mês da prestação dos serviços: Cadastro dos(das) empregados(as), contendo nome completo, endereço, número da CTPS, banco, agência e número da conta bancária, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade – RG, e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, cadastro realizado na plataforma mobilização;
- b) Mensalmente listagem discriminando quais funcionários prestaram serviços no âmbito do contrato no mês, bem como empregados admitidos, com informação de 13º salário, demitidos e em gozo de férias, com o nome do respectivo substituto (Quadro de Prestadores de Serviços e Eventos);
- c) Cópia da folha de pagamento analítica do mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;
- d) Recibos de pagamento de salários assinados pelos empregados, ou comprovante de depósito bancário na conta do trabalhador referente ao mês da prestação dos serviços;
- e) Comprovantes de fornecimento de vale-transporte referente ao mês da prestação dos serviços;
- f) Comprovante de fornecimento de vale alimentação referente ao mês da prestação dos serviços;
- g) Comprovantes de entrega de outros benefícios suplementares a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos ao mês da prestação dos serviços, de todos os empregados;
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT válida;
- i) Folha de ponto/ registro de frequência – nos casos de ausência justificadas com cobertura será necessário enviar comprovante de ausência legais e documentação do substituto - Obs: Ausências Legais, Licença

Paternidade, Afastamento-Maternidade, Ausência por Acidente de Trabalho: Cópia do comprovante que justifique a ausência apontada, como, por exemplo, atestados médicos, certidões (casamento, nascimento, óbito), declarações (júri), dentre outras que o Contratado julgar adequadas;

- j) Para as empresas enquadradas na Lei 12.546/11, conforme IN RFB 1.436/13, deve ainda ser apresentado a declaração da opção ao regime somente no mês de janeiro e mensalmente comprovante de Recolhimento da Contribuição Patronal sobre Receita Bruta – CPRB –;
- k) GFD (recolhimento de FGTS digital), Mensal ou Mista (Em substituição da SEFIP) com comprovante de pagamento e relatório de detalhe da guia emitida e DARF do INSS dos(as) empregados(as) vinculados(as) ao contrato, relativas ao mês da prestação dos serviços, comprovando o regular adimplemento das obrigações previdenciárias (documentação de compensação de valores) ou PERDECOMP nos casos de compensação de valores, conforme o caso aplicável;
- l) Férias: Aviso e Recibo de Pagamento, assinados;
- m) 13º Salário: Folha e Recibo de Pagamento (1ª e 2ª parcelas nas respectivas competências);
- n) Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT;
- o) Exames médicos periódicos, de mudança de função ou retorno ao trabalho, na forma da NR-7, destacadamente o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO;
- p) Saneamento de qualquer pendência documental verificada na análise da competência anterior;
- q) Acordo individual de Banco de Horas, quando aplicável;
- r) Acordo de jornada 12x36, quando aplicável;
- s) Documentações rescisórias:
 - ✓ TRCT (Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho), assinado pelas partes;
 - ✓ GFD Rescisória, se for o caso;
 - ✓ Comprovante de pagamento de verbas rescisórias
 - ✓ Aviso Prévio, se for o caso;
 - ✓ Pedido de Demissão, se for o caso;
 - ✓ CD (Comunicado de Dispensa), se for o caso;
 - ✓ SD (Requerimento de Seguro-Desemprego), se for o caso; e
 - ✓ Exames médicos demissionais dos(as) empregados(as) dispensados(as), destacadamente o Atestado de Saúde Ocupacional - ASO.

II – Documentação Admissional e de Segurança do Trabalho:

- b) Registro de Empregados;
- c) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, dos(as) empregados(as) admitidos(as) folha de rosto e página com o contrato e trabalho ou evento de registro de admissão no E-social ou CTPS Digital;
- d) Comprovante de opção relativo ao fornecimento de Vale-Transporte;
- e) Exames médicos admissionais dos(as) empregados(as) que prestarão os serviços, destacadamente o Atestado de Saúde Ocupacional - ASO;
- f) Comprovante de entrega de EPI's com os respectivos CA's aos colaboradores alocados, junto com a NR 06;
- g) Documentação relativa à Segurança do Trabalho, quanto aplicável:
 - ✓ NR 01 – Ordem de serviço;
 - ✓ NR 06 – Certificado de treinamento de EPI;

- ✓ NR 10 – Trabalhos com Eletricidade;
- ✓ NR 11 – Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais;
- ✓ NR 12 – Máquinas e Equipamentos;
- ✓ NR 18 – Construção Civil;
- ✓ NR 35 – Trabalhos em Altura
- ✓ SESMT / NR04;

h) PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos), LTCAT (Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho) e PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional);

i) PPP (Perfil Previdenciário Profissiográfico);

j) Cópia RG, CPF e CNH (para motoristas).

11.1.2.1. A apresentação tempestiva da documentação referida no item anterior é condição para realização do pagamento dos serviços prestados.

11.1.2.2. Ao assinar o Contrato, o Contratado receberá as orientações de como os documentos deverão ser apresentados.

11.1.2.3. Nos casos de reaproveitamento da mão-de-obra do Contratado em outros Contratos ou Serviços é devido o envio de declaração desta especificando o novo local onde serão alocados tais trabalhadores.

11.1.3. Cumprir as determinações legais relativas aos insumos dos profissionais, observando, ainda, as disposições deste Termo de Referência e do instrumento coletivo da categoria.

11.1.4. Pagar salários e insumos aos empregados alocados nos serviços contratados, mesmo que na condição de temporários ou substitutos, de acordo com os valores indicados na Planilha de Custos e Formação de Preços, observando-se, ainda, as disposições constantes da norma coletiva da categoria. A eventual necessidade de redução de tais valores deverá ser submetida, previamente, à análise e aprovação pelo **BNDES**.

11.1.5. Pagar antecipadamente os insumos referentes a vales transportes e auxílio alimentação em parcela única mensal.

11.1.6. Fornecer, quando solicitado pelo **BNDES**, comprovação documental do conteúdo das informações apresentadas na Planilha de Custos e Formação de Preço, efetuando os ajustes que se fizerem necessários.

11.1.7. Descontar da nota fiscal mensal, os valores referentes às faltas ocorridas dentro do mês, as quais não tiveram reposição, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Contrato.

11.1.8. Apresentar, periodicamente, sempre que alterada, e sempre que solicitado, o acordo ou a convenção coletiva de trabalho, ou ainda, o acórdão normativo, se for o caso, relativos à categoria profissional do empregado.

11.1.9. Encaminhar ao Gestor do Contrato, de acordo com o planejamento, o relatório de previsão de férias dos profissionais, contendo além do nome do profissional, o período de fruição, e a data do pagamento dos créditos.

11.1.10. Manter atualizados os registros e anotações trabalhistas dos profissionais alocados na prestação do serviço e exibi-los sempre que exigidos pelo **BNDES**.

11.1.11. Promover o desligamento e posterior substituição de seus profissionais por solicitação do **BNDES** ou por solicitação do profissional, observando-se o perfil exigido para cada função.

11.1.12. Dispor de um cadastro de pessoal qualificado para proceder à substituição, em até 2 (dois) dias úteis, do profissional que não estiver atendendo às exigências do **BNDES**, em caso de ausência por qualquer motivo, ou que esteja obstruindo a realização dos serviços, ou atentando contra o patrimônio institucional ou material do **BNDES**, ficando sujeita às penalidades previstas no Contrato. O **BNDES** se reserva o direito de autorizar ou não eventuais substituições, devendo estas, ocorrerem mediante prévia comunicação ao gestor do Contrato, de acordo com os interesses do serviço.

11.1.13. Em caso de substituição de profissional, providenciar o que segue para o profissional substituto:

- a) Fazer a apresentação do profissional que fará a substituição permanente ou temporária de outro profissional, mediante carta em papel timbrado do Contratado, ou mensagem eletrônica enviada pelo Contratado, contendo o nome do substituto e do substituído, e o período de substituição, se for o caso;
- b) Apresentar a documentação comprobatória do perfil profissional descrito no item 3 deste Termo de Referência, observando-se que o perfil do substituto deve ser do mesmo nível ou de nível superior ao do substituído;
- c) Apresentar os documentos elencados no subitem 11.1.2 relativos aos profissionais que venham a substituir aqueles originalmente alocados na execução dos serviços;
- d) Providenciar os insumos previstos neste Termo de Referência e na norma coletiva da categoria, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a data de admissão.

11.1.14. Apresentar, a critério do **BNDES**, atestado de antecedentes cíveis e criminais de todos os profissionais a serem envolvidos na execução do objeto.

11.1.15. Designar 01 (um) preposto como responsável pelo Contrato firmado com o **BNDES**, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor do Contratado, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento.

11.1.15.1. Havendo necessidade, o preposto poderá ser chamado a comparecer nas dependências do **BNDES**, não sendo necessária sua permanência em tempo integral.

11.1.15.2. O preposto poderá, ou não, ser um dos profissionais que atenderá o escopo contratual, o que ficará a cargo do Contratado.

11.1.16. Permitir a vistoria e acompanhamento dos serviços em execução, pelo Gestor indicado pelo **BNDES** para acompanhamento do Contrato.

11.1.17. Ressarcir quaisquer danos ou prejuízos causados ao **BNDES** ou a terceiros, decorrente da execução dos serviços contratados, inclusive com relação aos utensílios e equipamentos utilizados para execução das atividades.

11.1.18. Manter e providenciar para que os profissionais de sua equipe mantenham sigilo sobre dados, documentos, especificações técnicas ou comerciais e demais informações, não tornadas públicas pelo **BNDES**, de que venha a ter conhecimento em virtude desta contratação, bem como a respeito da execução e resultados obtidos nesta prestação de serviços, inclusive após o término do prazo de vigência do Contrato, sendo vedada a divulgação dos referidos resultados a terceiros em geral, e em especial a quaisquer meios de comunicação públicos e privados.

11.1.19. Cumprir e obedecer às Diretrizes e Normas de Políticas Corporativas de Segurança da Informação do **BNDES**, necessárias para resguardar e assegurar que as informações sejam preservadas quanto à integridade e confidencialidade, sob pena de responsabilizar-se pelo ressarcimento de quaisquer danos ou prejuízos causados ao **BNDES**, suas subsidiárias ou a terceiros, decorrentes de execução dos serviços contratados, bastando, para tanto, comunicação por escrito.

11.1.20. Cumprir e obedecer às Diretrizes e Normas de acesso e frequência para terceirizados, conforme orientações do Gestor do Contrato.

11.1.21. Recolher, no prazo de 07 (sete) dias após encerramento do Contrato, todos os materiais, ferramentas, utensílios e/ou equipamentos de sua propriedade, sob pena de o **BNDES** não se responsabilizar mais sobre a guarda, podendo eventualmente realizar o descarte desses itens.

11.1.22. Comunicar, por escrito, ao gestor do Contrato, toda e qualquer ocorrência relativa à execução dos serviços.

11.1.23. Adquirir e entregar no **BNDES** todos os materiais de consumo utilizados na execução dos serviços.

11.1.24. Manter, em área previamente indicada pelo **BNDES**, um escritório almoxarifado, incluindo todo o mobiliário e material necessário ao perfeito desenvolvimento dos trabalhos, bem como manter recursos de informática, com equipamentos próprios e materiais de consumo necessários à sua operação, para o envio e recebimento de correspondências eletrônicas, cujo “domínio” seja seu.

11.1.25. Manter nas dependências do **BNDES**, em qualquer situação de greve ou de emergência na cidade, uma equipe mínima de pelo menos 30% (trinta por cento) do efetivo total estabelecido no presente Termo de Referência.

11.1.26. Fornecer mensalmente os relatórios de acompanhamento dos serviços realizados e dos materiais de consumo utilizados.

11.1.27. O Contratado deverá zelar pela cordialidade, perícia e celeridade nos atendimentos realizados pelos profissionais.

11.1.28. Apresentar, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da convocação do BNDES, prorrogável a critério do **BNDES**, Declaração de Informações para Fornecimento – DIF (Anexo V preenchida, sendo documento necessário para o processamento de cada pagamento devido após a prestação efetiva dos serviços ao BNDES).

11.1.28.1. As informações inseridas na Declaração de Informações para Fornecimento – DIF não deverão divergir das constantes do documento fiscal ou equivalente legal.

11.1.29. Cumprir a obrigação legal de preenchimento de cargos com profissionais reabilitados ou portadores de deficiência, devidamente habilitados, conforme disposto no artigo 93 da Lei nº 8.213/1991.

11.1.30. Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

- a) Utilizar somente produtos de limpeza e conservação de superfície notificados ou registrados pela ANVISA;
- b) Priorizar, sempre que possível, materiais e produtos de limpeza e conservação de superfície cuja composição contenha majoritariamente substâncias biodegradáveis;
- c) Priorizar, sempre que possível, materiais e produtos de limpeza e conservação de superfície cujas embalagens primárias e secundárias sejam recicláveis, em todo ou em parte, dando preferência ao uso de produtos comercializados em refil;
- d) Adotar medidas objetivando a redução de consumo de energia elétrica e de água e a redução da produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; e
- e) Colaborar com as medidas de redução de consumo de energia elétrica e de água, de redução da produção de resíduos sólidos e de reciclagem realizadas pelo Centro Empresarial Queiroz Galvão, Edifício Torre Cícero Dias, quando for o caso.

12. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO BNDES

12.1. Além de outras obrigações estabelecidas em lei, neste Anexo e no Contrato, são obrigações do **BNDES**:

- I. Comunicar ao Contratado a incidência de eventuais faltas disciplinares cometidas por seus profissionais e as medidas disciplinares a serem adotadas;
- II. Comunicar imediatamente ao Contratado todo acidente que ocorrer com os profissionais, no horário regulamentar, para que sejam tomadas as providências cabíveis no tocante a Lei de Acidentes do Trabalho; e
- III. Disponibilizar, em suas dependências, local específico e infraestrutura básica necessária para a equipe desempenhar suas funções.

13. EXIGÊNCIAS PARA O EDITAL

13.1. Documentação de Proposta: Dentre outros documentos previstos no Edital, deverão ser apresentadas planilhas de custos e formação de preços (uma para cada perfil profissional), mais a planilha de custos dos materiais de consumo, observando as orientações previstas na(s) planilha(s) anexa(s).

Para fins de elaboração da respectiva proposta de preços, os licitantes deverão considerar todas as determinações, especificações e modelos constantes deste Termo de Referência, além do valor mínimo dos benefícios de Vale-transporte e Vale-refeição/alimentação dispostos na planilha individual de cada categoria.

O valor referente ao pagamento com plano de saúde é um valor fixo máximo e não engloba a planilha de custos e formação de preços individual dos perfis profissionais. Esse valor está estabelecido apenas na planilha “Resumo” do ANEXO IV.

Os preços propostos pelos licitantes deverão incluir todos os tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, e outros custos de qualquer natureza necessários à execução dos serviços.

O valor global dos serviços será calculado conforme dispõe o ANEXO IV (Planilha de Custos e Formação de Preços).

O licitante vencedor será aquele que apresentar o menor valor global.

13.2. Documentação de Habilitação: Será exigido atestado de capacidade técnica, ou outro documento idôneo, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o Licitante executa ou executou serviços compatíveis com o objeto licitado.

13.3. Considera-se serviço compatível com o objeto desta licitação, serviços de terceirização por período não inferior a 12 (doze) meses e quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número máximo de postos de trabalho. Tais exigências buscam demonstrar que o Licitante detém capacidade para a execução adequada dos serviços durante toda a vigência contratual.

13.3.1. O(s) atestado(s) de capacidade técnica apresentado(s) deverá(ão) conter informações mínimas que possam identificar o atestante tais como, o nome, o endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outra forma de que o BNDES possa valer-se para manter contato com a(s) empresa(s) declarante(s).

13.3.2. O(s) atestado(s) de capacidade técnica apresentado(s) poderá(ão) ser objeto de diligência quanto à veracidade e conformidade legal.

13.3.3. Para a comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses e do quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos postos de trabalho, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os doze meses serem ininterruptos. Para a comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses, contudo, o somatório não poderá considerar eventual concomitância de períodos entre os diferentes atestados.

13.4. Com a finalidade de afastar sociedades que não tenham capacidade econômico-financeira para cumprir as obrigações contratuais e legais, serão exigidos para fins de habilitação:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um) ou, caso o resultado de quaisquer dos índices seja menor que 1 (um), o Licitante deverá apresentar as informações contábeis, na forma da lei, a fim de comprovar que possui capital social registrado ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação;

- b) Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor anual estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;
- c) Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação; e
- d) Declaração emitida pela Licitante de que um doze avos de seus contratos, vigentes na data de convocação para apresentação dos documentos de habilitação, não é superior ao seu patrimônio líquido. Esta declaração deverá ser acompanhada da relação de compromissos assumidos pela Licitante, bem como da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE relativo ao último exercício social.

14. ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

14.1. A finalidade do índice de medição dos resultados é garantir a perfeita execução do objeto descrito neste Termo de Referência.

14.2. O IMR é expresso como um percentual calculado com base na soma dos pontos dos Indicadores de Avaliação, obtidos através de avaliação permanente, consolidada mensalmente pelo Gestor do Contrato.

14.3. Os serviços serão avaliados de acordo com os seguintes Indicadores de Avaliação:

14.3.1. Limpeza e Controle de Pragas

- a) Deixar de aspirar o pó das áreas com carpetes e tapetes, das cortinas ou dos estofados;
- b) Falta de manutenção da limpeza de banheiro;
- c) Deixar de repor material de consumo no banheiro;
- d) Deixar de ensacar e remover o lixo das cestas de lixo e fazer a lavagem dos cestos;
- e) Falta de manutenção da limpeza de copa;
- f) Deixar de limpar os vidros das janelas e portas;
- g) Deixar de lavar recipientes de lixo e detritos;
- h) Deixar de limpar persianas;
- i) Deixar de regar e fazer a poda simples das plantas;
- j) Deixar de limpar as maçanetas e interruptores de luz com álcool 70°;
- k) Deixar de higienizar sala de reunião após uma reunião;
- l) Deixar de realizar a limpeza dos cantos do teto, e de limpar as luminárias;
- m) Deixar de fazer o serviço trimestral de aspiração com empresa especializada; e
- n) Deixar de realizar o controle de pragas.

14.3.2. Copeiragem e Garçonaria

- a) Deixar de manter as garrafas térmicas cheias com café e chá;
- b) Deixar de manter limpos os utensílios de copa;
- c) Levar mais do que 15 (quinze) minutos para atender a uma solicitação;
- d) Deixar de atender a uma solicitação;
- e) Deixar de recolher louças e resíduos dos gabinetes, salas de reunião e demais dependências; e

- f) Deixar de lavar as louças ao final de cada expediente.

14.3.3. Recepção

- a) Deixar de controlar o acesso às dependências do BNDES;
- b) Deixar de receber e/ou protocolar documentos diversos;
- c) Deixar de preencher fichas de atendimento e de controle de visitantes;
- d) Deixar de atender chamada telefônica e/ou de transferir ligações;
- e) Deixar de atender demanda de serviço de recepção em evento previamente acordada;
- f) Deixar de preencher fichas de atendimento e de controle em evento; e
- g) Deixar de entregar material informativo e de divulgação ao público em evento.

14.3.4. Mensageria

- a) Deixar de atender solicitação de cópia, digitalização, impressão ou encadernação;
- b) Deixar de atender solicitação de serviço bancário;
- c) Deixar de arrumar e organizar as salas de reunião;
- d) Deixar de triturar documentos;
- e) Deixar de realizar distribuição de correspondências, objetos e documentos internos e externos; e
- f) Deixar de atender solicitação de serviço de correio e de cartórios.

14.3.5. Supervisão e Gestão

- a) Deixar de cobrir ausência em posto de trabalho;
- b) Deixar de enviar relatório solicitado pelo gestor do contrato dentro do prazo estabelecido;
- c) Não controlar adequadamente o estoque de material de consumo, gerando faltas;
- d) Deixar de zelar pelo comportamento adequado da equipe de trabalho; e
- e) Deixar de cumprir ou cumprir fora do prazo alguma obrigação trabalhista.

14.4. O cálculo do IMR será realizado conforme demonstrado na tabela do Anexo VI, onde cada Indicador de Avaliação terá um Fator de Ponderação associado, definido com base na importância do Indicador.

14.4.1. O IMR será calculado através da seguinte equação:

$$\text{IMR (\%)} = (1 - \text{Fator de Avaliação Total}) \times 100$$

14.4.2. O IMR mínimo será de 90%, mesmo que o Fator de Avaliação Total seja maior do que 0,10, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

14.4.3. O Fator de Avaliação Total será o resultado da soma dos pontos de cada Indicador de Avaliação.

14.4.4. Os pontos de cada Indicador de Avaliação serão calculados através da seguinte equação:

$$\text{Pontos} = \text{Nº de Ocorrências} \times \text{Fator de Ponderação}$$

14.5. O Gestor do contrato encaminhará ao Contratado, mensalmente, o relatório de avaliação, contendo os pontos dos Indicadores de Avaliação e, se for o caso, anexar as evidências para cada falta assinalada.

14.5.1. O Contratado terá um prazo de 24 (vinte e quatro) horas para se manifestar em relação ao relatório de avaliação enviado pelo Gestor do Contrato.

14.5.2. O Gestor do Contrato, após ter tomado ciência da manifestação pelo Contratado, enviará ao Contratado, em até 24 (vinte e quatro) horas, relatório de avaliação definitivo, sem possibilidade de nova manifestação pelo Contratado.

14.6. O valor final a ser pago ao Contratado será o valor total calculado para pagamento ao Contratado multiplicado pelo IMR calculado no relatório de avaliação definitivo encaminhado pelo Gestor do Contrato, sem prejuízo de eventuais abatimentos ou glosas decorrentes de descumprimentos contratuais.

14.7. O ajuste no pagamento definido pela aplicação do IMR fica limitado a, no máximo, 10,0% (dez por cento) do valor calculado para pagamento ao Contratado, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

15. VIGÊNCIA

15.1. O Contrato terá duração de 30 (trinta) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante aditivo contratual, até o limite de 60 (sessenta) meses.

15.2. Após 60 (sessenta) meses de vigência do Contrato, caso seja configurada a hipótese prevista no inciso II do art. 71 da Lei nº 13.303/2016 ou no inciso I do art. 104 da RES CA nº 02/2025 – BNDES (Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema BNDES), o **BNDES** poderá, de forma devidamente justificada, prorrogar a vigência do Contrato por até mais 60 (sessenta) meses, mediante a concordância do Contratado.

16. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

16.1. Com relação à mão de obra, o **BNDES** e o Contratado têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, em consonância com o inciso XXI, do artigo 37, da Constituição Federal, a ser realizado mediante repactuação ou revisão de preços, nos termos previstos na minuta de contrato.

16.2. O reajuste dos valores relativos ao auxílio-refeição/alimentação se dará de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) – Alimentos - apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

16.3. O reajuste dos valores relativos ao auxílio-transporte se dará de acordo com a legislação de Recife/PE, considerando a composição “Integração Ônibus + Sistema Metroferroviário - Vale-Transporte”.

16.4. Considerando a inexistência de índice de atualização de preços correspondente, os valores relativos à despesa com o plano e saúde poderão ser reajustados anualmente, mediante solicitação do Contratado, com base na variação

a mercado dos custos do referido benefício, que deverá ser devidamente comprovada pelo Contratado e avaliada pelo Gestor do Contrato para fins de verificação da vantajosidade do preço.

16.5. Com relação ao material de consumo e demais insumos previstos neste Termo, os valores serão reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data limite para apresentação da proposta, desde que solicitado pelo Contratado, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou índice que venha a substituí-lo.

17. PENALIDADES

17.1. Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo BNDES ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais e/ou legais, sem motivo justificado, o Contratado ficará sujeita às seguintes penalidades:

- I. advertência;
- II. multa de:
 - i. 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor mensal do contrato, por dia de atraso, no caso de descumprimento dos prazos estabelecidos no Termo de Referência e no contrato;
 - ii. 1,6% (um inteiro e seis décimos por cento) sobre o valor mensal do contrato se suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por posto de trabalho;
 - iii. 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) sobre o valor mensal do contrato se permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;
 - iv. 0,8% (oito décimos por cento) se retirar profissionais do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do Gestor do Contrato, por profissional e por dia;
 - v. 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor mensal do contrato se deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos profissionais, por profissional e por dia;
 - vi. 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor mensal do contrato se deixar de substituir profissional que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por profissional e por dia;
 - vii. até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em virtude de qualquer descumprimento contratual, apurada de acordo com a gravidade da infração.
- III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **BNDES**, por prazo não superior a 2 (dois) anos apurado em razão da natureza e gravidade da infração cometida.

18. GARANTIA CONTRATUAL

18.1. O Contratado deverá prestar garantia contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, com prazo de validade de até noventa dias, contados da data de encerramento do contrato, conforme determina o artigo 8º, inciso VI, do Decreto nº 9.507/2018.

18.2. O prazo para a apresentação da garantia será de até 10 (dez) dias úteis, a contar da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pelo Contratado durante o respectivo transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo BNDES.

A garantia deverá ser prestada, englobando prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato; prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber, com prazo de validade de noventa dias além da data de encerramento do contrato.

19. VISTORIA FACULTATIVA

19.1. Os Licitantes interessados poderão proceder à vistoria nos locais onde serão executados os serviços – ocasião na qual será firmada a declaração, conforme modelo disponível no Anexo VII – examinando as áreas e tomando ciência das características e peculiaridades dos serviços, posto que não serão aceitas alegações posteriores quanto ao desconhecimento de situações existentes.

19.2. A vistoria é facultativa e, caso o Licitante tenha interesse, deverá agendá-la em dias úteis, das 10:00h às 18:00h, através do e-mail **recife.adm@bndes.gov.br**, podendo ser realizada em dias úteis, das 10:30h às 12:00h e das 15:00h às 17:00h, até 01 (um) dia útil antes da data fixada para a sessão pública.

20. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

20.1. O valor global estimado da contratação, para o período de vigência de 30 (trinta) meses, é de até R\$ 3.093.782,10 (três milhões, noventa e três mil, setecentos e oitenta e dois reais e dez centavos), sendo o valor de R\$ 2.676.664,50 (dois milhões, seiscentos e setenta e seis mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos) referente aos serviços, e o valor de R\$ 417.117,60 (quatrocentos e dezessete mil, cento e dezessete reais e sessenta centavos) referente ao valor máximo de despesa com pagamento de plano de saúde, e constitui o valor máximo a ser aceito pelo **BNDES**.

ANEXO AO TERMO DE REFERÊNCIA
ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR

Serviço	Indicadores de Avaliação	Fator de Ponderação (A)	Nº de Ocorrências (B)	Total de Pontos (A x B)	Unidade de Medida
Limpeza e Controle de Pragas	Deixar de aspirar o pó das áreas com carpetes e tapetes, cortinas, estofados e remoção de pó dos móveis, máquinas e equipamentos.	15		0	ambiente x ocorrência
	Deixar de realizar lavagem, com emprego de água e produto de limpeza, das pias, sanitários e banheiros, mantendo-os permanentemente limpos e higienizados, com reposição de papéis, sabonete, protetor de assento sanitário, álcool gel, refil de mictório e refil de coletor de absorvente.	10		0	ambiente x ocorrência
	Deixar de realizar limpeza das cestas de lixo, incluindo remoção desse lixo e ensacamento das lixeiras.	10		0	ambiente x ocorrência
	Deixar de realizar limpeza das copas, inclusive fogões, geladeiras e objetos de uso diário, de modo a mantê-los permanentemente limpos e higienizados.	15		0	ambiente x ocorrência
	Deixar de realizar higienização das salas de reunião, diariamente e/ou sempre que solicitado pelo(a) Fiscal do Contrato, com atenção especial à desinfecção, com álcool 70%, de superfícies como mesas, braços de cadeiras, maçanetas, interruptores, aparelhos de telefone, controles remotos e demais objetos presentes na sala.	10		0	ambiente x ocorrência
	Deixar de realizar SEMANALMENTE polimento, com lustra-móveis, cera e álcool, nos móveis em madeira, fórmica, aço, couro e outros objetos	10		0	ambiente x ocorrência

do ambiente, limpeza dos cantos do teto, para remoção de sujidades, com o emprego dos meios e do material de limpeza apropriados, bem como lavagem dos recipientes de lixo e detritos, limpeza das persianas.				
Deixar de SEMANALMENTE regar plantas e retirar folhas dos vasos.	10		0	ambiente x ocorrência
Deixar de realizar SEMANALMENTE lavagem geral dos banheiros e copa incluindo limpeza de azulejos, pias, balcões, armários, geladeiras, fogão e outros utensílios.	15		0	ambiente x ocorrência
Deixar de realizar MENSALMENTE lavagem das paredes revestidas com tinta lavável e das divisórias de fórmica para retirada de manchas.	10		0	ambiente x ocorrência
Deixar de realizar SEMESTRALMENTE lavagem mecânica de pisos e carpetes e dos estofamentos das cadeiras, mediante equipamento motorizado com sistema de injeção de solução aquosa e sucção simultânea (autolavadora/extratora), com emprego de produto químico apropriado ao local, manutenção leve de plantas ornamentais internas, com retirada de folhas sem uso de equipamentos motorizados e sem trabalho em altura.	15		0	ambiente x ocorrência
Deixar de realizar EVENTUALMENTE remoção, transporte e/ou manejo de móveis, utensílios, máquinas ou plantas, quando necessário para a limpeza das instalações, limpeza das peças que compõe as luminárias, como plafons, de todas as áreas do	10		0	ambiente x ocorrência

	escritório, por ocasião de suas manutenções.				
Copeiragem e Garçonaria	Deixar de preparar e servir nas salas ou mesas em horários pré-determinados e/ou sempre que solicitado café, chá e outras bebidas em quantidade suficiente para atendimento da Alta-administração, empregados e visitantes.	10		0	ambiente x ocorrência
	Deixar de manter as garrafas térmicas cheias com café e chá.	10		0	ambiente x ocorrência
	Deixar de manter limpas as copas, louças e utensílios, durante e ao fim de cada expediente.	5		0	ambiente x ocorrência
	deixar de recolher louças e resíduos dos gabinetes, salas de reunião e demais dependências.	10		0	ambiente x ocorrência
	Deixar de realizar serviço de atendimento em almoço e lanches da Diretoria e da Presidência.	10		0	ambiente x ocorrência
	Deixar de realizar organização e montagem das mesas, bem como retirada de alimentos e louças em geral.	10		0	ambiente x ocorrência
Recepção	Deixar de realizar atendimento e recepção ao público interno e externo, bem como controle do acesso às dependências da unidade administrativa do BNDES em Recife-PE, registrando os acessos em controles próprios (crachás de visitantes, crachás provisórios e temporários), emissão de relatórios, preenchimento das fichas de atendimento e controle de visitantes.	10		0	ocorrência
	Deixar de receber e protocolar documentos diversos.	15		0	ocorrência
	Deixar de realizar atendimento telefônico e transferência de ligações, anotar e transmitir recados.	5		0	ocorrência

	deixar de realizar auxílio direto às secretárias no encaminhamento das visitas, no acompanhamento da Alta Administração e autoridades e no atendimento telefônico.	10		0	ocorrência
	deixar de entregar de material informativo e de divulgação ao público.	5		0	ocorrência
Mensageria	Deixar de realizar cópia, impressão, digitalização, encadernação e trituração de documentos, quando solicitados.	5		0	ocorrência
	Deixar de operar o malote externo, registro e distribuição de correspondências, objetos, periódicos e documentos internos e externos, etiquetagem e conferência de documentos.	5		0	ocorrência
	Deixar de realizar controle de material de escritório.	10		0	ocorrência
	Deixar de realizar serviços externos como pagamentos bancários, pequenas compras, entregas de documentos, e recepção de entregas nas docas do condomínio, correios, visitas a cartórios e atividades semelhantes.	10		0	ocorrência
Supervisão e Gestão	Deixar de monitorar a pontualidade da equipe no que tange a ausências, férias e substituições de forma a manter a continuidade dos serviços prestados, bem como orientar e treinar a equipe em relação aos serviços a serem prestados, distribuir e orientar tarefas.	20		0	ocorrência
	Deixar de reportar ao BNDES, sempre que necessário, as ocorrências verificadas no transcorrer dos serviços.	20		0	ocorrência
	Deixar de zelar pelo comportamento	15		0	ocorrência

	adequado da equipe de trabalho e uso correto do crachá de identificação e cumprimento das normas do BNDES.				
	Deixar de elaborar relatórios mensais de acompanhamento das tarefas realizadas pela equipe.	5		0	ocorrência
	Deixar de manter a boa qualidade dos serviços prestados.	20		0	ocorrência
	Deixar de vistoriar os banheiros e demais ambientes, especialmente após os horários de maior utilização, garantindo que estejam sempre limpos e em perfeitas condições de uso, prestando contas ao setor responsável do escritório de Recife.	15		0	ocorrência
	Deixar de realizar o controle de chaves das salas e ambientes, e matérias sob sua responsabilidade, em contato com o setor responsável do escritório de Recife.	20		0	ocorrência
	0,000				
Fator de Avaliação Total $\sum (A \times B) \div 1000$		100,0%			
Índice de Medição de Resultados - IMR (%)* (1 - Fator de Avaliação Total) x 100					

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026 – BNDES

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

LICITANTE: _____ CNPJ: _____
ENDEREÇO: _____
TELEFONE: (____) _____ E-MAIL: _____
REPRESENTANTE LEGAL: _____
NACIONALIDADE: _____ ESTADO CIVIL: _____
PROFISSÃO: _____ FUNÇÃO NA SOCIEDADE: _____
RG: _____ CPF: _____

ESTABELECIMENTOS VINCULADOS À EXECUÇÃO CONTRATUAL (MATRIZ/FILIAL):

RAZÃO SOCIAL: _____ CNPJ: _____
ENDEREÇO: _____
RAZÃO SOCIAL: _____ CNPJ: _____
ENDEREÇO: _____

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ _____ (_____)

VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (_____) dias

O Licitante declara que o valor proposto inclui todas as despesas e custos, diretos e indiretos (tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, seguro e insumos), necessários ao cumprimento integral do objeto licitado.

Rio de Janeiro, ____ de ____ de ____.

(Representante Legal do Licitante)

Obs.: O Licitante deverá observar o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias para a validade da Proposta.

Obs.: O arquivo eletrônico contendo o(s) modelo(s) da(s) planilha(s) de preços será disponibilizado no site do BNDES (<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/licitacoes-contratos/licitacoes/consulta-licitacoes>).

ANEXO AO MODELO DE PROPOSTA
ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DA PLANILHA DE CUSTOS

1. O BNDES optou por adotar como padrão ferramental obrigatório para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o **pagamento pelo Fato Gerador** e adaptou a planilha de preços e a metodologia de pagamento tomando como base o Caderno de Logística de “Pagamento pelo Fato Gerador”.
2. Deverá ser apresentada uma Planilha de Custos e Formação de Preços para cada perfil profissional envolvido na execução do objeto, **conforme arquivo disponibilizado no site do BNDES**.
3. O Licitante deverá apresentar a Norma Coletiva de Trabalho a que se encontra vinculado, adequada para cada perfil profissional exigido, vigente à data de abertura da sessão pública.
4. A Norma Coletiva apresentada, deve ser aquela firmada entre o sindicato patronal que representa a categoria econômica exercida pela empresa naquela base territorial; e o sindicato dos trabalhadores que representa aquela categoria profissional no local de prestação do serviço
5. Para diligenciar a correta vinculação ao sindicato, poderá ser solicitada a apresentação de documentação adicional, tais como: contrato social do licitante e declaração indicando a categoria econômica preponderante de acordo com as atividades permitidas em seu CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.
6. No preenchimento da(s) planilha(s) de custos e formação de preços, o Licitante deverá observar a remuneração e os insumos profissionais estipulados pela Norma Coletiva indicada, e por estas “Orientações de Preenchimento da(s) Planilha(s)”.
7. Caso a referida Norma Coletiva Coletivo seja atualizada até a data da abertura da sessão pública, o Licitante deverá observar os novos valores homologados.

⇒ **MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**

8. O Licitante deverá observar, para fins de preenchimento da rubrica “Salário”, o valor mensal igual ou superior ao indicado no Instrumento Coletivo de Trabalho aplicável.

⇒ **MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS**

SUBMÓDULO 2.1 - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS, ADICIONAL 1/3 DE FÉRIAS (PAGAMENTO PELO FATO GERADOR – NÃO INCLUSO NO PAGAMENTO MÍNIMO MENSAL – SEM OCORÊNCIA)

9. O Licitante deverá observar, para fins de preenchimento das rubricas “Férias”, “Adicional 1/3 de Férias” e “13º Salário”, os percentuais fixos previstos na(s) planilha(s) de custos e formação de preços acima, havendo incidência do módulo 2.2 sobre esses valores.
 - 9.1 A adoção de percentuais diferenciados deverá ser plenamente justificada, com a indicação da legislação pertinente que a autorize o respectivo dispositivo, bem como a juntada de documentos comprobatórios, se for o caso, no momento da apresentação da Proposta.

SUBMÓDULO 2.2 - INSS, FGTS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES

10. O Licitante deverá considerar, para fins de preenchimento das rubricas que compõem o Módulo 2.2, os seguintes percentuais em caso de seu regime de tributação ser Lucro Real ou Lucro Presumido, observadas as

peculiaridades do serviço e as disposições legais observando o enquadramento real do licitante em especial no que diz respeito ao RAT ajustado (RAT x FAP).

Salário Educação	2,50%
SESC ou Sesi	1,50%
SENAI - SENAC	1,00%
SEBRAE	0,30% ou 0,60%
INCRA	0,20%

12.1 A adoção de percentuais diferenciados deverá ser plenamente justificada, com a indicação da legislação pertinente que a autorize e respectivo dispositivo, bem como a juntada de documentos comprobatórios, se for o caso, no momento da apresentação da Proposta.

SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

13. Para fins de preenchimento da(s) planilha(s) de custos e formação de preços, são considerados “Benefícios Mensais e diários” os custos relativos aos benefícios concedidos aos empregados estabelecidos na legislação, acordos ou Convenções Coletivas, bem como aqueles previstos nesse Termo de Referência, tais como: auxílio alimentação, seguro de vida, entre outros.

14. Para fins de cotação do insumo “Alimentação”, devem ser considerados os valores indicados no item 6.3.2 desse Termos de Referência, se a norma coletiva de trabalho aplicável dispor maior valor, este valor prevalecerá sobre aquele indicado no item 6.3.2.

14.1 Considerar-se-á exequível, de plano, a rubrica “Alimentação” que apresentar valor igual ou superior ao referencial.

15. Havendo indícios de inexecutabilidade em relação a quaisquer valores dos “Benefícios Mensais e Diários”, o Pregoeiro poderá instaurar diligência, solicitando ao Licitante a apresentação de documentos necessários a demonstrar o valor cotado.

16. A Licitante deverá oferecer Plano de Assistência Médica aos seus empregados, de acordo com os termos estabelecidos no item 6.4 desse Termo de Referência.

⇒ MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO (PAGAMENTO PELO FATO GERADOR – NÃO INCLUSO NO PAGAMENTO MÍNIMO MENSAL – SEM OCORRÊNCIA)

17. Este módulo destina-se a calcular o custo de possível desligamento de um empregado vinculado ao contrato de prestação de serviços, calculando-se uma probabilidade de ocorrência por tipos, como fator de ponderação de seu custo total. Desta forma, a Licitante deverá preencher apenas com os percentuais de acordo com a probabilidade de ocorrência de Demissão com Aviso Prévio Indenizado (API) e Aviso Prévio Trabalhado (APT), considerando que a soma dos percentuais informados de API e APT deve totalizar 100% (cem por cento).

17.1 Na análise de aceitabilidade o BNDES poderá ajustar o percentual de probabilidade informado, mediante histórico das contratações, ajustando a planilha ao caso concreto. Ainda, o BNDES poderá solicitar a apresentação de todos os documentos necessários a demonstrar os percentuais indicados para API e APT, tais como Livro ou Ficha de Registro de Empregados, Folhas de Pagamento de Empregados e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

17.2 Para contratos de longa duração será admitida adoção de percentual de rotatividade considerando todo o período contratual, que também poderá ser revisto pelo BNDES mediante histórico das contratações, ajustando a planilha ao caso concreto.

⇒ **MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE**
(PAGAMENTO PELO FATO GERADOR – NÃO INCLUSO NO PAGAMENTO MÍNIMO MENSAL – SEM OCORRÊNCIA)

SUBMÓDULO 4.1 – AUSÊNCIAS LEGAIS (PAGAMENTO PELO FATO GERADOR – NÃO INCLUSO NO PAGAMENTO MÍNIMO MENSAL – SEM OCORRÊNCIA)

18. Esse módulo apresenta os dias prováveis de ausência, quando seria necessária a presença de um profissional repositor. O cálculo deve considerar todos os valores necessários para manter o empregado a ser substituído (conforme especificado em fórmula do arquivo excel disponibilizado pelo BNDES). Entendimento diferente deverá ser amplamente comprovado por meio documentação complementar. A fim de se permitir a análise da quantidade total indicada na rubrica componente desse módulo, pode ser solicitada a apresentação do desmembramento, o qual deverá obedecer aos seguinte parâmetros:

Motivo da reposição	Total de dias
Ausências Legais	
Licença Paternidade	
Ausência por Acidente de Trabalho	
Afastamento Maternidade	
Outros (detalhar)	
Total	

19. A quantidade de dias indicada na coluna “Total de dias” deve ser estimada para todo o período da vigência contratual, sendo que os valores serão pagos pelo BNDES de acordo com sua ocorrência e limitado a estimativa estabelecida para a rubrica **4.1.1**.

20. Em anexo ao desmembramento, devem ser apresentados, por diligência do BNDES, todos os documentos necessários para demonstrar os dias indicados, tais como Livro ou Ficha de Registro de Empregados e Folhas de Pagamento, bem como os Memoriais de Cálculo.

⇒ **MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS**

21. São considerados “Insumos Diversos” os custos relativos aos uniformes, materiais, utensílios, suprimentos, máquinas, equipamentos, entre outros, utilizados diretamente na execução dos serviços.

⇒ **MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO**

22. O campo referente aos “Custos Indiretos” é de preenchimento automático, tendo como base de cálculo a soma dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5, devendo ser indicado apenas o percentual.

23. O campo referente ao “Lucro”, é de preenchimento automático, tendo como base de cálculo, a soma dos Módulos 1, 2, 3, 4, 5 e o total dos “Custos Indiretos”.

Nos campos referentes aos “Tributos”, deverão ser informados os percentuais devidos de acordo com o regime de tributação, e não percentuais relativos à retenção.

24. Para o cálculo dos tributos, deverão ser consideradas as seguintes premissas:

24.1 Lucro Presumido e Real (será exigida a comprovação do regime de tributação declarado):

- I. a base de cálculo dos tributos será o valor da receita apurada com a prestação do serviço licitado;
- II. as alíquotas a serem consideradas para o cálculo dos tributos são:

TRIBUTOS	LUCRO PRESUMIDO	LUCRO REAL
ISS	5%	5%
COFINS	3%	7,60%
PIS	0,65%	1,65%

- III. a adoção de alíquotas diferenciadas deverá ser plenamente justificada, com a indicação da legislação pertinente que a autorize e respectivo dispositivo, bem como a juntada de documentos comprobatórios, se for o caso; e

- IV. o cálculo de cada um dos tributos será obtido através das fórmulas a seguir:

$$\text{"Coeficiente"} = 1 - \frac{(\% \text{COFINS}) + (\% \text{PIS}) + (\% \text{ISS}) + \text{INSS (quando aplicável)}}{100}$$

$$\text{"Base"} = [\text{Módulo 1}] + [\text{Módulo 2}] + [\text{Módulo 3}] + [\text{Módulo 4}] + [\text{Módulo 5}] + [\text{Custos Indiretos}] + [\text{Lucro}]$$

$$\text{Valor do Tributo} = \frac{\text{"Base"} \times \text{Alíquota do Tributo}}{\text{"Coeficiente"}}$$

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026 – BNDES
ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO OCS Nº /
CONTRATO SAP Nº

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES E , NA FORMA ABAIXO:

O **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília - DF e serviços no Rio de Janeiro – RJ, na Av. República do Chile, nº 100, CEP nº 20.031-917, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 33.657.248/0001-89, doravante denominado simplesmente **BNDES**, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social; e , com sede em , inscrito(a) no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº , doravante denominado(a) simplesmente **CONTRATADO**, neste ato representado na forma de seus atos constitutivos, em conformidade com o procedimento do Pregão Eletrônico nº 012/2026 - **BNDES**, autorizado em 07/04/2026, por intermédio da IP ARMC/DEREL nº 004/2026, de 02/04/2026, conforme previsão orçamentária sob rubrica nº 3102700030 (DOp/DAdm/OutrasDAdm/ServGerais), da Unidade Orçamentária BN00009000 (CC ADM2), observado o disposto na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento Licitações e Contratos do Sistema **BNDES**, têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a contratação de serviços gerais de apoio administrativo (limpeza, controle de pragas, copeiragem, recepção, garçonaria e mensageria), com o fornecimento de materiais e equipamentos, a serem prestados na unidade administrativa do BNDES localizada em Recife-PE, conforme especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 012/2026 – **BNDES**) e da proposta apresentada pelo **CONTRATADO**, respectivamente, Anexos I e II deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O Contrato a ser firmado terá vigência de 30 (trinta) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante aditivo, por períodos sucessivos, até o limite de 60 (sessenta) meses.

Parágrafo Primeiro

O **CONTRATADO** deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação do Gestor do Contrato, apresentar, por intermédio do seu Representante Legal, sua manifestação sobre a prorrogação do Contrato.

Parágrafo Segundo

Independente da notificação do parágrafo anterior, o **CONTRATADO** deverá comunicar ao Gestor seu interesse quanto à prorrogação do contrato até 90 (noventa) dias antes do término de cada período de vigência contratual.

Parágrafo Terceiro

A formalização da prorrogação será efetuada por meio de aditivo epistolar, dispensando-se a assinatura do **CONTRATADO**

Parágrafo Quarto

Caso o **CONTRATADO** se recuse a celebrar aditivo contratual de prorrogação, tendo antes manifestado sua intenção de prorrogar o Contrato ou deixado de manifestar seu propósito de não prorrogar, nos termos do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, ficará sujeito às penalidades previstas na Cláusula de Penalidades deste Contrato.

Parágrafo Quinto

Após 60 (sessenta) meses de vigência do Contrato, caso seja configurada a hipótese prevista no inciso II do art. 71 da Lei nº 13.303/2016 ou no inciso I do art. 104 da RES CA nº 02/2025 – BNDES (Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema BNDES), o BNDES poderá, de forma devidamente justificada, prorrogar a vigência do Contrato por até mais 60 (sessenta) meses, mediante a concordância do Contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto contratado respeitará as especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I deste Contrato) e da proposta apresentada pelo **CONTRATADO**, respectivamente, Anexos I e II deste Contrato.

Parágrafo Primeiro

O **BNDES** convocará o **CONTRATADO** a comparecer à reunião preliminar a ser realizada em até 10 (dez) dias corridos antes da data marcada para o efetivo início dos trabalhos. Nesta reunião o **BNDES** esclarecerá ao **CONTRATADO** todas as dúvidas relativas à execução do objeto, disponibilizando eventuais documentos necessários ao início dos trabalhos, cabendo ao **CONTRATADO**:

- I. indicar o responsável pelo Contrato firmado com o **BNDES**;
- II. apresentar uma listagem contendo a identificação dos profissionais alocados na execução dos serviços, os respectivos salários e os quadros de horário;
- III. apresentar a comprovação de vínculo jurídico dos profissionais designados para a prestação dos serviços com o **CONTRATADO** (inclusive do responsável), o que se dará mediante a apresentação de cópia da carteira de trabalho e previdência social – CTPS devidamente assinada;
- IV. apresentar cópia do Atestado de Saúde Ocupacional Admissional dos profissionais designados para a prestação dos serviços, emitido por médico do trabalho;
- V. apresentar, no caso de substituição dos profissionais designados para a prestação dos serviços, os documentos comprobatórios dos perfis profissionais exigidos no Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato, observando-se que o perfil do substituto deve ser do mesmo nível ou de nível superior ao do substituído;
- VI. apresentar os termos de confidencialidade assinados pelos profissionais designados para a prestação de serviços, observado o modelo constante do Anexo V (Minuta de Termo de Confidencialidade para Profissionais) deste Contrato; e
- VII. apresentar uma amostra dos uniformes, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato.

Parágrafo Segundo

O **CONTRATADO** deverá dispor de cadastro de pessoal qualificado para proceder à substituição dos profissionais alocados na execução dos serviços, observado o disposto a seguir:

- I. a substituição deverá ser realizada em até 1 (um) dia útil para os profissionais e 2 (dois) dias úteis para os materiais;
- II. o substituto deverá possuir perfil igual ou superior ao do profissional substituído;
- III. o **CONTRATADO** deverá submeter ao **BNDES** um pedido de substituição, indicando o substituto e o profissional a ser substituído, bem como o período de substituição se for o caso. A este pedido deverá ser anexada a documentação que comprove o perfil profissional do substituto, nos termos do Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato;
- IV. a substituição somente poderá ser realizada após a aprovação pelo **BNDES**;

V. aprovada a substituição, o **CONTRATADO** deverá apresentar os documentos listados no Parágrafo Primeiro desta Cláusula.

CLÁUSULA QUARTA – NÍVEIS DE SERVIÇO

Os serviços contratados deverão ser executados de acordo com os padrões de qualidade, disponibilidade e desempenho estipulados pelo **BNDES**, observados os níveis de serviço descritos no Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato.

Parágrafo Único

O descumprimento dos níveis de serviço acarretará a aplicação dos índices de redução do preço previstos no Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Contrato, quando cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

O **BNDES** efetuará o recebimento do objeto, através do Gestor mencionado na Cláusula de Obrigações do **BNDES** deste Contrato, observado o disposto no Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – PREÇO

O **BNDES** pagará ao **CONTRATADO**, pela execução do objeto contratado, o valor de até R\$ (___), conforme proposta apresentada (Anexo II deste Contrato), observado o disposto na Cláusula de Pagamento deste Instrumento.

Parágrafo Primeiro

No valor ajustado no *caput* desta Cláusula estão incluídos todos os insumos, encargos trabalhistas e tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste Contrato.

Parágrafo Segundo

Na hipótese de o objeto ser, a critério do **BNDES**, parcialmente executado e recebido, os valores previstos nesta Cláusula serão proporcionalmente reduzidos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Terceiro

Caso o **BNDES** não demande o total do objeto previsto neste Contrato, não será devida indenização ao **CONTRATADO**.

Parágrafo Quarto

O **CONTRATADO** deverá arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso os quantitativos previstos inicialmente em sua proposta não sejam satisfatórios para o atendimento ao objeto deste Contrato.

Parágrafo Quinto

O **BNDES** não se compromete à utilização do total estimado de horas extraordinárias, sendo pagas somente as que efetivamente forem realizadas, que serão aferidas através de planilhas a serem apresentadas, mensalmente, pelo **CONTRATADO**.

CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO

O **BNDES** efetuará o pagamento referente ao objeto deste Contrato, mensalmente, por meio de crédito em conta

bancária, em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data de apresentação do documento fiscal ou equivalente legal (prioritariamente nota fiscal, e nos casos de dispensa da nota fiscal: fatura, boleto bancário com código de barras, recibo de pagamento a autônomo), desde que tenha sido efetuado ateste pelo Gestor do Contrato das obrigações contratuais assumidas pelo **CONTRATADO**, observado o disposto no Anexo I (Termo de Referência) deste Instrumento.

Parágrafo Primeiro

O documento fiscal ou equivalente legal deverá ser apresentado ao **BNDES** no mês de sua emissão e até o dia 25 (vinte e cinco) do mesmo – ou data anterior que viabilize o tempestivo recolhimento de ISS, se a legislação tributária municipal incidente assim exigir – possibilitando o cumprimento, pelo **BNDES**, das obrigações fiscais principais e acessórias decorrentes deste Contrato. Havendo impedimento legal para o cumprimento desse prazo, o documento fiscal ou equivalente legal deverá ser apresentado até o primeiro dia útil do mês seguinte da prestação do serviço/fornecimento do bem.

Parágrafo Segundo

A apresentação do documento de cobrança fora do prazo previsto nesta cláusula poderá implicar em sua rejeição e no direito do **BNDES** se ressarcir, preferencialmente, mediante desconto do valor a ser pago ao **CONTRATADO**, por qualquer penalidade tributária incidente pelo atraso.

Parágrafo Terceiro

Nas hipóteses em que o recebimento definitivo ocorrer após a entrega do documento fiscal ou equivalente legal, o **BNDES** terá até 10 (dez) dias úteis, a contar da data em que o objeto tiver sido recebido definitivamente, para efetuar o pagamento.

Parágrafo Quarto

O primeiro documento fiscal ou equivalente legal terá como objeto de cobrança o período compreendido entre o dia de início da prestação dos serviços e o último dia desse mês, e os documentos fiscais ou equivalentes legais subsequentes terão como referência o período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês. O último documento fiscal ou equivalente legal, por seu turno, referir-se-á ao período compreendido entre o primeiro dia do último mês da prestação dos serviços e o último dia de serviço prestado. Em todos os casos, o documento fiscal ou equivalente legal só poderá ser emitido e apresentado ao **BNDES** após a efetiva prestação do serviço, respeitado o disposto no Parágrafo anterior.

Parágrafo Quinto

Para toda efetivação de pagamento, o Contratado deverá encaminhar o documento fiscal ou equivalente em meio digital para caixa postal eletrônica ou protocolar em sistema eletrônico próprio do **BNDES**, considerando as orientações do Contratante vigentes na ocasião do pagamento. No caso de emissão de documento fiscal exclusivamente em meio físico o mesmo deverá ser encaminhado ao protocolo do **BNDES** para devido registro de recebimento.

Parágrafo Sexto

O documento fiscal ou equivalente legal deverá respeitar a legislação tributária e conter, minimamente, as seguintes informações:

- I. número da Ordem de Compra/Serviço – OCS;
- II. número SAP do Contrato;
- III. número do pedido SAP, a ser informado pelo Gestor do Contrato;
- IV. número da Folha de Registro de Serviços (FRS), a ser informado pelo Gestor do Contrato;
- V. descrição detalhada do objeto executado e dos respectivos valores;
- VI. período de referência da execução do objeto;

- VII.** nome e número do CNPJ do **CONTRATADO**, cuja regularidade fiscal tenha sido avaliada na fase de habilitação, bem como o número de inscrição na Fazenda Municipal e/ou Estadual, conforme o caso;
- VIII.** nome, telefone e *e-mail* do responsável pelo documento fiscal ou equivalente legal;
- IX.** nome e número do banco e da agência, bem como o número da conta corrente do **CONTRATADO**, vinculada ao CNPJ constante do documento fiscal ou equivalente legal, com respectivos dígitos verificadores;
- X.** tomador do serviço: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – **BNDES**;
- XI.** CNPJ do tomador do serviço: 33.657.248/0001-89;
- XII.** local de execução do objeto, emitindo-se um documento fiscal ou equivalente legal para cada Município em que o serviço seja prestado, se for o caso; e
- XIII.** código do serviço, nos termos da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003, em concordância com as informações inseridas na Declaração de Informações para Fornecimento – DIF.

Parágrafo Sétimo

Os pagamentos a serem efetuados em favor do **CONTRATADO** estarão sujeitos, no que couber, às retenções de tributos, nos termos da legislação tributária e com base nas informações prestadas pelo **CONTRATADO**. Em casos de dispensa ou benefício fiscal que implique em redução ou eliminação da retenção de tributos, o **CONTRATADO** fornecerá todos os documentos comprobatórios.

Parágrafo Oitavo

O **CONTRATADO** deverá destacar no documento fiscal ou equivalente legal os valores relativos ao fornecimento de material equipamentos, vale-transporte e auxílio-alimentação, para que o **BNDES** possa proceder à retenção dos encargos previdenciários e demais tributos, atinentes a cada parcela, na forma determinada pela legislação e regulamentos administrativos aplicáveis.

Parágrafo Nono

O documento fiscal ou equivalente legal emitido pelo **CONTRATADO** deverá estar em conformidade com a legislação do Município onde o **CONTRATADO** esteja estabelecido e com as normas regulamentares aprovadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, especialmente no que tange à retenção de tributos, sob pena de devolução do documento e interrupção do prazo para pagamento.

Parágrafo Décimo

Ao documento fiscal ou equivalente legal deverão ser anexados:

- I. em caso de isenção/imunidade tributária, documentos comprobatórios com a indicação do dispositivo legal que ampara a isenção/imunidade;
- II. demais documentos solicitados pelo Gestor do Contrato, necessários ao pagamento do objeto contratado.

Parágrafo Décimo Primeiro

Caso sejam verificadas divergências, o **BNDES** devolverá o documento fiscal ou equivalente legal ao **CONTRATADO** ou solicitará a emissão de carta de correção, quando cabível, interrompendo-se o prazo de pagamento até que este providencie as medidas saneadoras ou comprove a correção dos dados contestados pelo **BNDES**.

Parágrafo Décimo Segundo

Além de outras hipóteses previstas em lei ou no Contrato, o **BNDES** poderá descontar, do montante expresso no documento fiscal ou equivalente legal, os valores referentes a multas, indenizações apuradas em processo administrativo, bem como qualquer obrigação que decorra do descumprimento da legislação pelo **CONTRATADO**.

Parágrafo Décimo Terceiro

O pagamento mensal pelo **BNDES** ocorrerá após a verificação do cumprimento das obrigações trabalhistas,

previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS pelo **CONTRATADO** relativas aos empregados do **CONTRATADO** que tenham participado da execução dos serviços, em especial, quanto:

- a) ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- b) à concessão de férias remuneradas e ao pagamento do respectivo adicional;
- c) à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
- d) aos depósitos do FGTS; e
- e) ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

Parágrafo Décimo Quarto

Para possibilitar a verificação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, deverão ser apresentados ao **BNDES**, a respectiva documentação relativa à competência que está sendo faturada:

- I. Comprovantes de adimplemento dos salários e benefícios, relativos ao mês faturado;
- II. Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e de Informações à Previdência Social – GFIP, acompanhada da respectiva Relação de Trabalhadores constantes do arquivo SEFIP, relativos ao mês faturado; e
- III. Demais documentos que se façam necessários para cumprimento das obrigações envolvidas.

Parágrafo Décimo Quinto

Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas (inclusive FGTS) e previdenciárias, junto com o documento fiscal ou equivalente legal, o **BNDES** comunicará o fato ao **CONTRATADO** e poderá reter o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao da obrigação cujo adimplemento não tenha sido comprovado, até que a situação seja regularizada.

Parágrafo Décimo Sexto

Na hipótese do Parágrafo anterior, não sendo regularizada a situação no prazo de 15 (quinze) dias, o **BNDES**, sem prejuízo das penalidades cabíveis, inclusive a rescisão do contrato, poderá efetuar o pagamento das respectivas obrigações diretamente aos profissionais alocados à prestação de serviço, não configurando vínculo empregatício ou implicando em assunção de responsabilidades por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o **BNDES** e os empregados do **CONTRATADO**. O sindicato representante da categoria dos trabalhadores será notificado para acompanhar o referido pagamento.

Parágrafo Décimo Sétimo

Na situação prevista no parágrafo anterior deve o **CONTRATADO** fornecer ao **BNDES** de imediato todas as informações e documentos necessários para a efetivação do pagamento direto.

Parágrafo Décimo Oitavo

Na impossibilidade de pagamento direto pelo **BNDES**, os valores retidos poderão ser depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, contribuições sociais e FGTS.

Parágrafo Décimo Nono

Os pagamentos efetuados pelo **BNDES** diretamente ou através da Justiça do Trabalho aos empregados do **CONTRATADO** equivalerá para todos os fins de direito à quitação, na exata medida dos pagamentos ou depósitos efetuados, às suas obrigações decorrentes do presente Contrato perante o **CONTRATADO**.

Parágrafo Vigésimo

Os valores referentes a férias e ao 1/3 de férias, décimo terceiro salário, ausências legais, verbas rescisórias, devidos

aos empregados do **CONTRATADO** que participarem da execução do serviço, não serão parte integrante dos pagamentos mensais ao **CONTRATADO**, devendo ser pagos pelo **BNDES** ao **CONTRATADO** na ocorrência do respectivo fato gerador, atendidas as seguintes disposições:

I. As verbas elencadas estão indicadas na planilha de custos e formação de preços apresentada pela Contratada e serão liberadas mediante a apresentação dos documentos comprobatórios da ocorrência dos fatos geradores e seus respectivos prazos de vencimento, observando as seguintes condições:

- a) Proporcional e anualmente, pelo valor correspondente aos décimos terceiros salários, quando devidos.
- b) Proporcionalmente, pelo valor correspondente às férias e ao 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao contrato.
- c) Proporcionalmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato;
- d) Proporcionalmente, quando do afastamento para licença maternidade das empregadas vinculadas ao contrato;
- e) Proporcionalmente quando da ocorrência de ausências legais dos empregados vinculados ao contrato; e
- f) Proporcionalmente, ao final da vigência do contrato, para pagamento das verbas rescisórias, caso haja demissão de empregado vinculado ao contrato ou, caso não ocorra, serão pagos ao **CONTRATADO** os valores provisionados relativos às verbas rescisórias, descontados do montante correspondente ao aviso prévio indenizado.

II. O total dos valores a serem liberados pelo **BNDES** está limitado ao valor total indicado na planilha de custos e formação de preços, atualizado de acordo com a **CLAUSULA OITAVA – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO** desse instrumento, devendo o **CONTRATADO** complementá-los caso o valor indicado na planilha não seja suficiente para o atendimento das obrigações trabalhistas dispostas no item I deste Parágrafo.

Parágrafo Vigésimo Primeiro

Caso o **BNDES** não efetue o pagamento na forma prevista nesta Cláusula, em decorrência de fato não atribuível ao **CONTRATADO**, aos valores devidos serão acrescidos juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, *pro rata tempore*, calculados desde o dia do vencimento até a data da efetiva liquidação.

Parágrafo Vigésimo Segundo

Fica assegurado ao **BNDES** o direito de deduzir do pagamento devido ao **CONTRATADO**, por força deste Contrato ou de outro contrato mantido com o **BNDES**, o valor correspondente aos pagamentos efetuados a maior ou em duplicidade.

CLÁUSULA OITAVA – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

O **BNDES** e o **CONTRATADO** têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, em consonância com o inciso XXI, do artigo 37, da Constituição Federal, a ser realizado, conforme o caso, mediante repactuação, reajuste ou revisão de preços.

Parágrafo Primeiro

A repactuação de preços relativos à mão-de-obra, na forma prevista na legislação, poderá ser requerida pelo **CONTRATADO** a cada período de 12 (doze) meses, sendo o primeiro contado do dia / / , data limite para a apresentação da proposta (Anexo II deste Contrato), ou da data do orçamento a que a proposta se referir, e os seguintes da data do fato gerador anterior, observando-se que:

I. no que tange aos custos decorrentes de mão de obra, determinados por norma coletiva de trabalho, será adotada como data do orçamento a que a proposta se referir e como data do fato gerador anterior à data dos instrumentos coletivos mencionados vigentes à época da proposta ou da repactuação anterior, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e benefícios não previstos originariamente, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal ou norma coletiva de trabalho;

II. no que diz respeito aos insumos reajustados de acordo com os valores de mercado, o prazo mínimo de 12 (doze) meses para a realização da primeira repactuação de preços será contado da data limite para a apresentação da proposta (Anexo II do Contrato) e, para a realização das repactuações seguintes, o prazo será contado a partir do fato gerador da última repactuação;

III. caso o intervalo entre os fatos geradores seja inferior a 120 (cento e vinte) dias, os pedidos de repactuação poderão ser reunidos em um só procedimento, considerando-se o último fato gerador para a aplicação do inciso I do Parágrafo Quarto desta Cláusula

IV. a repactuação será precedida de demonstração analítica do aumento dos custos;

V. o **CONTRATADO** deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta/orçamento e o momento do pedido de repactuação, contemplando os custos unitários envolvidos, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor contratual então vigente; e

VI. deverão ser apresentados os documentos comprobatórios do aumento de custo, tais como, norma coletiva de trabalho, indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência e tarifas públicas.

Parágrafo Segundo

O reajuste de preços relativos aos materiais e insumos, na forma prevista na legislação, poderá ser requerido pelo **CONTRATADO** a cada período de 12 (doze) meses, sendo o primeiro contado do dia __/__/__, data de apresentação da proposta (Anexo II deste Contrato), e os seguintes, do fato gerador anterior, adotando-se para tanto a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou índice que venha a substituí-lo acumulado, sobre o preço referido na Cláusula de Preço deste Instrumento.

Parágrafo Terceiro

A revisão de preços poderá ser realizada por iniciativa do **BNDES** ou mediante solicitação do **CONTRATADO**, quando ocorrer fato imprevisível ou previsível, porém, de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do Contrato, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo, porém, vedada nas hipóteses em que o risco seja alocado ao **CONTRATADO** nos termos da Cláusula de Matriz de Riscos, respeitando-se o seguinte:

I. o **CONTRATADO** deverá formular ao **BNDES** requerimento para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;

II. a comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta ou do último reajuste e do momento do pedido de revisão; e

III. com o requerimento, o **CONTRATADO** deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da proposta ou do último reajuste e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado.

Parágrafo Quarto

Independentemente de solicitação, o **BNDES** poderá convocar o **CONTRATADO** para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, ou de itens que compõem o custo, cabendo ao **CONTRATADO** apresentar as informações solicitadas pelo **BNDES**.

Parágrafo Quinto

O **CONTRATADO** deverá solicitar a repactuação, o reajuste e/ou a revisão de preços até a prorrogação ou o encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, observando-se, ainda, que:

I. caso o fato gerador da repactuação, do reajuste e/ou da revisão de preços ou a divulgação do índice de reajuste

ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias da prorrogação ou do encerramento do Contrato, o **CONTRATADO** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador ou da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste e/ou a revisão de preços;

II. caso a assinatura do aditivo de prorrogação torne superveniente a ocorrência do fato gerador da repactuação ou do reajuste, ou a divulgação do índice de reajuste ocorra após a prorrogação ou o encerramento do Contrato, o **CONTRATADO** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador ou da data de divulgação do índice, para solicitar a repactuação ou o reajuste de preços, conforme o caso;

III. o **BNDES** deverá analisar o pedido de repactuação, reajuste e/ou revisão de preços em até 60 (sessenta) dias, contados da solicitação e da entrega pelo **CONTRATADO** dos comprovantes de variação dos custos, ficando este prazo suspenso, a critério do **BNDES**, enquanto o **CONTRATADO** não apresentar a documentação solicitada para a comprovação da variação de custos; e

IV. caso o **CONTRATADO** não solicite a repactuação, o reajuste e/ou revisão de preços nos prazos fixados acima, não fará jus aos efeitos retroativos ou, caso o Contrato esteja encerrado, operar-se-á a renúncia a eventual direito ao reajuste e/ou à revisão.

Parágrafo Sexto

O registro do acordo ou convenção coletiva é um requisito para a concessão da repactuação correlata pelo **BNDES**, cumprindo ao **CONTRATADO**, na hipótese de celebração de convenção coletiva, notificar judicial ou extrajudicialmente o sindicato competente para a promoção do registro, caso este não o faça em prazo razoável, para que seja deferida a repactuação.

Parágrafo Sétimo

Se o processo de repactuação, reajuste e/ou revisão de preços não for concluído até o vencimento do Contrato, e este for prorrogado, sua continuidade após o reequilíbrio econômico-financeiro ficará condicionada à manutenção da proposta do **CONTRATADO** como a condição mais vantajosa para o **BNDES**, podendo este:

I. realizar negociação de preços junto ao **CONTRATADO**, de forma a viabilizar a continuidade do ajuste, quando os novos valores fixados após a repactuação, o reajuste e/ou a revisão de preços estiverem acima do patamar apurado no mercado; ou

II. rescindir o Contrato, mediante aviso prévio ao **CONTRATADO**, com antecedência de 30 (trinta) dias, quando resultar infrutífera a negociação indicada no inciso anterior.

Parágrafo Oitavo

Na ocorrência da hipótese prevista no inciso II do Parágrafo anterior, o **CONTRATADO** fará jus à integralidade dos valores apurados no processo de repactuação, reajuste e/ou revisão de preços até o término do Contrato, não podendo, todavia, reclamar qualquer indenização em razão da rescisão do mesmo.

CLÁUSULA NONA – MATRIZ DE RISCOS

O **BNDES** e o **CONTRATADO**, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante do Anexo III deste Contrato.

Parágrafo Primeiro

A repactuação e o reajuste de preços aludidos na Matriz de Riscos devem respeitar o disposto na Cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro deste Contrato.

Parágrafo Segundo

É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade do **CONTRATADO**.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA CONTRATUAL

O **CONTRATADO** prestará, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da convocação, garantia contratual, sob pena de aplicação de penalidade nos termos deste Contrato, observadas as condições para sua aceitação estipuladas nos incisos abaixo, no valor de R\$ ____ (____), que lhe será devolvida após a verificação do cumprimento fiel, correto e integral dos termos contratuais.

I. Caução em dinheiro: deverá ser depositada em favor do **BNDES**, de acordo com as orientações que serão fornecidas quando da referida convocação;

II. Seguro Garantia: a Apólice de Seguro deverá ser emitida por Instituição autorizada pela SUSEP a operar no mercado securitário, que não se encontre sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, e que não esteja cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP;

a) O Instrumento de Apólice de Seguro deve prever expressamente:

a.1) responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas ao **CONTRATADO**;

a.2) vigência pelo prazo contratual;

a.3) prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do término da vigência contratual, para apuração de eventual inadimplemento do **CONTRATADO** - ocorrido durante a vigência contratual -, e para a comunicação da expectativa de sinistro ou do efetivo aviso de sinistro, observados os prazos prescricionais pertinentes.

III. Fiança Bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por Instituição Financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil - BACEN para funcionar no Brasil e que não se encontre em processo de liquidação extrajudicial ou de intervenção do BACEN.

a) O Instrumento de Fiança deve prever expressamente:

a.1) renúncia expressa, pelo fiador, ao benefício de ordem disposto no artigo 827 do Código Civil;

a.2) vigência pelo prazo contratual;

a.3) prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do término da vigência contratual, para apuração de eventual inadimplemento do **CONTRATADO** - ocorrido durante a vigência contratual -, e para a comunicação do inadimplemento à Instituição Financeira, observados os prazos prescricionais pertinentes.

Parágrafo Primeiro

O prazo previsto para a apresentação da garantia poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pelo **CONTRATADO** durante o respectivo transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo **BNDES**.

Parágrafo Segundo

Havendo majoração do preço contratado, decorrente de reajuste, repactuação ou revisão de preços causada por alterações na legislação tributária, fica dispensada a atualização da garantia, salvo se o valor da atualização for igual ou superior ao patamar referenciado no inciso II do artigo 91 do Regulamento de Licitações e Contratos do **SISTEMA BNDES**.

Parágrafo Terceiro

Nos demais casos que demandem a complementação ou renovação da garantia, tais como alteração do objeto (aditivo quantitativo ou qualitativo), prorrogação contratual, dentre outros, o **CONTRATADO** deverá providenciá-la no prazo estipulado pelo **BNDES**.

Parágrafo Quarto

Sempre que o contrato for garantido por fiança bancária ou seguro garantia, o **CONTRATADO** deve obter do garantidor anuência em relação à manutenção da garantia, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do aditivo ou recebimento de carta de apostilamento ou aditivo epistolar, conforme o caso. Recusando-se o garantidor a manter a garantia, cabe ao **CONTRATADO** obter nova garantia no mesmo prazo, prorrogável por igual período a critério do **BNDES**.

Parágrafo Quinto

A garantia contratual deverá cobrir:

- I. todas as obrigações decorrentes do objeto contratual, assim como eventuais danos decorrentes de seu descumprimento;
- II. todas as obrigações relacionadas ao objeto principal, ainda que decorrentes de sua manutenção e/ou refazimento, bem como das medidas necessárias à prevenção ordinária de sinistros, prejuízos e danos em geral;
- III. prejuízos decorrentes de atos de corrupção praticados sem participação dolosa do **BNDES** ou de seus representantes;
- IV. prejuízos diretos causados ao **BNDES** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- V. multas moratórias e/ou punitivas aplicadas pelo **BNDES** ao **CONTRATADO**;
- VI. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pelo **CONTRATADO**, quando o objeto contratual demandar cessão de mão de obra com dedicação exclusiva.

Parágrafo Sexto

Em caso de prorrogação da vigência ou alteração do objeto contratual, o **CONTRATADO** deverá notificar a entidade fiadora/seguradora, conforme o caso, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da formalização do respectivo Instrumento Contratual.

Parágrafo Sétimo

Por se tratar de garantia contratual prestada em benefício de uma Estatal, caso os documentos de caução, fiança ou seguro façam referência à Lei nº 8.666/1993 e/ou à Lei nº 14.133/2021, aplicam-se as disposições respectivas da Lei nº 13.303/2016, no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 13.303/2016, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações do **CONTRATADO**:

- I. manter durante a vigência deste Contrato todas as condições de habilitação e a ausência de impedimentos exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pelo **BNDES**;
- II. comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com o **BNDES**, bem como a eventual perda dos pressupostos para a licitação;
- III. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados;
- IV. reparar todos os danos e prejuízos causados ao **BNDES** ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor do Contrato;
- V. pagar todos os encargos e tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste Contrato, podendo o **BNDES**, a qualquer momento, exigir do **CONTRATADO** a comprovação de sua regularidade;
- VI. assumir a responsabilidade integral por quaisquer ônus que venham a ser impostos ao **BNDES** em virtude de documento fiscal que seja emitido em desacordo com a legislação aplicável;
- VII. providenciar, perante a Receita Federal do Brasil - RFB, comprovando ao **BNDES**, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006, se o **CONTRATADO**, quando

optante:

a) extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ao longo da vigência deste Contrato; ou

b) enquadrar-se em alguma das situações previstas no artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006;

VIII. permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo Gestor do Contrato;

IX. obedecer às instruções e aos procedimentos, estabelecidos pelo **BNDES**, para a adequada execução do Contrato;

X. designar 01 (um) preposto como responsável pelo Contrato firmado com o **BNDES**, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor do **CONTRATADO**, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento;

XI. apresentar, em até 10 (dez) dias úteis após a convocação, a Declaração de Informações para Fornecimento - DIF, adequadamente preenchida, sob pena de instauração de procedimento punitivo para aplicação de penalidade, e de retenção tributária, pelo **BNDES**, nos casos previstos em lei, da alíquota que entender adequada;

a) as informações inseridas na Declaração de Informações para Fornecimento – DIF não deverão divergir das constantes do documento fiscal ou equivalente legal;

XII. fornecer informações para o gerenciamento, por parte do **BNDES**, de riscos social, ambiental ou climático, relacionados ao objeto do contrato;

XIII. orientar os profissionais alocados na execução dos serviços para que se comportem de forma cordial, e que estejam sempre dentro dos padrões de apresentação e higiene compatíveis com os serviços;

XIV. controlar a frequência, a assiduidade e a pontualidade dos empregados alocados na execução dos serviços, descontando do preço as faltas e os atrasos com base em relatório mensal de frequência;

XV. fornecer uniformes a cada um dos empregados alocados na prestação dos serviços, sem quaisquer ônus para eles, semestralmente, observadas as especificações e quantidades previstas no subitem 6.2 do Anexo I (Termo de Referência) deste Instrumento;

XVI. zelar pela segurança dos profissionais alocados na execução dos serviços, responsabilizando-se por quaisquer acidentes, em serviço, de que venham a ser vítimas;

XVII. impedir que os profissionais alocados na execução dos serviços realizem horas extraordinárias, exceto quando devidamente solicitado pelo **BNDES**, observando-se os limites impostos no Anexo I (Termo de Referência) deste Instrumento;

XVIII. comprovar, mensalmente e a qualquer tempo por solicitação do **BNDES**, o pagamento dos salários, dos adicionais, das férias e do 13º salário dos profissionais através da apresentação ao **BNDES**, do comprovante de depósito;

XIX. comprovar, mensalmente e a qualquer tempo por solicitação do **BNDES**, o pagamento dos salários, dos adicionais, das férias e do 13º salário dos profissionais através da apresentação ao **BNDES**, do comprovante de depósito;

XX. fornecer, sempre que solicitado pelo **BNDES**, comprovação documental do conteúdo das informações apresentadas na planilha de custos e formação de preços, efetuando os ajustes necessários;

XXI. fornecer todas as ferramentas, equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços, nos termos dispostos no Anexo I (Termo de Referência) deste Instrumento;

XXII. responsabilizar-se pelo cumprimento das normas de segurança das dependências do **BNDES** por parte dos profissionais alocados na execução dos serviços, quanto ao porte de identificação e à utilização dos acessos indicados pelo **BNDES**;

XXIII. devolver, ao final do Contrato, os crachás de identificação fornecidos pelo **BNDES**;

XXIV. responsabilizar-se pela investigação de antecedentes sociais dos profissionais alocados na execução dos serviços, podendo o **BNDES** exigir, a qualquer tempo, sua comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DO CONTRATADO

O **CONTRATADO** deverá cumprir todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos profissionais designados para a prestação de serviço, observando, especialmente, as obrigações seguintes:

- I. pagar os salários e demais verbas passadas diretamente ao profissional, por depósito na conta bancária do mesmo aberta pelo **CONTRATADO** para esse fim, em estabelecimento de crédito próximo ao local de trabalho, no prazo;
- II. pagar os salários e os insumos dos profissionais alocados na execução dos serviços, de acordo com os valores indicados na planilha de custos e formação de preços. Tais valores poderão ser reduzidos, desde que esteja de acordo com o instrumento coletivo adotado pelo **CONTRATADO**, seja garantida a qualidade da prestação dos serviços e que a redução seja comunicada ao **BNDES** para que este possa promover o reequilíbrio dos preços, sendo-lhe facultada a análise de exequibilidade dos novos valores;
- III. observar as obrigações previstas na norma coletiva aplicável à categoria profissional do empregado, inclusive no que diz respeito a pisos salariais;
- IV. respeitar o piso salarial estipulado na proposta (Anexo II deste Instrumento), sem prejuízo do disposto no Inciso anterior;
- V. cumprir as obrigações trabalhistas de acordo com os valores e especificações indicados na planilha de custos e formação de preços (contida na proposta – Anexo II deste Instrumento);
- VI. atender a legislação relativa à segurança e à medicina do trabalho, e em particular as Normas Regulamentadoras (NR) expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego;
- VII. pagar antecipadamente, em parcela única mensal, os insumos referentes a vale-transporte e auxílio-alimentação; e
- VIII. prestar assistência médica em conformidade com os requisitos previstos no Anexo I (Termo de Referência) deste Instrumento.

Parágrafo Primeiro

Devem ser mantidos e atualizados pelo **CONTRATADO**, bem como exibidos por meio de cópias eletrônicas, sempre que solicitadas pelo **BNDES**, os registros, anotações e documentos que comprovem o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, tais como:

- I. o contrato de trabalho, o regulamento interno da empresa, se houver, a norma coletiva aplicável à categoria profissional do empregado;
- II. o registro do profissional e a carteira de trabalho e previdência social – CTPS devidamente assinada;
- III. o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), comprovando a realização das avaliações médicas (admissional, periódica, demissional e, se for o caso, de retorno ao trabalho e de mudança de função) e exames complementares determinados pelo médico do trabalho;
- IV. documento comprobatório do cadastramento do profissional no regime do PIS/PASEP;
- V. documento comprobatório do pagamento das contribuições previdenciárias dos empregados e do empregador;
- VI. cartão, ficha ou livro de ponto assinado pelo profissional, ou documento comprobatório do registro eletrônico de ponto, nos quais constem as horas trabalhadas normais e extraordinárias, se for o caso;
- VII. recibo de concessão de aviso de férias, a ser dado 30 (trinta) dias antes do respectivo gozo;
- VIII. documento comprobatório de depósito bancário na conta do profissional referente ao pagamento dos salários mensais e adicionais aplicáveis, férias acrescidas do terço constitucional e décimo terceiro salário (primeira e segunda parcelas);
- IX. documento comprobatório de pagamento do salário-família, caso devido, por depósito bancário na conta do profissional, aberta nos termos do Inciso I do *caput* desta Cláusula;
- X. documento comprobatório de opção e fornecimento de vale-transporte, quando for o caso;
- XI. documento comprobatório de fornecimento de auxílio-alimentação e de assistência médica;
- XII. documento comprobatório de recolhimento das contribuições devidas aos sindicatos;
- XIII. documento comprobatório de entrega e do conteúdo da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS);
- XIV. documento que ateste o recebimento pelo profissional de equipamentos de proteção individual ou coletiva, se o serviço assim o exigir;
- XV. documento comprobatório do recolhimento dos valores devidos ao FGTS nas respectivas contas vinculadas dos profissionais;

- XVI.** documento comprobatório da entrega e do conteúdo do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED);
- XVII.** cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação do serviço, em que conste como tomador o **BNDES**;
- XVIII.** cópia dos contracheques dos profissionais alocados na execução do serviço, relativos a qualquer mês da prestação de serviço
- XIX.** documento comprobatório de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou por este Contrato
- XX.** em caso de demissão ou rescisão de contrato de trabalho, os seguintes documentos:
- a)** termos que cuidem da demissão ou rescisão do contrato, sua respectiva homologação e quitação de verbas rescisórias, na forma da legislação;
 - b)** documento comprobatório da concessão de aviso prévio pelo **CONTRATADO** ou pelo profissional;
 - c)** documento comprobatório da entrega dos documentos necessários à obtenção de seguro-desemprego pelo profissional, nas hipóteses em que o mesmo faça jus ao benefício;
 - d)** guias de recolhimento do FGTS e das contribuições sociais devidas;
 - e)** extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada profissional dispensado; e
 - f)** Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), comprovando a realização do exame médico demissional, quando exigível.

Parágrafo Segundo

Fica estabelecido que o **CONTRATADO** é considerado, para todos os fins e efeitos jurídicos, como único e exclusivo empregador dos profissionais alocados à prestação de serviço, sendo o responsável pelo cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, cabendo-lhe reembolsar o **BNDES** ou suas subsidiárias de todas as despesas que estes tiverem, inclusive custas, emolumentos e honorários advocatícios, resultantes de sua condenação judicial a honrar obrigações trabalhistas ou previdenciárias, ou ainda a pagar indenizações decorrentes das relações de trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CONDUTA ÉTICA DO CONTRATADO E DO BNDES

O **CONTRATADO** e o **BNDES** comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta por preceitos éticos e, em especial, por sua responsabilidade socioambiental.

Parágrafo Primeiro

Em atendimento ao disposto no *caput* desta Cláusula, o **CONTRATADO** obriga-se, inclusive, a:

- I.** não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com este Contrato, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;
- II.** impedir o favorecimento ou a participação de empregado ou dirigente do Sistema **BNDES** (**BNDES** e suas subsidiárias) na execução do objeto do presente Contrato;
- III.** providenciar para que não sejam alocados, na execução dos serviços, familiares de dirigente ou empregado do Sistema **BNDES**, considerando-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau;
- IV.** observar a Política para Transações com Partes Relacionadas e o Código de Ética do Sistema **BNDES** vigentes ao tempo da contratação, bem como a Política Corporativa de Integridade do Sistema **BNDES**, assegurando-se de que seus representantes, administradores, todos os profissionais envolvidos na execução do objeto e eventuais

subcontratados pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios neles constantes;

V. adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição;

VI. informar imediatamente ao **BNDES** a ocorrência de potencial situação de conflito de interesses, comunicando na mesma oportunidade as medidas que serão adotadas para o tratamento da questão; e

VII. notificar imediatamente o **BNDES** sobre qualquer investigação ou procedimento iniciado por autoridade governamental relacionado à violação de Leis Anticorrupção (nacional ou estrangeira) e/ou de obrigações da empresa, de seus administradores, diretores, prepostos, empregados, representantes ou terceiros a seu serviço, incluindo subcontratados, referentes a este Contrato.

Parágrafo Segundo

O **BNDES** recomenda, ao **CONTRATADO**, considerar em suas práticas de gestão a implantação de programa de integridade estruturado, voltado à prevenção, detecção e remediação da ocorrência de fraudes e atos de corrupção.

Parágrafo Terceiro

Verificada uma das situações mencionadas nos incisos II e III do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, compete ao **CONTRATADO** afastar imediatamente da execução do Contrato os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato ao **BNDES**, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.

Parágrafo Quarto

O **CONTRATADO** declara ter conhecimento do Código de Ética do Sistema **BNDES**, bem como da Política Corporativa de Integridade do Sistema **BNDES**, que poderão ser consultados por intermédio do sítio eletrônico www.bndes.gov.br ou requisitados ao Gestor do Contrato.

Parágrafo Quinto

Eventuais irregularidades ou descumprimentos das normas internas do **BNDES** ou da legislação vigente podem ser denunciados à Ouvidoria por qualquer cidadão através dos seguintes canais: página na *internet* (www.bndes.gov.br/ouvidoria); correio (Caixa Postal 15054, CEP 20031-120, Rio de Janeiro – RJ); e telefone (0800 702 6307).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SIGILO DAS INFORMAÇÕES

Cabe ao **CONTRATADO** cumprir as seguintes regras de sigilo e assegurar a aceitação e adesão às mesmas por profissionais que integrem ou venham a integrar a sua equipe na prestação do objeto deste Contrato, as quais perdurarão, inclusive, após a cessação do vínculo contratual e da prestação dos serviços:

I. cumprir as diretrizes e normas da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**, necessárias para assegurar a integridade e o sigilo das informações;

II. não acessar informações sigilosas do **BNDES**, salvo quando previamente autorizado por escrito;

III. sempre que tiver acesso às informações mencionadas no inciso anterior:

a) manter sigilo dessas informações, não podendo copiá-las, reproduzi-las, retê-las ou praticar qualquer outra forma de uso que não seja imprescindível para a adequada prestação do objeto deste Contrato;

b) limitar o acesso às informações aos profissionais envolvidos na prestação dos serviços objeto deste Contrato, os quais deverão estar cientes da natureza sigilosa das informações e das obrigações e responsabilidades decorrentes do uso dessas informações; e

c) informar imediatamente ao **BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como dos profissionais envolvidos, adotando todas as orientações do **BNDES** para remediar a violação;

IV. entregar ao **BNDES**, ao término da vigência deste Contrato, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa e registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa a que teve acesso no âmbito deste Contrato;

V. apresentar, na Reunião Preliminar, Termos de Confidencialidade, conforme minuta constante do Anexo V (Minuta de Termo de Confidencialidade para Profissionais) deste Contrato, assinados pelos profissionais que acessarão informações sigilosas, devendo referida obrigação ser também cumprida por ocasião de substituição desses profissionais; e

VI. observar o disposto no Termo de Confidencialidade assinado por seu Representante Legal, constante do Anexo IV (Termo de Confidencialidade para Representante Legal) deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ACESSO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

As partes assumem o compromisso de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, relativos ao tratamento de dados pessoais, nos meios físicos e digitais, devendo, para tanto, adotar medidas de boa governança sob o aspecto técnico, jurídico e administrativo, inclusive de segurança, e observar que:

I. Eventual tratamento de dados pessoais em razão do presente Contrato deverá ser realizado conforme os parâmetros previstos na legislação, especialmente na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, dentro de propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

II. O tratamento será limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades contratuais e, caso seja necessário, ao cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, sejam de ordem principal ou acessória, observando-se que, em caso de necessidade de coleta de dados pessoais diretamente pelo **CONTRATADO**, esta será realizada mediante prévia aprovação do **BNDES**, responsabilizando-se o **CONTRATADO** por obter o consentimento dos titulares, salvo nos casos em que a legislação dispense tal medida;

III. O **CONTRATADO** deverá seguir as instruções recebidas do **BNDES** em relação ao tratamento de dados pessoais;

IV. No caso de tratamento de dados pessoais realizado pelo **CONTRATADO** para cumprimento de suas obrigações legais ou para atendimento de suas próprias finalidades, o **BNDES** não será considerado “Controlador de Dados Pessoais” e, sim, o **CONTRATADO**;

V. Os dados coletados somente poderão ser utilizados pelas partes, seus representantes, empregados e prestadores de serviços diretamente alocados na execução contratual, sendo que, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins, sem a prévia autorização do **BNDES**, ou caso haja alguma ordem judicial, observando-se as medidas legalmente previstas para tanto;

VI. O **CONTRATADO** deve manter a confidencialidade dos dados pessoais obtidos em razão do presente contrato, devendo adotar as medidas técnicas e administrativas adequadas e necessárias, visando assegurar a proteção dos dados, nos termos do artigo 46 da LGPD, de modo a garantir um nível apropriado de segurança e a prevenção e mitigação de eventuais riscos;

VII. Os dados deverão ser armazenados de maneira segura pelo **CONTRATADO**, que utilizará recursos de segurança da informação e tecnologia adequados, inclusive quanto a mecanismos de detecção e prevenção de ataques cibernéticos e incidentes de segurança da informação;

VIII. O **CONTRATADO** dará conhecimento formal para seus empregados e/ou prestadores de serviço acerca das disposições previstas nesta Cláusula e na Cláusula de Sigilo das Informações, responsabilizando-se por eventual uso indevido dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados;

IX. O **BNDES** possui direito de regresso em face do **CONTRATADO** em razão de eventuais danos causados por este em decorrência do descumprimento das responsabilidades e obrigações previstas no âmbito deste contrato e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

X. O **CONTRATADO** deverá disponibilizar ao titular do dado um canal ou sistema em que seja garantida consulta facilitada e gratuita sobre a forma, a duração do tratamento e a integralidade de seus dados pessoais;

XI. O **CONTRATADO** deverá informar imediatamente ao **BNDES** todas as solicitações recebidas em razão do exercício dos direitos pelo titular dos dados relacionados a este Contrato, seguindo as orientações fixadas pelo **BNDES** e pela legislação em vigor para o adequado endereçamento das demandas;

XII. O **CONTRATADO** deverá manter registro de todas as operações de tratamento de dados pessoais que realizar no âmbito do Contrato disponibilizando, sempre que solicitado pelo **BNDES**, as informações necessárias à produção do Relatório de Impacto de Dados Pessoais, disposto no artigo 5º, XVII, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

XIII. Qualquer incidente ao qual o **CONTRATADO** tiver dado causa e que implique em violação ou risco de violação ou vazamento de dados pessoais deverá ser prontamente comunicado ao **BNDES**, informando-se também todas as providências adotadas e os dados pessoais eventualmente afetados, cabendo ao **CONTRATADO** disponibilizar as informações e documentos solicitados e colaborar com qualquer investigação ou auditoria que venha a ser realizada;

XIV. Ao final da vigência do Contrato, o **CONTRATADO** deverá eliminar de sua base de informações todo e qualquer dado pessoal que tenha tido acesso em razão da execução do objeto contratado, salvo quando tenha que manter a informação para o cumprimento de obrigação legal.

Parágrafo Primeiro

As Partes reconhecem que, se durante a execução do Contrato armazenarem, coletarem, tratarem ou de qualquer outra forma processarem dados pessoais, no sentido dado pela legislação vigente aplicável, o **BNDES** será considerado “Controlador de Dados”, e o **CONTRATADO** “Operador” ou “Processador de Dados”, salvo nas situações expressas em contrário nesse Contrato. Contudo, caso o **CONTRATADO** descumpra as obrigações prevista na legislação de proteção de dados ou as instruções do **BNDES**, será equiparado a “Controlador de Dados”, inclusive para fins de sua responsabilização por eventuais danos causados.

Parágrafo Segundo

Cada uma das Partes será controladora independente, para os fins desse **CONTRATO**, cabendo definir individualmente as bases legais apropriadas e diretrizes para as operações de tratamento, em relação aos seguintes dados pessoais: (i) que vierem a coletar diretamente junto aos respectivos titulares, desde que essa operação de tratamento se dê com base em suas próprias decisões; (ii) oriundos de suas próprias bases de dados; e (iii) relativos ao seu corpo de colaboradores, funcionários e/ou prepostos envolvidos para a regular execução deste Contrato.

Parágrafo Terceiro

Caso o **CONTRATADO** disponibilize dados de terceiros, além das obrigações no *caput* desta Cláusula, deve se responsabilizar por eventuais danos que o **BNDES** venha a sofrer em decorrência de uso indevido de dados pessoais por parte do **CONTRATADO**, sempre que ficar comprovado que houve falha de segurança técnica e administrativa, descumprimento de regras previstas na legislação de proteção à privacidade e dados pessoais, e das orientações do **BNDES**, sem prejuízo das penalidades deste Contrato.

Parágrafo Quarto

A assinatura deste Contrato importa na manifestação de inequívoco consentimento do titular, seja ele pessoa física direta ou indiretamente relacionada ao **CONTRATADO**, inclusive sócios, representantes legais, empregados, contratados e/ou terceirizados, quando for o caso, dos dados pessoais que tenham se tornados públicos como condição para participação na licitação e para contratação, para tratamento pelo **BNDES**, na forma da Lei nº 13.709/2018. Poderão ser solicitados pelo **BNDES** dados pessoais adicionais a fim de viabilizar o cumprimento de obrigação legal.

Parágrafo Quinto

Os representantes legais signatários do presente autorizam a divulgação dos dados pessoais expressamente contidos nos documentos decorrentes do procedimento de licitação, tais como nome, CPF, e-mail, telefone e cargo, para fins de

publicidade das contratações administrativas no site institucional do **BNDES** e em cumprimento à Lei nº 12.527/ 2011 (Lei de Acesso à Informação).

Parágrafo Sexto

As partes comprometem-se a coletar o consentimento, quando necessário, conforme previsto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), bem como informar aos titulares dos dados pessoais mencionados no presente instrumento, para as finalidades descritas no parágrafo acima.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – OBRIGAÇÕES DO BNDES

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 13.303/2016, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações do **BNDES**:

- I. realizar os pagamentos devidos ao **CONTRATADO**, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- II. designar, como Gestor do Contrato, o Sr. Hector Rodrigo Ribeiro Paes Ferraz, que atualmente exerce a função de Coordenador de Serviços do Departamento de Relacionamento, Marketing e Cultura – ARMC/DEREL/GEREL, a quem caberá o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da execução dos serviços, bem como a liquidação da despesa e o atestado de cumprimento das obrigações assumidas;
- III. designar, como substituta do Gestor do Contrato, para atuar em sua eventual ausência, a Sra. Cristiane Yaika Marques de Jesus, que atualmente exerce a função de Gerente na ARMC/DEREL/GEREL;
- IV. alterar, quando conveniente, o Gestor do Contrato e/ou sua substituta, por outro profissional, mediante comunicação escrita ao **CONTRATADO**;
- V. fornecer ao **CONTRATADO**, quando solicitado ao Gestor do Contrato, acesso ao Código de Ética do Sistema **BNDES**, da Política Corporativa de Integridade do Sistema **BNDES** e da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**;
- VI. colocar à disposição do **CONTRATADO** todas as informações necessárias à perfeita execução dos serviços objeto deste Contrato; e
- VII. comunicar ao **CONTRATADO**, por escrito:
 - a) quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao Contrato;
 - b) a abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares do **CONTRATADO**, concedendo-lhe prazo para defesa; e
 - c) a aplicação de eventual penalidade, nos termos deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – EQUIDADE DE GÊNERO E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE

O **CONTRATADO** deverá comprovar, sempre que solicitado pelo **BNDES**, a inexistência de decisão administrativa final sancionadora, exarada por autoridade ou órgão competente, em razão da prática de atos, pelo próprio **CONTRATADO** ou dirigentes, administradores ou sócios majoritários, que importem em discriminação de raça ou gênero, exploração irregular, ilegal ou criminosa do trabalho infantil ou prática relacionada ao trabalho em condições análogas à escravidão, e de sentença condenatória transitada em julgado, proferida em decorrência dos referidos atos, e, se for o caso, de outros que caracterizem assédio moral ou sexual e importem em crime contra o meio ambiente.

Parágrafo Primeiro

Na hipótese de ter havido decisão administrativa e/ou sentença condenatória, nos termos referidos no *caput* desta Cláusula, a execução do objeto contratual poderá ser suspensa pelo **BNDES** até a comprovação do cumprimento da reparação imposta ou da reabilitação do **CONTRATADO** ou de seus dirigentes, conforme o caso.

Parágrafo Segundo

A comprovação a que se refere o *caput* desta Cláusula será realizada por meio de declaração, sem prejuízo da

verificação do sistema informativo interno do **BNDES** – Sistema de Gerenciamento do Cadastro de Entidades (N02), acerca da inexistência de sanção em face do **CONTRATADO** e/ou de seus dirigentes, administradores ou sócios majoritários que impeça a contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CESSÃO DE CONTRATO OU DE CRÉDITO, SUCESSÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a cessão deste Contrato, total ou parcialmente, ou de qualquer crédito dele decorrente, bem como a emissão, por parte do **CONTRATADO**, de qualquer título de crédito em razão do mesmo.

Parágrafo Primeiro

É admitida a sucessão contratual nas hipóteses em que o **CONTRATADO** realizar as operações societárias de fusão, cisão ou incorporação, condicionada aos seguintes requisitos:

- I. aquiescência prévia do **BNDES**, que analisará eventuais riscos ou prejuízos decorrentes de tal alteração contratual; e
- II. manutenção de todas as condições contratuais e requisitos de habilitação originais.

Parágrafo Segundo

Caso ocorra a sucessão contratual admitida no Parágrafo anterior, o sucessor assumirá integralmente a posição do sucedido, passando a ser responsável pela execução do presente Contrato, fazendo jus, por conseguinte, ao recebimento dos créditos dele decorrentes.

Parágrafo Terceiro

É vedada a subcontratação para a execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– PENALIDADES

Em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, inclusive de descumprimento de exigência expressamente formulada pelo **BNDES** ou de inobservância de qualquer obrigação legal, bem como em caso de mora, sem motivo justificado, o **CONTRATADO** ficará sujeito às seguintes penalidades:

- I. advertência;
- II. multa, de acordo com o Anexo I (Termo de Referência); e
- III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **BNDES**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, apurado de acordo com a gravidade da infração.

Parágrafo Primeiro

As penalidades serão aplicadas observadas as normas do Regulamento de Licitações e Contratos do **SISTEMA BNDES**.

Parágrafo Segundo

Contra a decisão de aplicação de penalidade, o **CONTRATADO** poderá requerer a reconsideração para a decisão de advertência, ou interpor o recurso cabível para as demais penalidades, na forma e no prazo previstos no Regulamento de Licitações e Contratos do **SISTEMA BNDES**.

Parágrafo Terceiro

A imposição de penalidade prevista nesta Cláusula não impede a extinção do Contrato pelo **BNDES**, nos termos da legislação aplicável e da Cláusula de Extinção do Contrato.

Parágrafo Quarto

A multa poderá ser aplicada juntamente com as demais penalidades.

Parágrafo Quinto

A multa aplicada ao **CONTRATADO** e os prejuízos causados ao **BNDES** serão deduzidos de quaisquer créditos a ele devidos, assim como da garantia prestada, ressalvada a possibilidade de cobrança judicial da diferença eventualmente não coberta pelos mencionados créditos.

Parágrafo Sexto

No caso de atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, observar-se-ão os termos da Lei nº 12.846/2013.

Parágrafo Sétimo

A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta prevista no Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema BNDES não importa em renúncia às penalidades prevista neste Contrato e no Anexo I (Termo de Referência).

Parágrafo Oitavo

A sanção prevista no inciso III desta Cláusula também poderá ser aplicada às sociedades ou profissionais que:

- I. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- III. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com o **BNDES** em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nas hipóteses disciplinadas no art. 81 da Lei nº 13.303/2016, entre outras legal ou contratualmente previstas, observando-se que:

- I. as alterações devem preservar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato; e
- II. é vedada a modificação contratual que desnature o objeto da contratação ou afete as condições essenciais previstas no Termo de Referência (Anexo I deste Contrato).

Parágrafo Primeiro

Em atenção aos princípios que regem as relações contratuais, nas hipóteses em que for imprescindível a alteração deste Contrato para viabilizar sua plena execução, conforme demonstrado em processo administrativo, não caberá a recusa das partes à respectiva formalização, salvo em caso de justo motivo, devidamente comprovado pela parte que o alegar.

Parágrafo Segundo

A parte que, injustificadamente, se recusar a promover a alteração contratual indicada no Parágrafo anterior, deverá responder pelos danos eventualmente causados, sem prejuízo das demais consequências previstas neste Instrumento e na legislação vigente.

Parágrafo Terceiro

As alterações contratuais serão formalizadas mediante instrumento aditivo, ressalvadas as hipóteses legais que admitem a alteração por apostilamento, os ajustes necessários à eventual correção de erros materiais ou à alteração de dados acessórios do Contrato e alterações de preços decorrentes decorrente de reajuste, repactuação ou revisão de preços causada por alterações na legislação tributária, que poderão ser celebrados por meio epistolar.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO DO CONTRATO

O presente Contrato poderá ser extinto de acordo com as hipóteses previstas na legislação, e ainda:

- I. consensualmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada do **BNDES**, mediante aviso prévio por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias ou de prazo menor a ser negociado pelas partes à época da rescisão;
- II. em razão do inadimplemento total ou parcial de qualquer de suas obrigações, cabendo à parte inocente notificar a outra por escrito, assinalando-lhe prazo razoável para o cumprimento das obrigações, quando o mesmo não for previamente fixado neste instrumento ou em seus anexos;
- III. na ausência de liberação, por parte do **BNDES**, de área, local ou objeto necessário para a sua execução, nos prazos contratuais;
- IV. em virtude da suspensão da execução do Contrato, por ordem escrita do **BNDES**, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo;
- V. quando for decretada a falência do **CONTRATADO**;
- VI. caso o **CONTRATADO** perca uma das condições de habilitação exigidas quando da contratação;
- VII. na hipótese de descumprimento do previsto na Cláusula de Cessão de Contrato ou de Crédito, Sucessão Contratual e Subcontratação;
- VIII. caso o **CONTRATADO** seja declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal;
- IX. em função da suspensão do direito de o **CONTRATADO** licitar ou contratar com o **BNDES**;
- X. na hipótese de caracterização de ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013, cometido pelo **CONTRATADO** no processo de contratação ou por ocasião da execução contratual;
- XI. em razão da dissolução do **CONTRATADO**;
- XII. quando da ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Contrato.

Parágrafo Primeiro

Caracteriza inadimplemento das obrigações de pagamento pecuniário do presente Contrato, a mora superior a 90 (noventa) dias.

Parágrafo Segundo

Os casos de extinção contratual convencionados no *caput* desta Cláusula deverão ser precedidos de notificação escrita à outra parte do Contrato, e de oportunidade de defesa, dispensada a necessidade de interpelação judicial.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente Contrato:

Anexo I - Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 012/2026 - BNDES

Anexo II - Proposta

Anexo III - Matriz de Risco

Anexo IV - Termo de Confidencialidade para Representante Legal

Anexo V - Minuta de Termo de Confidencialidade para Profissionais

Anexo VI - Termo de Confidencialidade para Representante Legal do Subcontratado

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente deste Contrato não constituirá renúncia ou novação nem impedirá as partes de exercerem os

seus direitos a qualquer tempo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – FORO

É competente o foro da cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios decorrentes deste Contrato, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

As partes consideram, para todos os efeitos, [a data da última assinatura digital / a data mencionada abaixo] como a data de formalização jurídica deste instrumento.

As folhas deste contrato foram conferidas por _____, advogado(a) do **BNDES**, por autorização do representante legal que o assina.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

CONTRATADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026 – BNDES
ANEXO III DO CONTRATO – MATRIZ DE RISCO

Categoria do Risco	Descrição	Consequência	Medidas Mitigadoras	Alocação do Risco
Risco Atinente ao Tempo da Execução	Atraso na execução do objeto contratual por culpa do Contratado.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Diligência do Contratado na execução contratual.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na sua álea ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pelo BNDES, que comprovadamente repercute no preço do Contratado.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Revisão de preço.	BNDES
Riscos Trabalhista e Previdenciário	Responsabilização do BNDES por verbas trabalhistas e previdenciárias dos profissionais do Contratado alocados na execução do objeto contratual.	Geração de custos trabalhistas e/ou previdenciários para o BNDES, além de eventuais honorários advocatícios, multas e verbas sucumbenciais.	Ressarcimento, pelo Contratado, ou retenção de pagamento e compensação com valores a este devidos, da quantia despendida pelo BNDES.	Contratado
Risco da Atividade Empresarial	Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro do Contratado na avaliação da hipótese de incidência tributária.	Aumento ou diminuição do lucro do Contratado.	Planejamento tributário.	Contratado
	Variação da taxa de câmbio.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Instrumentos financeiros de proteção cambial (hedge).	Contratado
	Elevação dos custos operacionais para o desenvolvimento da atividade empresarial em geral e para a execução do objeto em particular, tais como aumento de preço de insumos, prestadores de serviço e mão-de-obra.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Reajuste e/ou Repactuação anual de preços.	Contratado

	Elevação dos custos operacionais definidos na linha anterior, quando superior ao apurado e/ou ao índice de reajuste previsto na Cláusula de Equilíbrio Econômico- Financeiro do Contrato.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratado
Risco Tributário e Fiscal (não tributário)	Responsabilização do BNDES por recolhimento indevido em valor menor ou maior que o necessário, ou ainda de ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja culpa do BNDES.	Débito ou crédito tributário ou fiscal (não tributário).	Ressarcimento, pelo Contratado, ou retenção de pagamento e compensação com valores a esta devidos, da quantia despendida pelo BNDES.	Contratado
Riscos relacionados à segurança institucional e da informação	Compartilhamento indevido de informação sigilosa por parte do Contratado.	Potencial dano à imagem do BNDES perante clientes, contrapartes, acionistas, investidores ou supervisores.	Diligência do Contratado nos processos de recrutamento, seleção, contratação e treinamento dos profissionais alocados na execução do serviço.	Contratado

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026 – BNDES
ANEXO IV DO CONTRATO
MINUTA DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA REPRESENTANTE LEGAL

_____, *(Identificação da empresa – CNPJ, Razão Social, etc)*, por intermédio de seu representante legal, _____, *(identificação do representante legal – Nome e CPF)*, doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, se compromete, por intermédio do presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS, a tratar adequadamente os dados pessoais e a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e de suas Subsidiárias BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. FINAME, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão da sua prestação de serviços às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** – Contrato OCS nº ____/2026, celebrado em ____/____/2026, estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e do **RESPONSÁVEL**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal signatário do Contrato ora referido.

CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. Listagens e documentações com informações sigilosas ou confidenciais a que venha a ter acesso;
- II. Documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de marketing, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. Metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos e serviços elaborados pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;
- IV. Valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica;
- V. Documentos e informações utilizados na execução dos serviços do contrato OCS nº ____/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, signatário do Contrato OCS nº ____/2026, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA QUARTA

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do Contrato OCS nº ____/2026, para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, dados pessoais, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse seja de seus empregados, prepostos, prestadores de serviço seja de fornecedores, com vínculo empregatício ou eventual com o **RESPONSÁVEL**, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial, dado pessoal a que teve acesso enquanto contratado pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

Parágrafo Único

O **RESPONSÁVEL** determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços objeto do Contrato OCS nº ____/2026, a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

CLÁUSULA QUINTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

CLÁUSULA SEXTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a tratar os dados pessoais que tiver acesso em razão de seu relacionamento com as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** unicamente para as finalidades informadas e/ou autorizadas e se o tratamento fundamentar-se em uma das situações previstas no art. 7º ou 11 da LGPD, observando a Política Corporativa de Proteção de Dados Pessoais do Sistema BNDES (PCPD) e a Política Corporativa de Segurança da Informação do Sistema BNDES (PCSI), ambas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, bem como o seguinte:

- a) Os dados pessoais sensíveis só poderão ser compartilhados com terceiros nas hipóteses previstas na legislação de proteção de dados pessoais, quando houver, por exemplo, o consentimento específico do titular de dados pessoais, quando necessário ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, à execução de política pública, ao exercício regular de direito e para garantia da prevenção à fraude e da segurança do titular de dados pessoais.
 - a.1) São entendidos como dados pessoais sensíveis, nos termos do inciso III do artigo 7º da LGPD, os dados pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico; e
- b) O **RESPONSÁVEL** deve comunicar, sem prejuízo de tomar outras medidas indicadas na PCSI, prontamente, sobre qualquer incidente com dados pessoais, aos quais teve acesso em razão da assinatura deste Termo, inclusive sobre o vazamento de dados pessoais.

CLÁUSULA SÉTIMA

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará responsabilização civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação, bem como do **RESPONSÁVEL**, no que for cabível.

CLÁUSULA OITAVA

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação do vínculo contratual entre o **RESPONSÁVEL** e as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e abrangem as informações presentes e futuras.

CLÁUSULA NONA

O **RESPONSÁVEL** se compromete no âmbito do Contrato objeto do presente Termo, a apresentar às **EMPRESAS DO BNDES** declaração individual de adesão e aceitação das cláusulas do **Termo de Confidencialidade para Profissionais Terceirizados**, de cada integrante ou participante da equipe que prestar ou vier a prestar os serviços especificados no Contrato OCS nº ____/2026.

De Acordo,

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

RESPONSÁVEL

Nome: _____ Cargo/Função: _____

CPF: _____ Telefone: _____ E-mail: _____

Documento de Identidade (número, data, emissor): _____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026 – BNDES
ANEXO V DO CONTRATO
MINUTA DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA PROFISSIONAIS

(identificação – Nome e CPF), doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, compromete-se, por intermédio do presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS, a tratar adequadamente os dados pessoais e a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e de suas Subsidiárias BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. FINAME, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão da sua prestação de serviços às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** – Contrato OCS nº ____/2026, celebrado em ____/____/2026, estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e do **RESPONSÁVEL**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal signatário do Contrato ora referido.

CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. Listagens e documentações com informações sigilosas ou confidenciais a que venha a ter acesso enquanto contratado por empresa que preste serviço às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;
- II. Documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de marketing, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. Metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos e serviços elaborados pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;
- IV. Valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica;
- V. Dados pessoais, especialmente de pessoa natural identificada ou identificável;
- VI. Documentos e informações utilizados na execução dos serviços do contrato OCS nº ____/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a VI da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham a ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, signatário do Contrato OCS nº ____/2026, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA QUARTA

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do Contrato OCS nº ____/2026, para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material de propriedade destas, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, dados pessoais, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer

informação sigilosa ou confidencial e dados pessoais a que teve acesso enquanto contratado pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

Parágrafo Único

O **RESPONSÁVEL** adotará todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

CLÁUSULA QUINTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

CLÁUSULA SEXTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a tratar os dados pessoais a que tiver acesso em razão do Contrato OCS nº ____/2026, com as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** unicamente para as finalidades informadas e/ou autorizadas e se o tratamento fundamentar-se em uma das situações previstas no art. 7º ou 11 da LGPD, observando a Política Corporativa de Proteção de Dados Pessoais do Sistema BNDES (PCPD) e a Política Corporativa de Segurança da Informação do Sistema BNDES (PCSI), ambas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, bem como o seguinte:

a) Os dados pessoais sensíveis só poderão ser compartilhados com terceiros nas hipóteses previstas na legislação de proteção de dados pessoais, quando houver, por exemplo, o consentimento específico do titular de dados pessoais, quando necessário ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, à execução de política pública, ao exercício regular de direito e para garantia da prevenção à fraude e da segurança do titular de dados pessoais.

a.1) São entendidos como dados pessoais sensíveis, nos termos do inciso III do artigo 7º da LGPD, os dados pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico; e

b) O **RESPONSÁVEL** deve comunicar, sem prejuízo de tomar outras medidas indicadas na PCSI, as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, prontamente, sobre qualquer incidente com dados pessoais, aos quais teve acesso em razão da assinatura deste Termo, inclusive sobre o vazamento de dados pessoais.

CLÁUSULA SÉTIMA

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará responsabilização civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

CLÁUSULA OITAVA

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação da prestação de serviços objeto do Contrato OCS nº ____/2026, e abrangem as informações presentes e futuras.

De Acordo,

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

Profissionais da Equipe:

Nome: _____ Cargo/Função: _____

CPF: _____ Telefone: _____ E-mail: _____

Documento de Identidade (número, data, emissor): _____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026 – BNDES
ANEXO VI DO CONTRATO
MINUTA DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA O REPRESENTANTE LEGAL DO
SUBCONTRATADO

_____, por seu representante legal, doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, se compromete, por intermédio do presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS, a tratar adequadamente os dados pessoais e a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e de suas Subsidiárias BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. FINAME, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, em conformidade com as seguintes Cláusulas e condições:

Cláusula Primeira

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão de sua contratação pela sociedade _____ para a prestação de parcela(s) dos serviços do Contrato OCS nº ____/____ às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e do **RESPONSÁVEL**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal do **BNDES**, signatário do Contrato ora referido.

Cláusula Segunda

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. listagens e documentações com informações confidenciais a que venha a ter acesso;
- II. documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de *marketing*, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos elaborados pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;
- IV. valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica; e
- V. documentos e informações utilizados na execução dos serviços do Contrato OCS nº ____/____.

Cláusula Terceira

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA**

BNDES, signatário do Contrato OCS nº ____/____, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

Cláusula Quarta

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do Contrato OCS nº ____/____, para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, dados pessoais, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse seja de seus empregados, prepostos, prestadores de serviço, seja de fornecedores, com vínculo empregatício ou eventual com o **RESPONSÁVEL**, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial e dados pessoais a que teve acesso enquanto contratado pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

Parágrafo Único

O **RESPONSÁVEL** determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços objeto do Contrato OCS nº ____/____, a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

Cláusula Quinta

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

Cláusula Sexta

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a tratar os dados pessoais a que tiver acesso em razão do Contrato OCS nº ____/____, com as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** unicamente para as finalidades informadas e/ou autorizadas e se o tratamento fundamentar-se em uma das situações previstas no art. 7º ou 11 da LGPD, observando a Política Corporativa de Proteção de Dados Pessoais do Sistema BNDES (PCPD) e a Política Corporativa de Segurança da Informação do Sistema BNDES (PCSI), ambas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, bem como o seguinte:

a) Os dados pessoais sensíveis só poderão ser compartilhados com terceiros nas hipóteses previstas na legislação de proteção de dados pessoais, quando houver, por exemplo, o consentimento específico do titular de dados pessoais, quando necessário ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, à execução de política pública, ao exercício regular de direito e para garantia da prevenção à fraude e da segurança do titular de dados pessoais.

a.1) São entendidos como dados pessoais sensíveis, nos termos do inciso III do artigo 7º da LGPD, os dados pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico; e

b) O **RESPONSÁVEL** deve comunicar, sem prejuízo de tomar outras medidas indicadas na PCSI, as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, prontamente, sobre qualquer incidente com dados pessoais, aos quais teve acesso em razão da assinatura deste Termo, inclusive sobre o vazamento de dados pessoais.

Cláusula Sétima

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

Cláusula Oitava

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação do vínculo contratual entre o **RESPONSÁVEL** e a sociedade _____ e abrangem as informações presentes e futuras.

De Acordo,

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

Representante Legal do Subcontratado:

Nome: _____ Cargo/Função: _____

CPF: _____ Telefone: _____ E-mail: _____

Documento de Identidade (número, data, emissor): _____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026 – BNDES
ANEXO IV – MODELOS DE DECLARAÇÃO

MODELO A

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

DECLARAÇÃO

Atestamos para os devidos fins, e em atendimento ao PREGÃO ELETRÔNICO nº 012/2026 – BNDES, que a empresa _____, visitou as dependências do BNDES em Recife, onde será executado o objeto do referido PREGÃO ELETRÔNICO, tomando conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução dos serviços, estando assim ciente e em condições de formular proposta comercial.

Recife, _____ de _____ de _____.

BNDES
(Assinatura e Carimbo)

Representante Legal da empresa

Identificação do Representante Legal da empresa:

Nome: _____

CPF nº: _____

Identificação do Representante do BNDES:

Nome: _____

Matrícula nº: _____

CPF nº: _____

MODELO B

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO E DE CONTRATAÇÃO

Ref.: Pregão Eletrônico nº 012/2026 – **BNDES**

_____, CNPJ nº ____, sediada em _____, por intermédio de seu Representante Legal, o(a) Sr(a). _____, inscrito no CPF sob o nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, a inexistência de impedimentos normativos à contratação com o BNDES ou suas subsidiárias⁷, declarando ainda que:

I. em relação ao art. 38 da Lei n.º 13.303/2016:

- a) não possui administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja diretor ou empregado do BNDES ou de suas subsidiárias;
- b) não está cumprindo penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o BNDES ou com suas subsidiárias;
- c) não foi declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- d) não possui sócio ou administrador que seja sócio de outra empresa que está suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- e) não possui sócio ou administrador que tenha sido sócio ou administrador de outra empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- f) que não tem, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
- g) que não possui sócio que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com o BNDES ou suas subsidiárias há menos de 6 (seis) meses; e
- h) não possui administrador ou sócio com poder de direção que seja familiar, até o terceiro grau civil, de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do BNDES.

II. não está proibido de licitar e contratar com a Administração Pública, bem como de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de pessoas jurídicas de direito público ou de pessoas jurídicas controladas pelo Poder Público⁸;

III. em relação ao art. 48 da Lei n.º 13.303/2016, quando se tratar de obras e serviços de engenharia:

- a) não elaborou o anteprojeto ou o projeto básico da licitação e/ou contratação, isoladamente ou por meio de consórcio; e

⁷ BNDES Participações S/A – BNDESPAR e a Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME

⁸ Este inciso alcança todas as sanções de impedimento de licitar e contratar previstas nos demais dispositivos legais, tais como as decorrentes da Lei nº 8.429/1992, da Lei nº 9.605/1998, da Lei nº 9.504/1997 e as decorrentes de práticas lesivas à Administração Pública nos termos da Lei nº 12.846/2013.

- b) não possui administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante, que tenha sido autor do anteprojeto ou do projeto básico da licitação e/ou da contratação.

IV. em relação à Política de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade do Sistema BNDES (Res. CA nº 04/2024 - BNDES)⁹, inexistente decisão administrativa final sancionadora, exarada por autoridade ou órgão competente, em razão da prática de atos, pela sociedade ou por seus dirigentes, que importem em discriminação de raça, etnia ou gênero, exploração irregular, ilegal ou criminosa do trabalho infantil ou prática relacionada ao trabalho em condições análogas à escravidão, e/ou de sentença condenatória transitada em julgado, proferida em decorrência dos referidos atos, ou ainda, de outros que caracterizem assédio moral ou sexual, violência contra a mulher, idoso ou pessoa com deficiência, ou importem em crime contra o meio ambiente ou proveito criminoso da prostituição;

V. em relação à Política para Transações com Partes Relacionadas (Res. CA nº 17/2023 – BNDES):

- a) não é controlada por Superintendente, Diretor ou membro de Órgão previsto no estatuto social das empresas do Sistema BNDES;
- b) não é controlada por cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, até o 2º grau, de qualquer pessoa referida no inciso (i) acima;

VI. em relação à Política Corporativa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo do Sistema BNDES (Res. CA nº 102/2024 – BNDES), que:

- a) atua em estrita conformidade com a Política Corporativa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo do Sistema BNDES (PPLDT);
- b) não está envolvido, direta ou indiretamente, em quaisquer atividades ilícitas, incluindo, mas não se limitando a, lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo ou proliferação de armas de destruição em massa;
- c) não é alvo de sanções internacionais, especialmente aquelas previstas pela Lei nº 13.810/2019 e monitoradas em conformidade com normativos vigentes;
- d) compromete-se a colaborar com quaisquer diligências solicitadas pelo BNDES para fins de PLDFT, mantendo total transparência e fornecendo informações ou documentos adicionais sempre que necessário.

VII. não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos;

VIII. se compromete a informar ao BNDES, a qualquer tempo, a alteração das condições declaradas acima;

⁹ Disponível em <https://ri.bndes.gov.br/governanca-corporativa/estatutos-codigo-e-politicas>.

IX. está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la;

X. não possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do BNDES; e

XI. não designará, para a execução dos serviços ora contratados, profissionais que sejam cônjuge, companheiro(a) ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de empregado ou dirigente do Sistema BNDES.

Local, data.

Assinatura do representante legal.

MODELO C

DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA FORNECIMENTO – DIF

Classificação: Documento Controlado

Restrição de Acesso: Empresas do Sistema BNDES, Fornecedor e Subcontratados

Unidade Gestora: (classificação conforme OS PRESI 01/2015-BNDES)

DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA FORNECIMENTO - DIF

Regulamentada pela OS PRESI nº 007/2017

Nº OCS (Preenchimento pelo Sistema BNDES):

Modalidade e Nº do Instrumento Licitatório

Instruções para Preenchimento:

1) Antes de começar a preencher, favor ler a aba Instruções Gerais deste arquivo;

2) Preencher apenas os campos hachurados em azul. O restante da planilha está bloqueado;

3) Cada campo tem comentários para auxiliar o preenchimento. Passe o mouse para acessar os comentários;

4) Preencher uma DIF para cada unidade econômica do fornecedor (matriz e/ou filiais), que vierem a efetivamente fornecer o produto e/ou prestar o serviço. Nesse caso, os documentos de cobrança deverão ser emitidos por estas unidades econômicas; e

5) Preencher uma DIF para cada subcontratado do fornecedor que emitir documentos de cobrança contra o BNDES.

1) CONTRATANTE

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

CNPJ: 33.657.248/0001-89

Inscr. Mun.: 047.146-1

Endereço: Avenida República do Chile, 100, Centro, CEP 20031-917

Rio de Janeiro - RJ

2) DADOS CADASTRAIS DO FORNECEDOR OU DO(S) SUBCONTRATADO(S)

Razão Social/Nome:

Endereço Completo:

E-mail do setor de faturamento e emissão de nota fiscal:

Dados bancários para pagamento: Banco Agência Conta

Prevalecendo os dados informados no documento de cobrança.

CNPJ	
Entidade Sem Fins Lucrativos	<div><div></div>Sim</div> <div><div></div>Não</div>
Entidade Beneficente de Assistência Social	<div><div></div>Sim</div> <div><div></div>Não</div>
Inscrição Estadual	
Inscrição Municipal	
Código CFOP (i)	
Classificação NCM (ii)	
Optante SIMPLES NACIONAL	<div><div></div>Optante</div> <div><div></div>Não optante</div>
Optante pelo SIMEI (iii)	<div><div></div>Optante</div> <div><div></div>Não optante</div>

(i) CFOP - Código Fiscal de Operações e Prestações; (ii) NCM - Nomenclatura Comum do Mercosul; e (iii) SIMEI - Sistema de recolhimento em valores fixos mensais dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional, devidos pelo Microempreendedor Individual (MEI).

3) OBJETO DO FORNECIMENTO

PRODUTO

SERVIÇO

x

PRODUTO E SERVIÇO

OBJETO:

4) CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

PRODUTO/SERVIÇO	VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO (R\$)	MUNICÍPIO DO FORNECEDOR	MUNICÍPIO DA PRESTAÇÃO/ENTREGA
PRODUTO			
SERVIÇO			
TOTAL			

Valor Bruto é o valor referente ao escopo desta DIF, sem nenhuma dedução de tributos. Não considerar valores de fornecimento de outras unidades econômicas ou subcontratações.

TIPO DE DOCUMENTO A SER ENCAMINHADO*:

NF

NF-e

NFS-e

DANFE

NFSC / NFST

RECIBO

OUTROS

QUAIS?

* As siglas mencionadas neste campo têm o significado a seguir: (i) NF - Nota Fiscal; (ii) NF-e - Nota Fiscal Eletrônica; (iii) NFS-e - Nota Fiscal de Serviço Eletrônica; (iv) DANFE - Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica; e (v) NFSC / NFST - Nota Fiscal de Serviços de Comunicação / Nota Fiscal de Serviços de Telecomunicações.

5) INCIDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS

Diretrizes básicas para preenchimento:

1) IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS:

- 1.1) Observar o art. 34 da Lei nº 10.833/03, que trata da obrigação das empresas públicas (BNDES) em efetuar as retenções na fonte, a que se referem o art. 64 da Lei nº 9.430/96; e
1.2) Observar a IN RFB nº 1.234/12.

2) RETENÇÃO PREVIDENCIÁRIA (INSS) - aplicável aos casos de cessão de mão-de-obra ou empreitada:

- 2.1) Observar a IN RFB nº 2110/2022, em especial a partir do art. 110, bem como o art. 7º da Lei nº 12.546/11; e
2.2) Observar a CNAE da atividade principal, bem como a CNAE da atividade relacionada à prestação do serviço (CNAE principal ou secundário).

3) ISS:

- 3.1) Observar a Lei Complementar (LC) nº 116/03, em especial a regra geral contida no caput do art. 3º, que o ISS é devido "no município do estabelecimento do prestador do serviço";
3.2) Verificar se a categoria de serviço prestado se enquadra nas exceções previstas no art. 3º da LC nº 116/03; e
3.3) Consultar os regulamentos de ISS específicos de cada município do(s) local(is) da prestação do serviço, tendo em vista a previsão contida no art. 6º da LC nº 116/2003, especialmente o regulamento do município competente para a cobrança do ISS.

4) SIMPLES NACIONAL, ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS e ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

- 4.1) Optante pelo Simples Nacional, Entidade Sem Fins Lucrativos ou Entidade Beneficente de Assistência Social **NÃO** estão sujeitos à retenção dos Tributos Federais (IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS), observado o art. 6º da IN RFB nº 1.234/12, devendo enviar a declaração prevista no Anexo II, III ou IV; conforme enquadramento. No caso de Entidade Beneficente de Assistência Social, que atue nas áreas da saúde, da educação e/ou da assistência social, será necessário adicionalmente enviar o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), conforme art. 6º, § 6º e §7º da IN RFB 1.234/12, alterada pela IN RFB 1.540/15. Não serão aceitos comprovantes de protocolos de requerimento de concessão ou renovação do CEBAS.
4.2) Optante pelo Simples Nacional (salvo os serviços de construção civil, vigilância e limpeza ou conservação) ou Entidade Beneficente de Assistência Social **NÃO** estão sujeitos à retenção da Contribuição Previdenciária (INSS), (conforme art. 18, § 5º-C da LC 123/06 ou art. 164 da IN RFB nº 2010/2022, respectivamente); e
4.3) Optantes pelo Simples Nacional e Entidades sem fins lucrativos poderão ter o ISS retido pelo tomador, conforme legislação do município ao qual o imposto é devido.

ENQUADRAMENTOS E RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

ENQUADRAMENTOS E RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS DOS PRODUTOS A SEREM FORNECIDOS

Preencher os valores dos produtos/mercadorias faturados diretamente contra o BNDES

TRIBUTOS	VALOR DO PRODUTO R\$ (A)	BENEFÍCIO FISCAL		BASE DE CÁLCULO R\$ (C)	ALÍQUOTA % (D)	VALOR A SER RETIDO R\$ E = (C x D)	BASE LEGAL DO BENEFÍCIO FISCAL (SE APLICÁVEL)
		MARQUE COM "X" (B)					
IRPJ	-	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO				
CSLL		<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO		1,00%		
PIS/PASEP		<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO		0,65%		
COFINS		<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO		3,00%		
ICMS		<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO				

Observação 1: O BNDES **NÃO** é contribuinte do ICMS, por isso, **NÃO** se aplicam alíquotas interestaduais.

Observação 2: Se o fornecimento implicar em produtos que estejam sujeitos a enquadramentos tributários distintos, preencha uma DIF para cada caso.

ENQUADRAMENTOS E RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

Conferir o enquadramento do serviço na LC nº 116/03 (campos "COD LC 116/03" e "DESCRIÇÃO")

CÓD LC 116/03	DESCRIÇÃO	CÓD SAP

Enquadrar o serviço como cessão de mão de obra / empreitada:

Marque com "X" as respostas ao lado das quatro perguntas a seguir, para determinação de existência de retenção previdenciária.

- a) Os serviços, no todo ou em parte, podem ser enquadrados no Anexo I? (veja aba "Anexos I e II" deste arquivo)
b) Os serviços, no todo ou em parte, podem ser enquadrados no Anexo II? (veja aba "Anexos I e II" deste arquivo)
c) Os serviços serão prestados nas dependências do BNDES ou em local por ele estabelecido?
d) Os serviços contratados são de necessidade contínua do BNDES? (**Deve ser respondido pelo BNDES**)
e) Recolhe a Contribuição Previdenciária Patronal pela folha de pagamento?
f) Recolhe a Contribuição Previdenciária Patronal pelo faturamento, conforme Lei 11.774/2008?

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não

Se as respostas "a" e "c" forem SIM, haverá retenção previdenciária.

Se as respostas "b", "c" e "d" forem SIM, haverá retenção previdenciária.

Caso não sejam satisfeitas as combinações acima, não haverá retenção previdenciária.

De acordo com as respostas acima, haverá retenção previdenciária? (conforme IN RFB nº 2110/2022)

Em caso de retenção previdenciária, informar a Classificação de Serviços Prestados, conforme tabela 06 do EFD-REINF

Preencher com os valores referentes aos serviços faturados diretamente contra o BNDES

TRIBUTOS	VALOR DO SERVIÇO R\$ (A)	BENEFÍCIO FISCAL		BASE DE CÁLCULO R\$ (C)	ALÍQUOTA % (D)	VALOR A SER RETIDO R\$ E = (C x D)	BASE LEGAL DO BENEFÍCIO FISCAL (SE APLICÁVEL)
		MARQUE COM "X"					
	(B)						
IRPJ	-	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO				
CSLL		<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO		1,00%		
PIS/PASEP		<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO		0,65%		
COFINS		<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO		3,00%		
ICMS		<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO				
ISS		<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO				
INSS		<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO		N/A		

Observação 1: O BNDES **NÃO** é contribuinte do ICMS, **NÃO** se aplicando a alíquota interestadual.

Observação 2: Se o fornecimento implicar em serviços que estejam sujeitos a enquadramentos tributários distintos, preencha uma DIF para cada caso.

Declaro para os devidos fins que são verdadeiras todas as informações aqui prestadas ao contratante pelo que me responsabilizo civil e criminalmente, bem como que a apresentação desta declaração não dispensa a minha obrigação como fornecedor/subcontratado de apresentar outras declarações eventualmente exigidas pela legislação.

Nome: _____ CPF: _____ Função na Empresa: _____

Local e data: _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal do fornecedor / subcontratado

Contador: _____ CRC: _____

Assinatura do contador do fornecedor / subcontratado

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026 – BNDES
ANEXO V – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Anexo disponível no *site* do BNDES em formato Excel

www.bndes.gov.br